

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

Felipe Pasini Paez Martinez

Interpretação da Crise Financeira Mundial sob a Perspectiva de David Harvey



Felipe Pasini Paez Martinez

Interpretação da Crise Financeira Mundial sob a Perspectiva de David Harvey

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara, para a obtenção do título de Mestre em economia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Strachman

ARARAQUARA – S.P.
2014

Folha de Aprovação

Felipe Pasini Paez Martinez

Interpretação da Crise Financeira Mundial sob a Perspectiva de David Harvey

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara, para a obtenção do título de Mestre em economia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Strachman

Aprovado em: ____/____/____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Prof(a). Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus Araraquara

RESUMO

A economia mundial vivencia um período de recessão, em que há baixo dinamismo e crescimento insignificante da atividade produtiva. Tal cenário é proveniente da crise financeira global de 2008, que em decorrência da configuração do sistema financeiro internacional, se espalhou de forma sistêmica para o lado “real” da economia mundial. Além de suas especificidades, e com exceção de seu escopo e sua gravidade, a presente crise econômica não se difere das últimas crises que atingiram o globo nos últimos trinta anos. Decorrente da junção de dois capitais altamente especulativos, o capital financeiro e o capital imobiliário, essa crise tem origem na luta incessante do capital em buscar alternativas de valorização dados os limites inerentes à sua natureza, ou seja, ao tentar evitar que o capital passe por períodos de desvalorizações (crise), surgem mecanismos alternativos que alongam e adiam esse destino, mas que ao mesmo tempo atuam no sentido de elevar a gravidade e a complexidade dessas crises. Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é interpretar a crise econômica atual através da perspectiva marxista de David Harvey e de seu arcabouço teórico, tentando esclarecer e identificar sua origem e suas consequências para a ordem econômica vigente e para o atual padrão de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Crise Econômica. Crise de Sobreacumulação. David Harvey. Desenvolvimento Geográfico Desigual. Financeirização. Pós-Fordismo.

ABSTRACT

The world economy experiences a recession, where there are low dynamism and insignificant growth of productive activity. This scenario comes from the global financial crisis of 2008, as a result of the international financial system configuration, and spread systemically to the "real" side of the global economy. In addition to its specificities, and with the exception of its scope and severity, this economic crisis is not different from past crises that hit the globe over the past thirty years. Resulting from fusion of two highly speculative capital, financial capital and real estate capital, this crisis originated in the incessant struggle of capital to seek alternative for its appreciation given the limitations inherent in their nature, in other words, to try to avoid capital depreciation periods (crisis), alternative mechanisms arise that stretch and delay this fate, but at the same time act to raise the severity and complexity of these crises. Therefore, the aim of this work is to interpret the current economic crisis through the perspective of marxist David Harvey and his theory, trying to clarify and identify its origin and its implications for the current economic order and the current pattern of development.

Keywords: Economic Crisis. Crises of Overaccumulation. David Harvey. Uneven Geographical Development. Financialization. Post-Fordism.

SUMÁRIO

Introdução	06
Capítulo 1 - Circuito de valorização do capital e desenvolvimento geográfico desigual ..	10
1.1 Circuito de valorização do capital	10
1.2 Capital financeiro e o “segundo recorte” da teoria da crise	17
1.3 A configuração espacial da produção: a mobilidade do capital e do trabalho	22
1.4 Desenvolvimento geográfico desigual e o “terceiro recorte” da teoria das crises.....	39
Capítulo 2 – Antecedentes da crise	50
2.1 Fordismo versus Acumulação Flexível: a transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX	51
2.2 Fordismo	53
2.3 Transição do Fordismo para o modelo de Acumulação Flexível	59
2.4 Como o Fordismo resolveu os problemas da sobreacumulação de capital	68
2.5 Mundialização do capital financeiro.....	71
2.6 Arranjo econômico mundial pré-crise	75
2.6.1 Bretton Woods II	77
Capítulo 3 - Crise econômica global sob a perspectiva de Harvey	80
3.1 Crise Financeira de 2008	80
3.2 A importância do espaço: da crise financeiro para a crise econômica global	89
3.3 Acumulação por espoliação: uma saída para a crise	97
Considerações Finais	103
Referências Bibliográficas	106

Introdução

A atual crise mundial, ao contrário das várias outras observadas ao longo das últimas décadas, tem um potencial capaz de alterar um conjunto muito extenso de relações políticas, econômicas e sociais. Muito embora ainda seja prematuro descrever todo o cenário recente e, muito menos seja possível prever com exatidão aquele que se formará ao seu final, ela já permite o questionamento de importantes alicerces sobre os quais se construiu o consenso liberal hodierno, em meio a um ambiente de financeirização da economia, globalização e irrestrita liberdade para o capital.

A crise financeira de 2008 é a maior da história do capitalismo, desde a Grande Depressão de 1929. Começando nos EUA, após o colapso do segmento de hipotecas imobiliárias, a crise foi alimentada pela enorme expansão do crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos de securitização e alavancagem, em um sistema financeiro global desregulamentado. O estopim da crise foi a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, na segunda-feira, 15 de setembro de 2008, após a recusa do Federal Reserve (FED) e/ou do Tesouro americano de socorrer a instituição; tal atitude por parte das autoridades econômicas dos EUA teve um impacto negativo sobre o estado de confiança dos mercados financeiros, ao romper a convenção dominante de que o FED iria socorrer todas as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário.

A virulência da interrupção da crise foi tal que irrompeu momentaneamente os dois maiores circuitos financeiros do mundo, Nova Iorque e Londres, levando à parcial paralisação dos fluxos nacionais, destes países, e internacionais de crédito e de acumulação de capital. Assim, o que aparentava ser apenas uma crise de crédito referente ao problema de liquidez do sistema bancário norte-americano revelou-se num estado de insolvência de muitas dessas instituições, resultando em uma crise financeira que atingiu, em maior ou em menor grau, toda a economia mundial.

Em decorrência de uma globalização que não impõe limites ao fluxo de capitais, a crise que nasceu nos EUA espalhou-se, então, em um curto espaço de tempo, para todos os continentes. A expansão da crise para outros países ocorreu por diversos canais de transmissão, sendo que cada país ou conjunto de países sofreu (e está sofrendo), de acordo com suas condições macroeconômicas e regulatórias anteriores à eclosão da crise. Assim, enquanto a crise afetou determinados países, a partir da interdependência dos sistemas financeiros nacionais, como a maior parte dos países desenvolvidos, outros foram afetados

através do lado “real” da economia, ou seja, a partir da queda da demanda global, em decorrência do estancamento do crédito e da perda de riqueza financeira, comprometendo as exportações e importações desses países e de seus parceiros comerciais.

O que se observou no cenário econômico global foi uma reversão das expectativas, com os agentes passando a adotar previsões pessimistas e incertas em relação ao futuro e, conseqüentemente, modificando planos de investimento e consumo, no sentido de buscarem liquidez e segurança. Tal comportamento aprofundou os efeitos negativos provenientes desta crise e colaborou para expandir o contágio dela para todo o globo, inclusive para países que antes possuíam condições econômicas e políticas saudáveis.

Durante a crise financeira com epicentro nos EUA, mas que se alastrou para a economia global, o mundo entrou numa profunda recessão, que já dura seis anos. De acordo com o relatório do FMI (2009), entre 2009-2011, a queda do crescimento do Produto Nacional Bruto da economia global atingiu níveis alcançados no começo da Grande Depressão. Além disso, os desequilíbrios da balança de transação corrente de vários países, inclusive os países da chamada Zona do Euro, resultaram em desaceleração do crescimento econômico global.

No campo social, a crise econômica de 2008 também apresentou consequências devastadoras. De acordo com o Relatório sobre a Crise Social Global (2011) do Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos da ONU¹, o desemprego aumentou de 178 milhões de pessoas, em 2007, para 205 milhões, em 2009. Segundo as últimas estimativas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a taxa de desemprego global, em 2013, continuou elevada e sem tendência a diminuição, mantendo-se em um patamar superior a 200 milhões de pessoas desempregadas. A perda de postos de trabalho não significa apenas uma perda de renda, mas também o aumento da vulnerabilidade social, especialmente nos países que não apresentam qualquer proteção social, quanto mais uma abrangente.

O relatório acrescenta que várias estimativas sugerem que entre 47 milhões e 84 milhões de pessoas caíram ou ficaram presas na extrema pobreza, em decorrência da crise global. Considerando que a crise veio acompanhada pelo aumento vertiginoso nos preços dos alimentos e do combustível, estima-se que o número de pessoas que vivem com fome no mundo subiu para mais de um bilhão, em 2009, o maior valor já registrado.

Conclui-se que a crise econômica global teve resultados negativos sociais para indivíduos, famílias, comunidades e sociedades, e seu impacto sobre o progresso social, em

¹ Department of Economic and Social Affairs – DESA (UN).

áreas como educação e saúde, só serão plenamente evidentes ao longo do tempo. Contudo, como visto, as estimativas iniciais mostram que os efeitos foram amplos e profundos. Dada a fragilidade da recuperação econômica e o progresso desigual nas principais economias, as condições sociais devem se recuperar lentamente, com o aumento dos níveis de pobreza, fome e desemprego continuando a afetar milhões de pessoas, em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, nos próximos anos. Além disso, é necessário acrescentar que as medidas de austeridade de algumas economias avançadas, como Grécia e Espanha, não apenas ameaçam os empregos do setor público e os gastos sociais, como também fazem a recuperação se tornar frágil e incerta.

Dado esse breve panorama acerca da crise de 2008, o presente trabalho pretende analisar a crise financeira atual através da interpretação e base teórica desenvolvidas por David Harvey, um dos mais conhecidos e respeitados intelectuais dos EUA e Inglaterra, e um geógrafo e urbanista de prestígio mundial. Marxista e pensador com ideias divergentes da ortodoxia dominante contemporânea, o autor possui diversos trabalhos clássicos sobre urbanismo e dinâmica espacial do capitalismo, além de apresentar contribuições importantes para a teoria econômica, sendo reconhecido por seu rigor teórico.

Através de Sánchez e Beiras (2004), é possível analisar uma breve biografia do autor. Nascido no Reino Unido em 1935, Harvey doutorou-se em geografia histórica, na Universidade de Cambridge, e em 1969 se mudou para os EUA, a fim de lecionar geografia na Universidade John Hopkins. Especialista em sociologia urbana, atualmente é professor do centro de antropologia da Universidade de Nova Iorque. Autor de diversas obras clássicas como *A Justiça Social e a Cidade* (1973), *Os Limites do Capital* (1985), *A Condição Pós-Moderna* (1989) e, mais recentemente, *O Enigma do Capital* (2010), Harvey buscou introduzir a teoria marxista na geografia, estruturando uma base teórica para explicar o desenvolvimento geográfico e econômico desigual, entre os diversos entes globais. Crítico da filosofia pós-moderna², o autor, em diversos momentos, analisa o desenvolvimento da dimensão cultural do capitalismo pós-fordista e a maneira como este foi incorporado ao campo das relações sociais e econômicas modernas, tendo, por exemplo, no neoliberalismo uma de suas formas de atuação.

² A segunda metade do século XX assistiu a um processo sem precedentes de mudanças na história do pensamento e da técnica. Ao lado da aceleração avassaladora nas tecnologias de comunicação, em várias artes, materiais e genética, ocorreram mudanças paradigmáticas no modo de pensar a sociedade e suas instituições. Harvey procura confrontar as tendências da arte, da arquitetura, da filosofia e da política pós-modernas com as exigências econômicas decorrentes dos ciclos de expansão e crise do capitalismo.

A partir da análise de suas obras é possível identificar um aparato teórico marxista particular, que compreende, dentre outras, as ideias do circuito de valorização do capital e da acumulação por espoliação, em que a crise financeira e econômica atual pode ser enquadrada e estudada. Assim, a análise da crise, através da interpretação de Harvey, torna-se mais completa, ao permitir uma visão mais estrutural da lógica do comportamento especulativo e cada vez menos estável dos agentes privados, assim como da busca pela valorização do capital e superação dos limites deste. É necessário destacar que essa dissertação não busca realizar um estudo acerca do referido autor e de suas diversas obras, com o intuito de identificar suas características pessoais de análise, mas apenas utilizar-se do desenvolvimento de sua concepção teórica para interpretar a crise.

Nesse sentido, o presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, apresenta-se o aparato teórico desenvolvido por Harvey, que nos ajuda a compreender a crise. O segundo capítulo será destinado à explicação dos antecedentes da crise, ou seja, a partir de uma análise histórica, busca-se observar os caminhos escolhidos pela sociedade e que nos levaram à atual ordem político-econômica, responsável pelas atuais dificuldades socioeconômicas. Por fim, no terceiro capítulo, investiga-se a crise financeira de 2008 e seus desdobramentos, procurando identificar os limites atingidos pela acumulação de capital, e como esta encontra novas soluções para suas contradições inerentes.

Capítulo 1 - Circuito de valorização do capital e desenvolvimento geográfico desigual

O presente trabalho tem por objetivo estudar e delimitar o quadro teórico desenvolvido por David Harvey. Pautado fortemente nas ideias de Marx, ele constrói uma rica análise acerca do capitalismo, capaz de identificar suas limitações e contradições internas. A construção de tal quadro teórico passa pela investigação do circuito de valorização de capital, no qual o autor elenca as possibilidades de acumulação de capital para além da esfera produtiva, e as alternativas ao processo de sobreacumulação de capital e do ciclo de acumulação de capital, em que são destacados os mecanismos recorrentes do capitalismo e a natureza das crises econômicas.

A seguir, após uma breve descrição do circuito de valorização, será apresentado o conceito de desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Esse conceito é fundamental para a compreensão de como o capital, em sua ânsia por se valorizar, utiliza-se do espaço geográfico e como o capital atua no sentido de alterá-lo constantemente. Tanto a análise da circulação do capital por seu caminho de valorização, quanto a análise geográfica deste movimento fornecem base para futuras interpretações de crises econômicas.

1.1 Circuito de valorização do capital

Ao se construir um quadro teórico para a análise da economia e sociedade capitalista, como pretende Harvey, a temática da acumulação de capital, imersa em um contexto de luta de classes, assume papel fundamental e predominante. Fica evidente que a sociedade capitalista, ao se reproduzir sob o imperativo da acumulação pela acumulação, apresenta diversas contradições inerentes à sua natureza.

A contradição mais aparente no modo de produção capitalista pode ser resumida através da luta de classes, ou seja, de um lado se encontra a classe capitalista, detentora dos meios de produção, e do outro a classe trabalhadora, que não possui nada para ofertar no mercado além de sua força de trabalho. A origem do conflito se encontra no fato de que a classe capitalista se reproduz através da exploração do trabalho, e consequente obtenção de

mais-valia, da classe trabalhadora; como alternativa às imposições dos capitalistas, a solução mais coerente e eficaz dos trabalhadores é se unirem com o intuito de lutarem pelos seus interesses.

Além da luta de classes entre capital e trabalho, outro tipo de contradição natural ao capitalismo se dá no interior na própria classe capitalista. Tal modo de produção opera (e é exaltado por isso) com uma grande ênfase na individualidade e criatividade, ou seja, “vende-se” a ideia de que qualquer agente possui condições de igualdade, liberdade e pode atuar com espontaneidade de acordo com seu interesse próprio, como qualquer outro agente; entretanto, através da competição, as leis da produção capitalista agem como uma força externa que coage tal individualismo. Conforme Harvey (1985, p.2), “*Um mundo de individualidade e liberdade na superfície esconde um mundo de conformidade e coerção por baixo*”. A transição da atitude individual para a conformidade do comportamento da classe capitalista não é natural e muito menos perfeita; como consequência, os capitalistas, agindo através de seus interesses pessoais, podem produzir resultados agregados que não são condizentes com as necessidades da sociedade. Ademais, o que é favorável a um indivíduo não necessariamente produz as mesmas consequências quando realizado por um conjunto de indivíduos.

A importância de ressaltar essas duas contradições do capitalismo reside no fato de que ambas são complementares e apresentam consequências importantes para a estrutura de fluxos de capital no sistema de produção e realização do valor, denominada de *circuito de valorização do capital*. Tal estrutura, apresentada por Marx, e desenvolvida por Harvey, contém a lógica básica do processo de acumulação capitalista e demonstra, por exemplo, quais problemas surgem do fato de a produção individual do sistema não ser condizente com as necessidades da sociedade. A estrutura desta demonstração é subdividida em três circuitos, que conectados, demonstram o processo de circulação do capital.

1.1.2 Circuito primário do capital

O circuito primário do capital está relacionado ao processo de produção capitalista, abordado por Marx em *O Capital*, e na discussão acerca da obtenção da mais-valia por parte da exploração, e consequente acumulação de capital, realizada pelos capitalistas.

De acordo com o Volume I de O Capital, há dois caminhos para se expandir a obtenção de mais-valia: por meio da extensão da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), ou pelo aumento da produtividade do trabalhador (mais-valia relativa), que se dá através da reorganização do processo produtivo – divisão do trabalho – e do constante aprimoramento da força produtiva – com maior aplicação de capital fixo (maquinaria) e tecnologia. O motor para a expansão da produtividade, dada a limitação física da obtenção da mais-valia absoluta, passa, então, a provir principalmente da competição entre capitalistas, na qual cada capitalista procurará obter/desenvolver técnicas de produção mais lucrativas do que a dos demais.

Através da Lei Geral de Acumulação Capitalista, Marx observa que as alterações na taxa de exploração da mais-valia e o ritmo de mudanças no processo produtivo estão relacionados com as condições de oferta da força de trabalho (em especial, com a formação do exército industrial de reserva) e, principalmente, com a sustentabilidade de uma taxa positiva de retorno suficiente para garantir a reprodução de sua classe e o processo de acumulação.

Ao expandir o escopo de análise desse circuito, Marx passa a ressaltar as contradições internas a esse circuito, que não são mais do que derivações das contradições abordadas anteriormente. Nesse sentido, fica evidente a contradição imanente de um sistema de produtores independentes e individualizados, cuja produção agregada atua em sentido contrário aos interesses da própria classe capitalista, ao produzir uma tendência à *sobreacumulação* capitalista, ou seja, à acumulação de muito capital em relação às oportunidades de empregá-lo de maneira sustentada.

De acordo com Harvey (1985), essa tendência pode ser manifestada de diversas formas: superprodução de mercadorias, inundando o mercado; queda na taxa de lucro; excesso de capital, com o surgimento de capacidade ociosa; e excesso de trabalho ou aumento da taxa de exploração da força de trabalho. Essas manifestações, que podem ocorrer simultaneamente, fornecem um quadro preliminar para a análise de crises no capitalismo.

1.1.3. Circuito secundário do capital

No circuito primário do capital, os pressupostos adotados por Marx apenas englobam um período temporal, embora existam algumas evidências que permitam um escopo de

análise mais abrangente. Com o intuito de permitir uma análise mais complexa, Harvey passa a considerar os pressupostos anteriores em uma realidade com diferentes períodos de trabalho e de circulação.

Nesse sentido, o autor direciona sua análise para a formação de *capital fixo* e do *fundo de consumo*. No lado da produção, o autor ressalta a importância da *infraestrutura para a produção* (“built environment for construction”), na qual o capital fixo assume importantes funções diretas e indiretas na produção e realização do capital. Já no lado da demanda, a estrutura paralela da *infraestrutura para o consumo* (“built environment for consumption”) mostra os itens que são usados no processo direto e indireto de consumo. Portanto, estes investimentos implicam na criação de estruturas com intuito de colaborar com os processos de produção, circulação, intercâmbio e consumo. Os fluxos de capital em direção aos ativos fixos e ao fundo de consumo formam o circuito secundário do capital.

Conforme ressalta Harvey (1985), para a ocorrência do fluxo de capitais em direção a esse segundo circuito, deve haver tanto um excesso de capital quanto de trabalho em relação ao corrente processo de produção e consumo (circuito primário). Esse excesso facilita o movimento do capital na formação de ativos de longo-prazo, particularmente, os voltados para a construção de infraestrutura. A tendência à sobreacumulação no circuito primário produz condições favoráveis a esses fluxos; visto de maneira mais ampla, o circuito secundário do capital atua, mesmo que paliativamente, como uma solução para esse problema da sobreacumulação capitalista.

Por natureza, os investimentos característicos desse circuito são de longo-prazo e de grande escala, oferecendo dificuldades para a aplicação por parte de capitalistas individuais. As barreiras impostas pelas características desses investimentos e a falta de coordenação dos fluxos acabam por levar a uma tendência de sobreacumulação de capital no circuito primário, e de subinvestimento no circuito secundário. Assim, uma condição necessária para garantir o fluxo de capital para tal circuito seria a existência de um mercado de capitais funcional ou de um Estado disposto a financiar esse tipo de investimento.

Em períodos de sobreacumulação de capital, uma mudança dos fluxos de capitais do primeiro para o segundo circuito pode ser completada apenas se as várias manifestações de sobreacumulação puderem ser transformadas em capital (aumentando a importância e a necessidade de capital fictício) e ficarem disponíveis para serem realocadas em investimentos de infraestrutura, que não estão diretamente relacionados ao processo produtivo. É importante

destacar que essa mudança requer instituições intermediárias (governamentais ou financeiras) que mediem as relações entre ambos os circuitos e que possuam políticas direcionadas a esse tipo de estratégia.

1.1.4 Circuito terciário do capital

O terceiro circuito do capital engloba os investimentos relacionados ao campo da ciência e tecnologia, e a uma grande variedade de gastos sociais. Como a ciência não é neutra, os investimentos em ciência buscam revolucionar as forças produtivas na sociedade e desenvolver meios de promover a obtenção de mais-valia relativa. Já os gastos sociais estão relacionados ao desenvolvimento de meios para a reprodução da força de trabalho.

Os investimentos sociais podem ser divididos em dois grupos: investimentos em melhorias qualitativas para a força de trabalho, com o intuito de capacitá-la e deixá-la em condições de participar do processo produtivo (por exemplo, em educação e saúde); e investimentos para a cooptação, integração e repressão da força de trabalho, por meios ideológicos, militares, entre outros.

Novamente, como ocorre no segundo circuito, capitalistas de forma individual apresentam dificuldades para investir nesse circuito, não importando quão positivos e importantes tais gastos se mostrarem. Assim, mais uma vez, os capitalistas são forçados a se postar como uma classe e a procurar meios para canalizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em formas qualitativas e quantitativas de melhorar a força de trabalho.

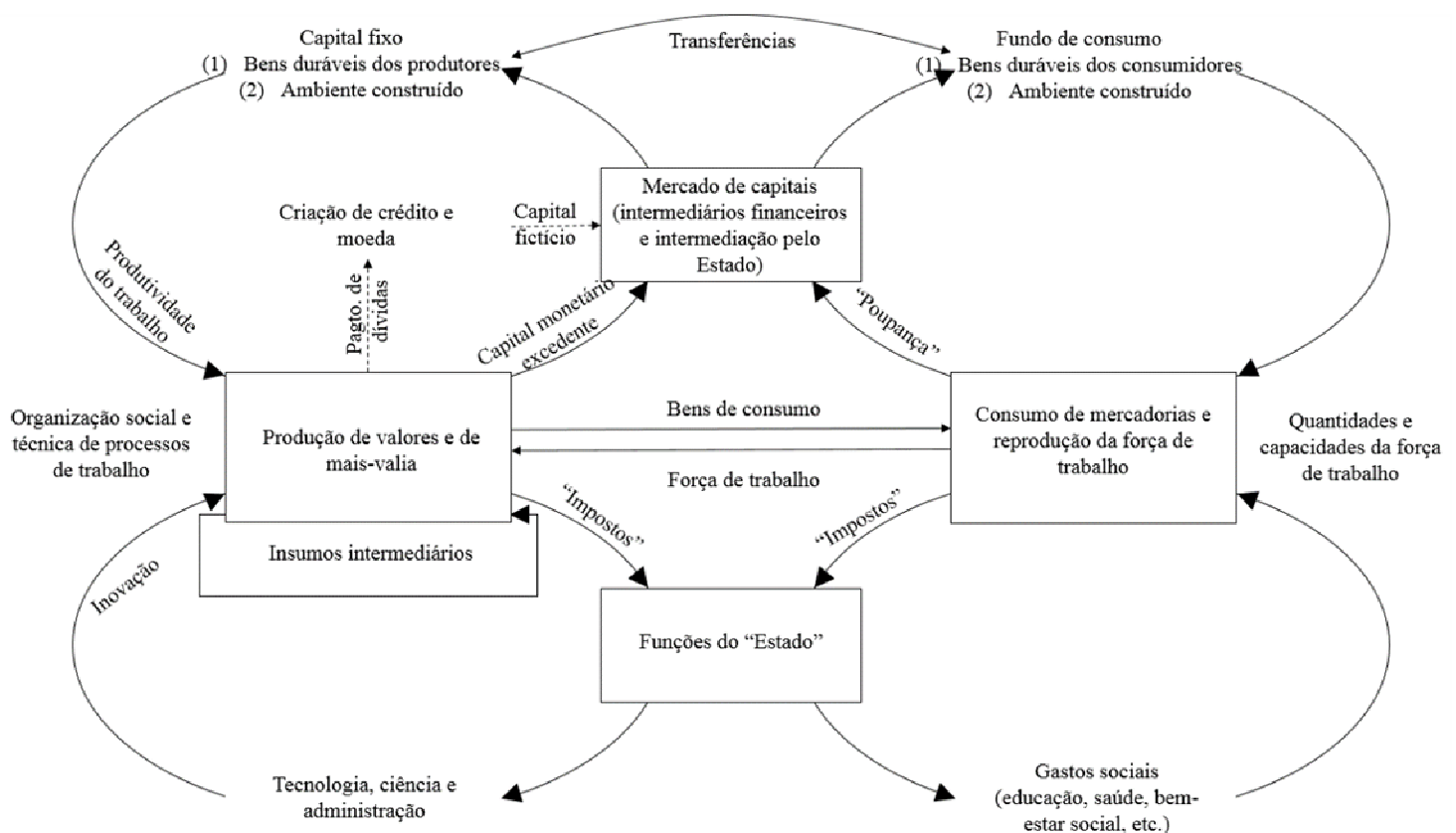
Fica evidente que a quantidade de investimento social para a repressão e controle ideológico da força de trabalho dependerá da estado da luta de classes: quanto mais os trabalhadores estiverem unidos e organizados, em forma de classe, mais investimentos capitalistas são necessários para superar a resistência e o poder da força de trabalho.

1.1.5 Circuito de valorização do capital

A partir da união dos três circuitos do capital, pode-se construir o circuito de valorização do capital. Esse circuito, como pode ser observado no diagrama a seguir,

demonstra a estrutura de relações que constituem a circulação do capital. Conforme Harvey (1985) explicita, a tendência à sobreacumulação manifesta-se para além do circuito primário, atingindo a estrutura de circulação do capital, em sua totalidade.

Figura 1 – Circuito de Valorização do Capital



Fonte: Harvey, *The urbanization of capital*, 1985 – elaboração própria.

Como já observado, as contradições internas à classe capitalista geram uma tendência à sobreacumulação de capital, no primeiro circuito. Essa tendência pode ser superada, ao menos temporariamente, ao se transmitir este excesso de capital para o segundo ou terceiro circuitos. Com esse movimento, diversas opções de investimentos – infraestrutura produtiva e de consumo, ciência e tecnologia, “capital humano”, e até mesmo formas de repressão – são possibilitadas e viáveis para a atividade capitalista.

A forma como o capital será investido nos demais circuitos e o leque de opções disponíveis para esse fim variam, de acordo com cada sociedade. Em função da existência de instituições capitalistas e dependendo do estado das forças produtivas e do grau de organização das classes sociais, as possibilidades objetivas para o capital podem ser ampliadas ou reduzidas.

Enquanto classe, os capitalistas investem na geração de condições que acreditam serem capazes de criar ambientes mais favoráveis à acumulação, a sua própria reprodução como classe e à continuação de sua dominação sobre o trabalho. A realização de investimentos no segundo e terceiro circuitos também obedece a essa lógica: o capitalista apenas investe nas demais esferas se acreditar que tal investimento é produtivo, ou seja, se este é capaz de, direta ou indiretamente, expandir a sua base de geração de mais-valia. No entanto, esses investimentos apenas representam ampliação de potencial produtivo. O problema reside no fato de identificar quais são essas condições e quais são os meios capazes de realizar tal potencial. Esse problema fornece alguma ideia sobre a origem das crises no modo de produção capitalista.

Conforme descreve Marx, as crises são manifestações reais das contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista. Enquanto a estrutura do modo de produção capitalista for baseada em produtores independentes, cuja coletividade é antagônica aos próprios interesses da classe, e induzir a um processo cada vez mais violento de exploração da força de trabalho e de luta de classes, o potencial produtivo da sociedade nunca alcançará um crescimento balanceado e sustentado.

A tendência de sobreacumulação observada na estrutura produtiva do capitalismo (ou no circuito primário) poderia ser combatida pelo investimento desse excesso de capital nas demais esferas do circuito de valorização, entretanto, esse movimento alternativo possui caráter temporário, já que o problema da acumulação em excesso não é eliminado, mas é apenas transmitido para os circuitos secundário e terciário, que passam a sofrer da mesma tendência de sobreacumulação e da falta de oportunidades de investimentos viáveis para os capitalistas. Assim, manifestações de sobreinvestimento (incompatibilidade entre necessidades do capital e “necessidades sociais”/demanda) e de crises são passíveis de serem observadas nos três circuitos do capital.

Para qualquer possibilidade de investimento nos circuitos secundário e terciário, a crise é fruto da exaustão do potencial produtivo do investimento, indicando que qualquer

novo fluxo de capital não será capaz de expandir as bases de produção de mais-valia. Em qualquer período de crise capitalista, ocorre o processo de “racionalização do capital”, ou seja, o período em que a sobreacumulação de capital e o excesso de investimentos devem ser eliminados ou desvalorizados, no sentido de compatibilizar a produção dos capitalistas à demanda/“reais necessidades da sociedade”. A racionalização forçada ocorre para qualquer elo do circuito do capital, podendo se dar nos processos de produção, intercâmbio, distribuição e consumo; além disso, tal processo também se aplica às estruturas institucionais, como as financeiras ou estatais, as quais, de alguma forma, deram suporte ao crescimento não sustentado do capital.

Harvey (1985) diferencia as crises capitalistas entre três tipos possíveis: crises parciais; crises de transição; e crises globais. As crises parciais são aquelas que afetam apenas um setor, região geográfica ou instituição mediadora. Elas podem surgir por inúmeros motivos, mas podem se dar dentro do escopo regional, setorial ou institucional. São crises que, dadas suas características, não apresentam riscos estruturais para o funcionamento do sistema, como um todo.

As crises de transição envolvem uma grande reorganização e reestruturação dos fluxos de capitais ou de instituições mediadoras, com o intuito de possibilitarem novos canais para investimentos produtivos. Elas podem ser diferenciadas de duas formas: crises de transição setoriais e crises de transição geográficas: enquanto estas se referem à reestruturação de fluxos de capitais de uma região para outra, aquelas estão relacionadas com mudanças na alocação de capital de uma esfera (por exemplo, para formação de capital fixo) para outra (por exemplo, para educação).

Por fim, as crises globais são aquelas que afetam, em maior ou menor grau, todos os setores, esferas e regiões pertencentes ao sistema de produção capitalista. Nesse tipo de crise, é possível observar desvalorização do capital fixo do fundo de consumo, crise na ciência e tecnologia, crise fiscal nos orçamentos dos Estados e crise de produtividade do trabalho, todas se manifestando ao mesmo tempo e ao longo de todas ou da maioria das regiões pertencentes ao capitalismo.

Para além dessa tipologia descrita por Harvey, deve-se ressaltar a importância das crises, na natureza do capitalismo. Esse modo de produção, por apresentar uma gama intensa de contradições internas, é dependente de algum tipo de crise (que pode se manifestar de diversos modos) para queimar o excesso de capital acumulado e abrir novas possibilidades de

inversão aos capitalistas, ou seja, o comportamento ilógico e irracional do capital em acumular por acumular precisa, de tempos em tempos, ser racionalizado pela ocorrência de crises, incapazes de domesticar tal comportamento, mas que permitem que ele se repita em novas bases.

1.2 Capital financeiro e o “segundo recorte” da teoria da crise

Pela concepção de Marx, o capital financeiro é um tipo particular de processo de circulação do capital, que está centrado no sistema de crédito. Considerado em um sentido abrangente, esse sistema pode ser visto como um tipo de “sistema nervoso central”, através do qual a circulação do capital é coordenada e realocada para atividades, empresas, setores, regiões ou países, que aparentam demonstrar melhores condições de valorização.

Essa mobilidade concedida ao capital pelo sistema de crédito promove a articulação entre diversas atividades, a divisão do trabalho em um nível mais complexo e a redução do tempo de negócios e produção. Ademais, facilita a equalização das taxas de lucro e a arbitragem entre forças, além do processo de centralização e concentração de capital.

Ao possibilitar a conexão entre fluxos de capital (fictício) corrente com a antecipação dos frutos futuros do trabalho – diminuindo a barreira temporal para acumulação – o sistema de crédito facilita a coordenação entre os fluxos de capital e sua circulação. É nesse sentido, o de permitir maior mobilidade ao capital, que a relação entre os circuitos de valorização de capital deve ser ressaltada, já que tal modelo e seus fluxos podem ser intensificados sob estas condições, abrindo maiores possibilidades de aplicação aos capitalistas.

1.2.1 Capital financeiro

Organizado e administrado de forma apropriada, o capital financeiro agregado através do sistema de crédito, possui o potencial de sofisticar o processo de acumulação, através da coordenação das decisões de investimento pela economia.

Para além da possibilidade de alavancar os investimentos pelos circuitos da economia, o capital possui o poder, quando coordenado, de impor as vontades da classe capitalista, em sua coletividade, sobre o capitalista individual. Como observa Harvey (1982), na medida em

que os capitalistas individuais, agindo por vontade própria e procurando maximizar seus lucros, em meio ao ambiente competitivo, adotam técnicas e realizam decisões que são inconsistentes com a acumulação sustentada, o sistema de crédito oferece oportunidades de controlar tal comportamento errante. Aparentemente, o sistema de crédito apresenta a capacidade potencial de impor a coletividade sobre a individualidade, e de garantir a estabilidade, em um sistema de produção anárquico e não coordenado.

Outra vantagem aparente do sistema de crédito (e capital financeiro) é sua capacidade de “tornar a Lei de Say mais plausível”, ao permitir que a diferença entre produção e consumo seja “eliminada”. O crédito pode ser usado tanto para acelerar a produção quanto o consumo, estabelecendo uma conexão estável entre ambos e possibilitando uma acumulação de capital mais equilibrada. De acordo com Lenin (1963), a unificação das atividades produtiva e financeira, sob a forma de grandes corporações ou conglomerados, foi uma via escolhida pelo capital para facilitar a produção e impedir que o crédito ofertado não fosse colocado em circulação pelos capitalistas.

A possibilidade de reduzir as relações antagônicas de distribuição que atuam como barreiras à realização do capital pode ser considerada outra vantagem do capital financeiro, conforme afirma Marx. Ao permitir o crédito para o consumo do trabalhador, a renda real do trabalhador é modificada sem se alterar o processo de acumulação; na verdade, o sistema de crédito permite o surgimento de formas secundárias de exploração do capital (por exemplo, via hipotecas). Nesse sentido, o sistema também favorece a centralização de capital, ao permitir que os limites das empresas familiares sejam substituídos pela operação de corporações com capital social aberto a terceiros.

Aparentemente, fica evidente que o sistema de crédito contém o potencial de reduzir os antagonismos inerentes ao capital e de conter as forças que dão origem às suas crises. Entretanto, uma análise mais crítica e profunda desse sistema expõe que as contradições inerentes ao capitalismo não são resolvidas por tais mecanismos, mas, em sentido contrário, conseguem ser aprofundadas até o limite das crises.

A limitação do sistema de crédito se encontra em sua impossibilidade de resolver as contradições que surgem na esfera produtiva do capitalismo, apresentando apenas efetividade para lidar com os problemas advindos da esfera da circulação. Nesse sentido, o crédito consegue adiar, até certo ponto, as consequências da sobreacumulação de capital, mas não consegue atacar a raiz desse mal. Além disso, deve-se considerar toda uma série de

circunstâncias em que o crédito gera sinalização errada de preços para os produtores, resultando no agravamento da tendência à desproporcionalidade e à sobreacumulação dos capitalistas.

Entre as circunstâncias que podem induzir a comportamentos errôneos por parte dos capitalistas, Harvey (1982) dá destaque a três fatores que ele considera relevantes. O primeiro refere-se à equalização da taxa de lucro do sistema de crédito, que facilita a competição e acelera, em vez de diminuir, o esforço para a obtenção de mais-valia relativa através da mudança tecnológica; esse movimento também garante que os preços de produção, ao invés do valor, sejam usados como referência para a comercialização de produtos. Assim, tanto a aceleração tecnológica quanto a sinalização errônea exacerbam a tendência ao desequilíbrio desse sistema.

O segundo fator a se destacar é o surgimento, no interior da burguesia, de novas subclasses e facções, representadas pelos financistas e agentes do capital em geral. Essas diferentes subclasses são supostamente responsáveis pela implantação do capital financeiro como o capital comum da classe capitalista, em sua totalidade, isto é, esses agentes – capitalistas, financistas, banqueiros e gerentes – devem trabalhar no sentido de alocar capital – financeiro – com o intuito de facilitar a acumulação, ainda que ajam conforme interesses particulares ou de classe, em um ambiente competitivo. A consequência da existência dessa oligarquia financeira é o enorme movimento de centralização de capital e uso do sistema de crédito em benefício próprio.

Por fim, o terceiro fator refere-se à não discriminação das origens e dos destinos dos fluxos de capitais. O dinheiro agregado através do sistema de crédito apresenta uma base social extremamente ampla; qualquer mudança na propensão a poupar em um dos extratos da sociedade pode afetar o equilíbrio de poder entre a oligarquia financeira e as demais classes. A falta de informação entre origem e destino dos fluxos de capitais possibilita a ocorrência de comportamento especulativo e o surgimento de bolhas financeiras.

Assim, o capital financeiro, que aparentemente seria uma solução aos problemas inerentes ao capitalismo, demonstrou ser um dos principais propulsores para o excesso de produção e de capital, em níveis mais elevados, e para a expansão do movimento especulativo de vários agentes. Tais resultados são fruto da facilidade encontrada pelo capital, auxiliado pelo crédito, em transitar entre os diversos circuitos de valorização, em busca de novas oportunidades rentáveis; ao integrar esses circuitos de forma mais dinâmica e coesa (inclusive

abrindo oportunidades de investimentos que seriam inviáveis sem seu suporte), o crédito apenas acelera o processo de superação das alternativas à sobreacumulação de capital. Como Harvey resume:

As “formas insanas” do capital fictício vêm à tona e permitem que distorções tomem lugar dentro do sistema de crédito. O que começou por aparecer como uma solução elegante para as contradições do capitalismo torna-se, ao contrário, o lugar de um problema a ser superado (HARVEY, 1982, p. 288).

Marx vai pelo mesmo caminho ao defender que o capital financeiro e o sistema de crédito possuem condições de acelerar o desenvolvimento material das forças produtivas e o estabelecimento de um mercado global; entretanto, tais mecanismos também aceleram a formação de crises e revelam os “elementos da desintegração” do capitalismo. Isso resultaria, de acordo com Marx, na abolição do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista e, conseqüentemente, em uma contradição que resolveria a si mesma.

1.2.2 O “segundo recorte” da teoria da crise

O “primeiro recorte” da teoria da crise apresenta sua origem na esfera da produção. Dada a contradição que, necessariamente, é natural entre a produção e a circulação, as crises inevitavelmente encontram sua expressão na esfera da troca e da circulação.

De acordo com Harvey (1982), como o dinheiro é a forma independente por meio do qual a identidade do valor pode ser estabelecida a qualquer momento, é de se supor que toda crise apresente uma expressão monetária. As análises do crédito e da circulação do capital financeiro, da formação de capital fictício e todas as outras implicações financeiras e monetárias adicionam uma nova dimensão para a teoria de formação de crises e sua expressão, sob o capitalismo. Nesse sentido, o autor introduz o a ideia de “segundo recorte” da teoria de crise, isto é, uma versão mais atualizada da teoria, que procura integrar os aspectos financeiros e monetários às demais forças que desequilibram o sistema capitalista.

Conforme foi abordado anteriormente, o sistema de crédito aparenta possuir poder suficiente para contrariar a tendência de desequilíbrios, na esfera da produção. Tal poder não possui capacidade de ser aplicado diretamente, mas é transmitido através dos preços e outros

sinais, na esfera da circulação. Entretanto, a existência desse poder não significa que ele será posto em uso ou que ele seja capaz de evitar as contradições do capital.

Sob uma perspectiva histórica, os ciclos de acumulação operam como meios pelos quais processos profundos de transformações sociais são atingidos. Esses ciclos providenciam espaços nos quais as forças produtivas e as relações sociais podem ajustar-se umas às outras, ou seja, a fim de garantir sua sobrevivência, o capitalismo adota mudanças que, temporariamente, aliviam as tensões entre o capital e o trabalho, ao mesmo tempo em que lançam bases materiais para a acumulação futura de capital.

O “segundo recorte” da teoria da crise estabelece diferenças entre as periódicas crises, sempre catalisadoras para transformações internas ao capitalismo. Tais transformações irreversíveis, como mudanças na circulação do capital, formação de classes, forças produtivas e instituições, trazem consequências de longo-prazo para a sociedade e são fortemente afetadas pela crescente socialização do capital, seja através do sistema de crédito, seja através das intervenções necessárias por parte do Estado. Cabe ressaltar que o Estado, com base em suas políticas econômicas e sociais, se torna responsável, em última instância, pelo controle das crises, com o intuito de recolocar as possibilidades de acumulação novamente em eixos viáveis, para a atividade capitalista.

1.3 A configuração espacial da produção: a mobilidade geográfica do capital e do trabalho

Um dos principais aspectos da evolução do capitalismo consiste na penetração das relações monetárias em quase todos os aspectos sociais, inclusive na esfera da vida privada. Essa subordinação formal da atividade humana ao capital, exercida através do mercado, tem sido cada vez complementada pela subordinação real, ou seja, pela conversão do trabalho na mercadoria força de trabalho, através da acumulação primitiva.

Essa radical transformação das relações sociais não progrediu uniformemente, em todos os lugares do mundo. Enquanto em determinados lugares ela se moveu rapidamente e foi bem-vinda, em outros ela sofreu forte resistência e caminhou mais lentamente. Da mesma forma, enquanto em determinadas localidades esse processo se deu pacificamente, em outras ela ocorreu através de violência genocida.

Tais mudanças também foram acompanhadas por relevantes transformações físicas, cujas implicações são radicais, para a sociedade. Harvey (1982) rapidamente aponta algumas dessas mudanças físicas que permeiam a organização contemporânea do espaço.

Novas forças produtivas foram produzidas e distribuídas em toda a face da terra. Concentrações enormes de capital e trabalho se reúnem em áreas metropolitanas de incrível complexidade, enquanto que os sistemas de transportes e comunicações, esticados em redes distantes pelo mundo, permitem que informações e ideias, bem como os bens materiais e até mesmo a força de trabalho, se movimentem com relativa facilidade. Fábricas e campos, escolas, igrejas, centros comerciais e parques, estradas e ferrovias marcam uma paisagem que foi indelevelmente e irreversivelmente esculpido de acordo com os ditames do capitalismo (HARVEY, 1982, p.373).

Mais uma vez, é de se destacar que essas transformações físicas não progridem uniformemente: é possível observar espaços em que há grande concentração de poder produtivo, enquanto em outros impera a ausência de forças produtivas. Esses dois movimentos de transformações podem ser acrescentados ao que Harvey denomina de “desenvolvimento geográfico desigual” do capitalismo.

De acordo com Harvey, o tratamento superficial dado às extraordinárias mudanças histórico-geográficas necessita ser revisto, para um exame teórico mais profundo e que torne tal temática coerente com suas reais implicações. Para ele, a dificuldade para o desenvolvimento de tal exame reside no fato de criar, na ausência de orientações teóricas anteriores, uma base teoricamente fundamentada em conceitos marxistas e que apresente suficiente robustez para lidar com as evidentes confusões, antagonismos e conflitos característicos da articulação espacial da atividade humana, sob a égide do capitalismo. Diante de uma vasta diversidade de possibilidades, seria fácil sucumbir ao chamado “fetichismo espacial”, isto é, equalizar todos os fenômenos *sub specie spatii* (sob a forma de espaço) e tratar as propriedades geométricas do espaço como padrões fundamentais. Também haveria o perigo oposto de ver a organização espacial como um mero reflexo do processo de acumulação e da reprodução de classes. Por essas razões, o caminho escolhido pelo autor procura explorar uma via intermediária.

Nesse sentido, além do local ser visto como um atributo material fundamental da atividade humana, ele também é tratado como sendo socialmente produzido. Assim, a produção das configurações espaciais pode ser tratada como um “momento ativo”, dentro da dinâmica temporal da acumulação e da reprodução espacial.

O espaço é um atributo material de todos os valores de uso. Mas a produção de mercadorias converte valor de uso em valor de uso social. Dessa forma, passa a ser necessário considerar como os atributos espaciais materiais dos valores de uso, a localização em particular, são convertidos em espaços sociais através da produção de mercadorias. Como essa produção implica em relações entre valor de uso, valor de troca e valor, segue-se que o entendimento das configurações espaciais, em seu aspecto social, dá-se através do entendimento da forma como ocorre a integração entre esses valores, na produção e no uso do espaço.

O trabalho concreto útil produz valor de uso, em um determinado lugar. Os diferentes trabalhos, realizados em diferentes localizações, são trazidos para uma relação entre si, através dos atos de troca. Assim, a integração espacial entre os diferentes produtores torna-se necessária, para que o valor se transforme na forma social do trabalho abstrato. A falha em alcançar tal integração espacial perturba a universalidade da forma valor, podendo levar a casos em que a troca se dê entre diferentes “sistema de valores” ou troca desigual entre diferentes sistemas de comércio.

A construção de uma integração espacial requer, como condição necessária, tanto o intercâmbio de mercadorias quanto a existência de um “equivalente universal” (como o ouro), como base monetária, para as trocas globais. Para isso ocorrer bem, barreiras físicas ao movimento das mercadorias e do dinheiro sobre o espaço precisam ser reduzidas ao mínimo. A condição suficiente para o desenvolvimento dessa integração é dada pela mobilidade geográfica do capital e da força de trabalho.

Ao se analisar o processo de integração espacial através da mobilidade do capital e do trabalho, não se deve utilizar das noções burguesas de mobilidade dos “fatores de produção”. Tal análise deve ser realizada sob uma concepção marxista, que busque observar o movimento do capital em suas diversas formas: mercadoria, dinheiro e processo de trabalho, empregando capitais constantes e variáveis, com diferentes tempos de giro. A habilidade do capital se mover depende de em qual desses diferentes estados ele se encontra. Nesse sentido, será analisada, separadamente, a potencial mobilidade do capital em cada um desses estados, antes deles serem integrados para a compreensão dos ritmos temporais e espaciais para a circulação e acumulação de capital.

1.3.1 Relações de transporte e mobilidade do capital como mercadoria

A continuidade da circulação do capital apenas pode ser assegurada através da criação de um eficiente e espacialmente integrado sistema de transporte, organizado ao redor de alguma hierarquia de centros urbanos. Além da possibilidade de se movimentar entre diferentes localidades, a velocidade com que tal movimento é realizado também é vital para o capitalismo, pois, nesse sentido, toda distância espacial é reduzida a tempo, não importando a distância física entre os mercados, mas o tempo (e a velocidade) com que estes podem ser alcançados.

A mobilidade do capital em sua forma mercadoria é realizada dentro de um quadro de perpétua mudança nos espaços relativos, desde o momento em que, através do desenvolvimento dos meios de transporte, as distâncias, em termos de custos e de tempo, deixaram de corresponderem às distâncias geográficas. Expansões ou contrações na rede de comércio possibilitadas pelas mudanças na capacidade de transporte implicam em alterações nas relações de valor, isto é, o acesso a produtos e recursos, antes inacessíveis, mas agora possibilitados por novas relações de transporte, podem causar impactos relevantes sobre o valor das mercadorias (e seus preços de produção).

As reduções nos custos e no tempo de movimento, acompanhadas por melhorias na regularidade e maior confiança dos serviços de transporte, pertencem ao desenvolvimento das forças produtivas pelo capital. De acordo com Marx, tais mudanças revolucionárias nos meios de comunicação e de transporte se tornam absolutamente necessárias em meio a um mundo em que as revoluções tecnológicas nos demais setores expandem o volume de mercadorias a serem intercambiadas.

Analisando a própria indústria de transporte, é possível destacar o surgimento de algumas contradições que trazem implicações relevantes para o desenvolvimento do capitalismo. Essa indústria apresenta a particularidade de possuir grande parte de seus ativos fixados em uma determinada localidade, muitas vezes implicando na necessidade de criação dos chamados “monopólios naturais”. Isso implica na restrição da competição entre diferentes capitalistas, em um mesmo local, e na criação de uma regulação estatal (ou até mesmo de monopólios estatais) para a viabilidade dessas infraestruturas. O fato relevante é que o capital fixo desse tipo é particularmente vulnerável ao processo de desvalorização.

A acumulação requer que uma quantidade cada vez maior de capital seja introduzida para a produção de meios de transporte e de comunicações. Entretanto, dadas as

especificidades dessa indústria, como a elevada composição técnica do capital, ela apresentaria fraco poder de produção de mais-valia; então, essa fraqueza precisaria ser compensada pelo avanço da produção de mais-valia nos demais setores.

Arelada a essa limitação, encontra-se a principal contradição inerente à indústria de transportes, a qual apresentaria consequências para o sistema como um todo. O capitalismo procura superar as barreiras espaciais através da criação de infraestruturas físicas, que são imóveis no espaço e altamente vulneráveis a desvalorizações específicas a determinados locais: estradas, ferrovias, canais, aeroportos e etc. não podem se mover, sem que o valor incorporado a eles se perca. O valor necessitaria ser imobilizado na terra, em grau cada vez maior, a fim de atingir a integração espacial e eliminar as barreiras espaciais para a circulação do capital. Em determinado ponto, tal valor incorporado na produção “do espaço” do sistema de transporte torna-se a barreira a ser superada. Assim, a preservação de valores particulares na rede de transporte significa restrições para a futura expansão do valor em geral. Como sempre, a concorrência capitalista leva o sistema a desvalorizar investimentos pretéritos, tornando-os menos “produtivos”, isto é, com custos mais elevados e/ou qualidade relativa menor.

Fortes desvalorizações e reestruturações no sistema de transporte, com tudo o que isto implica, para o formato das configurações espaciais e os níveis de integração espacial, se tornam inevitáveis, no entanto. Essa é a principal contradição que modifica e circunscreve a mobilidade do capital em sua forma mercadoria.

1.3.2 A mobilidade do capital variável e da força de trabalho

A força de trabalho é, no capitalismo, uma mercadoria, mas as condições que governam sua mobilidade são muito especiais. Ela é a única mercadoria que pode levar a si própria para o mercado através de sua vontade, demonstrando uma situação de aparente liberdade para o trabalhador. Entretanto, de acordo com Marx, o trabalhador é livre em um duplo sentido: por um lado, como homem livre, ele pode dispor de sua força de trabalho como sua mercadoria; por outro lado, ele não tem nenhuma outra mercadoria para vender, faltando-lhe tudo o que é necessário para a realização de sua força de trabalho, já que foi “libertado”, pelo processo de acumulação primitiva, do controle dos demais meios de produção.

A dualidade dessa liberdade se traduz em caminhos radicalmente diferentes, do ponto de vista de sua mobilidade geográfica. Como sujeitos criativos, os trabalhadores perpetuamente percorrem o mundo, à procura de escapar das depredações do capital, evitando os piores aspectos da exploração e sempre lutando para melhorar suas condições de trabalho e de vida. Entretanto, como objetos essencialmente dominados pelo capital, os trabalhadores não são nada mais do que capital variável, um aspecto do próprio capital, sendo que as leis que governam o movimento deste capital variável estão penetradas por aquelas que regulam a mobilidade e acumulação do capital em geral.

Dadas as condições gerais do trabalho assalariado, a liberdade do trabalhador para se mover é convertida exatamente em seu oposto, ou seja, na procura de emprego e de um salário mínimo de subsistência: o trabalhador é forçado a seguir o capital para onde este flui. A versatilidade e a mobilidade geográfica da força de trabalho, assim como a indiferença dos trabalhadores quanto ao teor de seus trabalhos, são condições essenciais para a “fluidez do capital”; sob essas condições, a liberdade do trabalhador é praticamente reduzida à liberdade do capital. Assim, quanto mais móvel é o trabalhador, mais facilmente o capital pode adotar novos processos produtivos e tirar vantagem de melhores localizações, implicando que a mobilidade geográfica dessa força de trabalho aparenta ser uma condição adicional para a acumulação de capital.

Essa afirmação não está livre de contradições. Se a mobilidade geográfica da força de trabalho está a serviço das necessidades do capital, então sua liberdade absoluta precisa ser circunscrita. O exército industrial de reserva, por exemplo, “liberto” de seus meios de subsistência, pela mudança tecnológica, pode criar condições favoráveis para a futura acumulação apenas se ele se mantiver disponível para o capital, ou seja, apenas se ele se mantiver no mesmo local. Dessa forma, rotas de fuga precisam ser bloqueadas por requisitos legais ou através de outros mecanismos sociais, como a posse da terra e aluguéis, que impeçam que os trabalhadores voltem para a terra e escapem do capital. Fica evidente que o capital precisa encontrar meios de manter esse exército de reserva vivo e estabilizado, em um local; para isso ele se utiliza, por exemplo, de seguro-desemprego, segurança social, esquemas de bem-estar social, entre outros mecanismos. Como os capitalistas individuais não podem suportar facilmente tais encargos, eles são normalmente assumidos pelo Estado. Assim, a mobilidade geográfica e social da força de trabalho pode ser orquestrada de acordo com as necessidades particulares, sendo que estas necessidades não são necessariamente (in)compatíveis com os requisitos gerais para a acumulação, já que é preciso considerar os

dilemas e contradições provenientes da luta de classes entre trabalhadores e capitalistas, e entre as diferentes subclasses pertencentes a esta última classe. Por estas razões, a “livre” mobilidade do trabalho se dissolve em uma confusão de exigências contraditórias, mesmo quando observada apenas do ponto de vista do capital.

Observa-se que o trabalhador, se não pode escapar inteiramente das amarras do capital, está apto a buscar condições melhores de vida, pois, independentemente da influência do capital, a análise final de uma oferta de trabalho dependeria do trabalhador. Entretanto, enquanto esse trabalhador precisar vender sua força de trabalho para sobreviver, ele não possui opção e a contradição acerca da liberdade do trabalhador se mantém. Sem uma solução para tal problema, tanto o trabalho quanto o capital são forçados a um padrão curioso de conflito e compromisso, sobre a mobilidade geográfica da força de trabalho.

1.3.3. A mobilidade do capital-dinheiro

Diferentes formas de dinheiro variam conforme a facilidade e a segurança com as quais elas podem ser movidas. Dadas as modernas condições atuais, o dinheiro de crédito é a forma mais móvel dentre todas as possíveis, podendo se mover ao redor do mundo tão rapidamente quanto as informações e instruções para seu uso permitirem. A única barreira física, que pode ser revolucionada através do progresso técnico, reside no sistema de comunicações, através do qual tais mensagens podem ser transmitidas.

A livre mobilidade dos fluxos de crédito necessita da existência de firmes arranjos institucionais, sendo os mais importantes prestados pelos Estados. Assim, a criação de um sistema de crédito livre das restrições espaciais e materiais depende, paradoxalmente, das diferenciações territoriais, que, em certas condições, podem impedir a livre circulação do dinheiro. Enquanto o dinheiro de crédito pode percorrer o mundo tão rápido quanto qualquer informação pode se mover, ele também encontra barreiras sociais afirmadas pela existência de diferentes moedas nacionais, sendo esta variedade resultante de fatores como reservas cambiais, taxas de câmbio e políticas adotadas pelos seus respectivos Bancos Centrais.

Nesse contexto, em tempos de crise, o dinheiro de crédito é forçado a retornar a sua base monetária, que é geograficamente diferenciada; se a viabilidade do sistema de crédito for contestada, cada Estado-Nação procurará proteger sua base monetária. Dessa forma, meios para aumentar o valor e a produção de mais-valia dentro de suas fronteiras nacionais serão

criados, assim como a competição internacional pelos fluxos de capital automaticamente surgirá. Outras formas para restringir o movimento do capital, como tarifas protecionistas, subsídios produtivos e controles da taxa de câmbio, serão colocadas em uso. O movimento da força de trabalho também pode ser controlado e restringido.

Com tal reação, toda a lógica do sistema entra em colapso. Para proteger a base monetária, que forma as fundações do crédito, a mais móvel forma do capital, torna-se necessário restringir a mobilidade espacial do capital em geral, demonstrando que esta situação é inerentemente instável e contraditória. Fica evidente, sob essas condições, que a ausência de arranjos supranacionais pode dissolver o sistema monetário internacional em uma situação de caos, com crises se espalhando geograficamente pelo globo.

1.3.4 A localização do processo produtivo

A origem da mais-valia encontra-se em um processo de trabalho concreto organizado sob relações capitalistas de produção e intercâmbio. A transformação material da natureza, a produção de valor de uso social, necessariamente ocorre em um lugar específico.

A localização da produção no capitalismo é um assunto complexo e com muito determinantes. As vantagens de um local particular dependem de um conjunto amplo de variáveis, englobando desde sua origem natural, como as dotações (recursos) disponíveis no ambiente, até demais características de ordem político-social e econômica. Nesse sentido, os produtores também se envolvem na competição por localizações mais favoráveis para o domínio de determinados mercados. De acordo com Harvey (1982), essas considerações são compatíveis com as diversas teorias de localização burguesa, mas não servem para o seu propósito de construir uma interpretação a partir de uma perspectiva marxista, com o intuito de preencher a lacuna deixada por Marx, que ignorou os aspectos espaciais provenientes das “leis coercitivas da competição”.

Em um ambiente de competição, vantagens locais relativas se traduzem em lucro excepcional. Porém, a taxa de lucro dos capitalistas produtores tende a se equalizar em todos os locais, seja através da apropriação da renda (como, por exemplo, pela elevação da renda da terra), ou pela mobilidade geográfica do capital produtivo.

Suponha que todos os capitalistas transfiram todos os elementos do seu capital para uma base anual e que eles são livres para mudar de local sem incorrer em qualquer desvalorização no final de cada ano. Imagine, também, um plano fechado em que os capitalistas concorrem com tecnologias idênticas e acumulam capital através da produção e troca de um produto homogêneo. Suponha, finalmente, que todos os capitalistas têm informação perfeita sobre as oportunidades de lucro desse plano. No final de cada ano, os capitalistas podem mudar para uma configuração espacial dos locais de produção que equalizam a taxa de lucro. Mas o que, então, eles fazem com o seu capital acumulado? Se um capitalista expande sua produção e muda sua localização para maximizar as perspectivas de realização de valor (tanto na produção e de troca), então outros capitalistas são obrigados a seguir o mesmo caminho, a fim de defender a sua posição competitiva. O efeito agregado de longo prazo em um plano fechado é que a busca por lucros excessivos individuais a partir da localização força a taxa média de lucro cada vez mais perto de zero. Este é um resultado extraordinário. Isso significa que a concorrência por uma vantagem locacional relativa em um plano fechado sob condições de acumulação tende a produzir uma paisagem de produção que é antiética à acumulação futura [...] isso é, ao que parece, uma versão espacial da tese de Marx sobre a tendência a queda na taxa de lucro (HARVEY, 1982, p.389).

Apesar de esse modelo não ser realista, ele ajuda a identificar algumas hipóteses úteis. É preciso considerar que esse processo de “equilíbrio espacial”, amplamente difundido pela teoria burguesa de localização, é visto, do ponto de vista marxista, como sendo parte integrante do processo que influi em crises de acumulação. Por outro lado, essas forças de compensação, que empurram a economia de produção para um aparente estado de desequilíbrio crônico, desempenham potencial papel para a resolução das crises espaciais de acumulação. A importância geral dessas hipóteses é confirmar que a localização é um momento ativo dentro da circulação e acumulação de capital, o qual, aliado aos processos de reestruturações radicais do espaço econômico, desempenha papel fundamental no processo de criação e resolução de crises, sendo que até mesmo pode existir um “ajuste espacial” (*spatial fix*) para as contradições internas do capitalismo.

a. Tecnologia versus localização como fonte de mais-valia relativa

Capitalistas podem, individualmente, buscar adquirir mais-valia relativa adotando tecnologias superiores ou procurando locações superiores, sendo que existe um *trade-off* direto entre ambos, na busca por lucros excepcionais. Por exemplo, produtores em locais desvantajosos podem compensar essa adversidade adotando tecnologias superiores, e vice-versa. Nesse sentido, configurações espaciais que produzam excesso de lucro de forma relativamente permanente podem reduzir os incentivos dos capitalistas em envolver-se em

mudanças tecnológicas, nesses locais vantajosos, a menos que tal excesso seja tributado e perdido de alguma forma.

Para explicitar melhor essa relação entre tecnologia e localização, Harvey (1982) trabalha com mais uma simplificação, uma situação hipotética em que a mobilidade da produção de capital e a apropriação rentista equalizam a taxa de lucro em todas as localizações, dentro de um plano delimitado, no qual há oferta finita de força de trabalho. Nessa hipótese, a acumulação iria proceder normalmente por todo o tempo em que ainda houvesse excedente de força de trabalho; com essa força cada vez mais sendo consumida, haveria uma pressão para os capitalistas perseguirem lucros excedentes através de novas tecnologias. Esse processo causaria distúrbio e alteraria as condições precedentes de equilíbrio espacial, definido como a equalização das taxas de lucro, fazendo com que a competição espacial seja reativada de várias formas:

- Produtores com tecnologias superiores podem estender seus mercados à custa dos outros, que são forçados também a mudar suas localizações ou a adotar novas tecnologias. Se essas novas tecnologias forem neutras em relação ao valor da força de trabalho, então a mais-valia permanecerá constante e será meramente redistribuída; se elas requererem um aumento na quantidade de capital, então a taxa de lucro irá declinar, com os capitalistas favorecidos ainda mantendo seus lucros excedentes. E se a taxa de lucro se estabilizar, então alguns dos competidores serão retirados do negócio, significando uma desvalorização específica a alguns lugares;
- Produtores que aumentam a composição técnica e de valor de seus capitais produzem três efeitos relacionados:
 - A demanda por força de trabalho na vizinhança dos inovadores pode diminuir, desencadeando desemprego, queda dos salários, e novas oportunidades para obter mais-valia relativa com as condições favoráveis do mercado de trabalho;
 - O mercado de bens salários nessa vizinhança declinará e seus fornecedores locais ficarão temporariamente em desvantagem. Eles podem inovar ou se realocar como resposta;
 - A demanda por meios de produção aumentará localmente e os fornecedores estarão temporariamente em vantagem.

A interação entre esses efeitos é relevante e a economia levará algum tempo para retornar a algum tipo de “equilíbrio espacial”, em que a taxa de lucro estará novamente equalizada.

- Substituições dentro das categorias de capital variável e constante, através de mudanças tecnológicas, também implicam na alteração de cálculos das vantagens locacionais:
 - A mudança de trabalho não qualificado para trabalho qualificado, e vice-versa, irá alterar, significativamente, o acesso a diferentes tipos de oferta de trabalho (qualitativa e quantitativamente), enquanto que a separação entre concepção e execução da produção pode permitir decisões locacionais para essas diferentes fases em várias formas de processos de trabalhos integrados;
 - A substituição de um tipo de matéria-prima por outro tem consequências locacionais diretas, dependendo da disponibilidade desses recursos na natureza;
 - Mudanças técnicas alteram a sensibilidade às limitações espaciais globais; enquanto a energia hidrelétrica, por exemplo, permite pequena escala espacialmente concentrada, mas localmente dispersada; a energia elétrica proveniente de outras fontes energéticas permite a dispersão relativamente sem restrições, ou a concentração da produção, dependendo de cada caso.
- Mudanças tecnológicas ou organizacionais (cooperação, aumento da divisão do trabalho e o uso de máquinas) tendem a promover o aumento da concentração espacial das atividades produtivas. A tensão entre concentração geográfica da produção de um lado, e a especialização territorial do outro, é bastante evidente e não pode ser compreendida independentemente do dinamismo tecnológico associado à acumulação do capital.

A conclusão geral, que pode ser obtida desses pontos, é que a busca por lucros excedentes, através de mudanças tecnológicas, não é independente da busca por esses mesmos lucros através da realocação da produção. Conforme afirma Harvey (1982), a competição promove mudanças na configuração espacial da produção, no *mix* tecnológico, na reestruturação das relações de valor, além de mudanças temporais na dinâmica geral da acumulação; o aspecto espacial da competição é um ingrediente ativo, na volatilidade dessa mistura de forças.

- b. O tempo necessário de giro do capital na produção: inércia geográfica e temporal e o problema da desvalorização

Os diferentes elementos do capital empregado na produção completam seu ciclo a taxas diferentes, em diferentes indústrias. Quanto maior é esse tempo de giro, maior é a inércia geográfica e temporal, dentro da economia do espaço da produção capitalista. Essa inércia é imposta, especificamente, pela ameaça da desvalorização, ou seja, como qualquer tipo de realocação da produção requer a queima de capital passado, os capitalistas procurarão apenas investir em novas localidades quando o ciclo de seus investimentos estiver chegando ao fim, reduzindo a desvalorização de seus ativos. Dessa forma, quanto maior é o período para a conclusão de determinados investimentos, maior será a resistência por parte desses capitalistas em promoverem mudanças em suas estruturas.

A contradição desse processo reside no fato de que o capitalismo, crescentemente, se baseia no capital fixo, incluindo aquele ligado a uma região específica, para revolucionar o valor da produtividade do trabalho; o aumento desses obstáculos à movimentação do capital se torna, então, a barreira a ser superada. A tensão entre a instabilidade gerada pelas novas formas do capital e a estagnação associada a investimentos pretéritos está sempre presente também na geografia da produção capitalista.

1.3.5 A configuração espacial dos ambientes construídos (*built environments*)

Um dos princípios gerais defendidos por Harvey é de que tanto o capital quanto o trabalho podem se tornar geograficamente móveis, ao custo de parcela do capital social total ser congelado em um determinado local. Tal condição é inerentemente conflituosa. Se a porção do capital livre para se mover recebe toda a vantagem de sua potencial mobilidade, então a porção fixa em um local irá sofrer reavaliações incertas, positivas ou negativas. Se essa parcela de capital fixa nos ambientes construídos é possuída por uma facção separada do capital, então esse estágio é também uma espécie de conflito entre capitalistas.

Essas funções existem independentemente de quem as ocupe. Quando capitalistas compram terras, desenvolvem e constroem sobre esse ativo, assumem múltiplas funções. Porém, quanto mais capital eles aplicam nesse tipo de atividade, menos eles dispõem para colocar diretamente na produção. Por esse motivo, a produção e a manutenção de ambientes construídos muitas vezes cristaliza um sistema altamente especializado que conecta agentes

econômicos, cada um desenvolvendo um papel separadamente ou em uma limitada combinação.

Esse sistema não pode ser entendido sem se diferenciar como sua distribuição se dá, entre seus agentes, através dos aluguéis, juros e impostos. O aluguel é a base do preço da terra e atua no sentido de alocar capital e trabalho na terra, guiando a alocação para produção, troca e consumo, e moldando a divisão geográfica do trabalho e a organização espacial da reprodução social. À medida que a terra se torna uma forma pura do capital fictício, seus títulos de propriedade passam a ser comercializados como ativos financeiros e o aluguel é assimilado como uma forma de juros com determinados atributos locais. O capital portador de juros pode, portanto, circular diretamente através do ambiente construído, e as receitas assim geradas podem ser capitalizadas e os títulos de propriedade negociados. Por fim, o Estado também facilita a circulação do capital, nesses ambientes construídos, pela emissão de títulos contra as receitas fiscais futuras. Essas últimas podem ser capitalizadas e convertidas em formas de capital fictício.

Na totalidade desse sistema, a circulação do capital a juros desenvolve um papel hegemônico, com o sistema de crédito afetando os mercados de terra e propriedades e a circulação da dívida pública, e pressionando seus respectivos agentes e usuários. A diferença entre as necessidades de produção e as possibilidades de realização pode ser continuamente monitorada através das flutuações nos aluguéis, taxa de juros e impostos, enquanto o mercado de terras, propriedades e dívidas dos governos providenciam elaborados sinais para investimento e desinvestimento de um lugar para outro. O onipresente risco de desvalorização também pode ser parcialmente socializado, pois uma séria perda em um território pode ser mais do que compensada por um ganho particular em outro. E se uma desvalorização massiva ocorrer localmente, ela pode ser parcialmente absorvida dentro do próprio sistema de crédito ou pelo Estado.

As relações complexas dos diferentes agentes econômicos se apropriando de diferentes tipos de receitas são trazidas para um quadro comum, em que o sistema de crédito desempenha funções fundamentais de coordenação. O resultado disso é a redução do tempo e do espaço para uma medida socialmente comum: a taxa de juros.

Todo esse sistema de relações, sobre o qual a produção das configurações espaciais no ambiente construído se baseia, tende a facilitar a exacerbação dos ataques insanos de especulação, naturais ao funcionamento do sistema de crédito. Esse movimento faz com que

parte crescente do capital circulante seja inserida nas esferas improdutivas tanto da especulação imobiliária quanto da dívida pública, em detrimento da mais-valia real da produção. A criação das configurações espaciais e a circulação do capital em ambientes construídos são momentos altamente relevantes, no processo geral de criação e resolução de crises.

1.3.6 A territorialidade das infraestruturas sociais

As infraestruturas sociais, que dão suporte à vida e ao trabalho, sob o capitalismo, não são construídas da noite para o dia e requerem certa profundidade e estabilidade, para serem efetivas. Essas estruturas e instituições são diversificadas e cumprem uma imensa variedade de funções:

Elas regulam contratos, troca, dinheiro e crédito, bem como a concorrência intercapitalista, a centralização de capitais, as condições de trabalho (como a jornada de trabalho) e vários outros aspectos da relação capital-trabalho. Elas costumam definir quadros específicos para a luta de classes. Elas fornecem meios para produzir conhecimentos científicos e técnicos, novas técnicas de gestão e novos meios para facilitar a coleta, armazenamento e transmissão de informações. Elas também abraçam a grande variedade de instituições que contribuem para a reprodução da força de trabalho (saúde, educação, serviços sociais, etc.) e vida cultural em todos os seus aspectos variados (incluindo a da burguesia) (HARVEY, 1892, pp. 398-399).

Os diferentes elementos dessa infraestrutura se unem em uma espécie de “complexo de recursos humanos” (*human resource complex*), maior do que a mera soma de suas partes. Em decorrência da ligação forte que une tão diferentes elementos, tal complexo não é facilmente mutável; nessa circunstância, as infraestruturas sociais não são instantaneamente ajustáveis às necessidades do capital, sendo que este, por sua vez, precisa de alguma forma se adaptar a estes elementos. A ideia defendida por Harvey é que a circulação do capital transforma, cria, sustenta e até mesmo ressuscita determinadas infraestruturas, ao custo de outras.

A circulação do capital deve ser considerada como um processo contínuo de expansão do valor. A circulação do valor através da infraestrutura social não é mais do que apenas um momento nesse processo total. O fluxo de valor que flui para tal segmento não produz mais-valia, mas simplesmente realça as condições para a produção de mais-valia.

Como o Estado é o campo geral da luta de classes, torna-se impossível discernir quais fluxos de valor sob sua égide representam as necessidades imediatas do capital e quais são resultados das pressões exercidas pelas outras classes. Muitos dos fluxos destinados às infraestruturas sociais, por exemplo, não possuem relação com o aumento da produtividade, mas sim com a circulação das receitas entre diferentes classes.

Do ponto de vista da acumulação, o investimento nesse tipo de infraestrutura não significa perda de capital, pois eles podem resultar em um aumento da produção de mais-valia, em consequência de melhorias nas condições sociais (como saúde e educação), mais do que compensando o aumento do ciclo de valorização do capital. Nesse sentido, esses investimentos desempenham importante papel no processo de acumulação, já que ao absorver valor durante um determinado período de tempo e gerar benefícios por períodos prolongados, no futuro, eles atuam como campo ideal para a absorção do excesso de capital acumulado, ou seja, eles protelam a desvalorização desse capital, evitando a queda da demanda efetiva, durante o período em que são realizados. Vale destacar que diferentes tipos de investimentos sociais possuem diferentes períodos de retorno, implicando na necessidade de uma gestão fiscal apropriada pelo Estado, com o intuito de manter a perspectiva de estabilização para o processo de acumulação, por períodos prolongados.

Entretanto, em última análise, os mesmos dilemas que surgem nos ambientes construídos também se desenvolvem na infraestrutura social. Ao melhorar as condições sociais e aumentar a obtenção de mais-valia, o problema subjacente da sobreacumulação é exacerbado; por outro lado, se as melhorias nas condições sociais não resultarem no acréscimo da produtividade, então esses investimentos são caracterizados como improdutivos e o valor absorvido neles é efetivamente perdido. Assim, a desvalorização do capital através da circulação improdutiva por essas infraestruturas se torna uma possibilidade real.

Investimentos desse tipo apresentam outra particularidade. Eles não se desgastam com o uso, como é o caso das máquinas, e se desenvolvem e se acumulam ao longo do tempo. Essa característica faz com que a circulação do valor através das infraestruturas sociais produza concentração geográfica de condições de alta qualidade. Assim, essas regiões aparentam possuir vantagens “naturais” para a acumulação, por terem recursos humanos e sociais desenvolvidos, acabando por atrair novos capitais produtivos. Nesse sentido, o desenvolvimento geográfico desigual das infraestruturas sociais é reproduzido através da circulação do capital.

É importante ressaltar que os Estados providenciam o principal canal para que os fluxos de capital sejam introduzidos na infraestrutura social. Para tal desempenho, destacam-se os impostos, como meio de manutenção dessa estrutura, e a dívida pública, como veículo para a realização e coordenação desses investimentos. Assim, a organização territorial do Estado, explicitando a importância das fronteiras nacionais, torna-se a configuração geográfica em que esse processo de investimento ocorre. Em um contexto de liberdade de fluxos de capitais, os Estados são forçados a competir entre si para a provisão das infraestruturas sociais como forma de atração desse capital, assim como para a atração de fundos que financiem suas dívidas. Como consequência, os Estados perdem poder para controlar politicamente esses capitais e são forçados a uma postura subserviente e competitiva. Nesse caso particular, o princípio geral da desvalorização específica a uma região é convertido em uma questão de desvalorização específica a um país, com caráter social destrutivo.

1.3.7 A mobilidade do capital e do trabalho em sua totalidade

A geografia histórica do modo de produção capitalista é construída a partir dos movimentos de intersecção de diferentes tipos de capital e força de trabalho. Em cada um dos estágios do processo de circulação do capital, o capital apresenta uma capacidade definida, única e especial, para se movimentar geograficamente. Desde que capital é definido, de acordo com Harvey, como valor em movimento, então ele necessariamente deve passar de um estágio para outro, o que significa que duas ou mais formas do capital (e da força de trabalho) precisam se encontrar em um mesmo local e em um mesmo período de tempo, no momento de sua transição.

Cada transição constitui uma intersecção mutuamente restrita de diferentes capacidades de mobilidade geográfica; o processo de circulação, em sua totalidade, compreende várias restrições mútuas, cada uma com suas especificidades. Tais restrições limitam a mobilidade geográfica, tanto do capital quanto da força de trabalho.

As restrições são mais acentuadas quando se considera que a acumulação livre de crises requer que a circulação de capital seja completada dentro de certo período de tempo, isto é, dentro do intervalo de tempo em que o capital é considerado como socialmente necessário. O capital que não circula nesse intervalo é desvalorizado. Entretanto, a mobilidade

geográfica requer que o capital permaneça em um estágio particular, enquanto ele se movimenta, aumentando o tempo necessário para completar seu ciclo. Assim, os requisitos temporais da circulação do capital limitam o tempo disponível para o movimento espacial, em cada estágio, fazendo com que a unidade da produção e realização do valor mantenha sua mobilidade geográfica dentro de limites circunscritos.

É preciso considerar que tais conclusões se aplicam estritamente a apenas um capitalista em seu próprio processo de expansão. A circulação agregada na sociedade é formada por inúmeros processos individuais desse tipo, uns no começo e outros no final de diferentes pontos do tempo. Dessa forma, oportunidades surgem para uma infinidade de substituições espaciais entre diferentes processos temporais, ainda mais quando é possível se utilizar de um sistema de crédito constituído, cuja finalidade é facilitar a substituição entre longas distâncias e processos temporais altamente divergentes.

A disciplina temporal da mobilidade espacial é ainda mais perturbada quando se considera a circulação do capital através das infraestruturas física e social. Tais formas de circulação possuem um duplo efeito. Primeiramente, como muitos aspectos dessas infraestruturas são fixos no espaço, o problema da mobilidade geográfica é convertido em um problema de transformação dos ambientes social e físico dentro dos quais outras formas de capital circulam; dada a complexidade da tarefa, esse processo de transformação é necessariamente lento.

Em segundo lugar, a grande quantidade de tempos de ciclo envolvidos permite substituições durante períodos de tempo mais longos, implicando na existência de uma variedade de potenciais caminhos para circulação. Cada caminho possui requisitos temporais diferentes, possibilitando oportunidades radicalmente diferentes para movimentos geográficos. A unidade produção e realização, em última instância, sujeita diferentes mobilidades geográficas, dentro de um desarticulado sistema temporal de fluxos para uma disciplina comum.

a. Complementaridade

A desagregação do processo de circulação entre muitos sistemas aparentemente independentes cria tensões dentro da unidade de produção e realização. Diferentes tipos de capitais podem se mover de forma a completar um ao outro, na busca de uma nova ordem

espacial. A transformação das configurações espaciais ocorre através de contínuos saltos de diferentes tipos de capital e força de trabalho, cada um com capacidade diferente de se mover. Além do mais, essa complementaridade dos capitais se dá dentro de um determinado intervalo de tempo requisitado.

Os horizontes temporais e espaciais do capitalismo são crescentemente reduzidos a uma manifestação da taxa de juros, ela mesma um reflexo das condições de acumulação. A sobreacumulação geralmente deprime essa taxa de juros e estende esses horizontes. Nesse caso, capitalistas são forçados a explorar geograficamente outras fronteiras ou a procurar a produção de mais-valia que dará retorno em um futuro cada vez mais distante. Com esse movimento, o capital finalmente encontrará as barreiras dentro de sua própria natureza, sendo estas responsáveis pelas crises.

As retrações e contradições nesse processo são marcadas pela ruptura da unidade de produção e realização, e pela perturbação da complementaridade no diferenciado movimento do capital.

b. Contradições e conflito

As diferentes formas de circulação e a mobilidade espacial permitem que o capitalismo modifique sua geografia histórica, de acordo com os ditames da acumulação. Mas, estes também aumentam imensamente as possibilidades de formação de crises. À medida que a complementaridade entre esses diferentes processos de circulação se torna difícil de ser garantida, as possibilidades de crise se proliferam.

A desvalorização é um fato normal da circulação. Nesse sentido, inúmeros “acidentes” e desvalorizações individuais ocorrem simplesmente porque as formas e quantidades de capital e força de trabalho não se encontram exatamente no lugar correto e na hora certa. Assim, erro de cálculo, falta de visão, informação deficiente, sistemas de transporte não confiáveis, entre outros, são exemplos de problemas que se escondem por trás dessa desvalorização. Esses exemplos fazem parte dos custos normais de fazer negócios, de explorar novas configurações espaciais e de definir novas oportunidades geográficas. Porém, a luta para minimizar tais riscos não apresenta efeitos inconsequentes: aglomerações, melhorias nos transportes e outros tipos de organizações geográficas podem atuar no sentido de reduzir esses custos, ao mesmo tempo em que alteram o ambiente em que são realizados.

As tensões associadas à perspectiva de desvalorização, por menor que ela seja, provocam fortes atitudes competitivas, que podem, em determinadas ocasiões, se transformar em conflitos entre facções. Destaca-se que antagonismos podem ser produzidos quando os diferentes tipos de capitais são possuídos por diferentes donos.

Através deste quadro, é possível entender como diferentes facções de capital podem tanto barrar umas às outras quanto se complementarem, na busca por ordens espaciais mais rentáveis; e como capital e trabalho podem usar o espaço como uma arma na luta de classes. Todo esse movimento deixa sua marca no desenvolvimento das forças produtivas e evolução das relações sociais, dentro da geografia concreta da história do capitalismo.

1.4 Desenvolvimento geográfico desigual e o “terceiro recorte” da teoria das crises

O papel do imperialismo e do colonialismo, isto é, da expansão geográfica e da dominação territorial, para a estabilização do capitalismo é uma questão não resolvida na teoria marxista. De acordo com Harvey, Marx (Capital) e Hegel (Filosofia do Direito) deixam em aberto algumas questões importantes referentes à relação entre os processos internos e externos da produção capitalista e falham em indicar como a sociedade civil pode permanentemente resolver seus problemas internos através da expansão espacial.

Em O Capital, Marx admite que o comércio exterior atua como uma força contrária à tendência à queda na taxa de lucro. O comércio exterior (e a exportação de capital) pode efetivamente aumentar a taxa de lucro, por muitos caminhos diferentes. Entretanto, o comércio, ao expandir a escala de produção nacional, acaba por acelerar o processo de acumulação e, consequentemente, o processo que culmina na tendência à queda dos lucros. Assim, o que aparenta ser uma solução se transforma em seu oposto, no longo prazo.

Hegel (1967) chega a conclusões semelhantes à de Marx. Para ele, as “transformações externas” (“*outer transformation*”) podem fornecer novos mercados e novos campos para a indústria, apenas ao preço de recriar as relações capitalistas de propriedade privada e capacidade de apropriação de mais-valia dos trabalhadores. Nesse processo, as condições que originaram os problemas anteriores internos são simplesmente replicadas em uma nova localidade. Hegel defende que as contradições internas da sociedade civil, em um determinado território (“*inner dialectic*”) produzem a polarização da riqueza entre uma camada que a acumula crescentemente, e outra que é explorada e acumula miséria; o

desenvolvimento dessa situação levaria à busca por novos mercados e formas de exploração, para além de sua localidade, precisamente, através do imperialismo e do colonialismo.

Em ambas as teorias, os autores não chegam a concluir que o limite externo para o processo de expansão se encontra no ponto em que cada pessoa, em cada lugar possível do mundo, for incorporada à órbita do capital. Até esse limite ser alcançado, as soluções externas para as contradições externas do capitalismo aparentam ser inteiramente factíveis. Nesse sentido, como será analisado a seguir, Harvey contribui para o esclarecimento e a inserção da questão geográfica, no contexto da formação das crises econômicas.

1.4.1 Desenvolvimento geográfico desigual

O capitalismo é inserido, cresce e se espalha dentro de uma rica variedade de ambientes geográficos, que abrangem grande diversidade de naturezas e da produtividade do trabalho. Como o capitalismo encontra barreiras inerentes a sua própria natureza, ele é forçado a produzir novas formas de diferenciação geográfica, como foi possível observar na seção anterior. Nesse processo, ele apoia a criação de novas distinções em formas antigas, ou seja, ele mais revoluciona culturas e instituições anteriores, transformando-as e criando novas funções e significados, do que propriamente as destruindo. Por essas razões, as diferenciações geográficas frequentemente aparentam ser o que elas não são: meros resíduos históricos, ao invés de aspectos ativos dentro do modo de produção capitalista.

É importante reconhecer que a coerência territorial e regional, que é ao menos parcialmente discernível no capitalismo, é mais ativamente produzida, do que passivamente recebida como uma concessão da “natureza” ou da “história”. Essa coerência surge da conversão de restrições temporais para restrições espaciais de acumulação. A mais-valia precisa ser produzida e realizada dentro de certo intervalo de tempo; se o tempo é necessário para a superação do espaço, então a mais-valia também precisa ser produzida e realizada dentro de um determinado domínio geográfico.

O desenvolvimento do espaço econômico do capitalismo sofre, assim, com inúmeras tendências contraditórias e contrapostas. Se por um lado as barreiras espaciais e as distinções regionais precisam ser quebradas, por outro, os meios para se alcançar esse fim implicam na produção de novas diferenciações geográficas, que formam novas barreiras a serem superadas. Fica evidente que a organização geográfica do capitalismo internaliza suas

contradições. É a partir desse movimento que Harvey extrai seu conceito de desenvolvimento geográfico desigual inevitável do capitalismo.

1.4.2. Concentração e dispersão geográfica

O desenvolvimento geográfico desigual é expresso, parcialmente, por uma oposição entre duas forças de compensação que atuam no sentido da concentração e dispersão geográfica da circulação de capital. No capitalismo, a tendência ao processo de aglomeração surge como consequência da necessidade de o capital completar o seu circuito produção-realização o mais rápido possível. A existência de economias de escala e de aglomeração, e a diminuição das barreiras físicas são fortes fatores, dentre outros, que levam a uma rápida aglomeração da produção, em locais específicos, como as cidades. A concentração da atividade produtiva em grandes centros urbanos está relacionada a mudanças nas condições sociais de vida e reprodução da força de trabalho; a existência de um exército industrial de reserva é um dos indícios de que a acumulação de capital e a miséria andam lado a lado, em espaços concentrados.

Essa tendência à aglomeração encontra tanto limites físicos quanto sociais. Custos de congestionamento, rigidez no uso de infraestrutura física, aumento dos aluguéis e falta de espaço mais do que compensam as economias de aglomeração. Do ponto de vista social, a concentração de miséria é terreno fértil para o surgimento de consciência de classe e agitação social. Por esses motivos, a dispersão espacial passa a se tornar cada vez mais atrativa.

Auxiliados pela mobilidade do crédito e pela tendência à eliminação das barreiras espaciais, as forças de dispersão ganham força e acabam por alargar o horizonte da esfera de circulação do capital, integrando o mundo em um único sistema, caracterizado pela divisão internacional do trabalho. Entretanto, essas forças de dispersão também encontram restrições que as limitam. A grande quantidade de capital fixo irrecuperável (*sunk*), as infraestruturas sociais com importante papel na reprodução do capital e do trabalho, e as restrições de mobilidade relativas ao processo de trabalho concreto, tendem a manter o capital preso no lugar.

As tendências opostas de concentração e dispersão correm uma contra a outra, não havendo nenhuma garantia de equilíbrio estável entre elas. A compreensão desse movimento de forças opostas pode ser importante para entender, por exemplo, porque uma região possui

desenvolvimento acelerado de suas forças produtivas, enquanto outra se encontra relativamente atrasada, ou seja, uma análise em termos opostos é mais completa do que uma observação unilateral. Assim, os antagonismos entre cidade e campo, centro e periferia, desenvolvido e subdesenvolvido, não são acidentais ou exógenos, mas apenas o produto coerente de diversas forças interconectadas que operam dentro do processo de circulação do capital.

1.4.3 A regionalização da luta de classes e facções

A luta de classes e o conflito entre facções assume um aspecto espacial, quase sempre territorial, sob o capitalismo. Para além das explicações baseadas no produto de sentimentos humanos locais (lealdade a uma terra ou comunidade) ou na antipatia entre diferentes grupos humanos (religiões e etnias), Harvey acredita que a regionalização das lutas de classes, independentemente destes sentimentos, possui uma base material, dentro do processo de circulação de capital.

A base para o surgimento de tais conflitos residiria no fato de que uma parte do capital social total precisa ser imobilizada no espaço, a fim de fornecer ao capital remanescente maior flexibilidade de movimento. Assim, o valor do capital imóvel atua no sentido de se defender para não ser desvalorizado, ou seja, atua para garantir que o processo de circulação do capital seja confinado, em um determinado território, por certo intervalo de tempo.

Se um compromisso local entre o capital e o trabalho é positivo, para a acumulação local, então a burguesia como um todo suportará esse relacionamento, criando as bases para o crescimento de uma aliança territorial, entre várias facções do capital, o Estado local e as demais classes, em defesa do processo de reprodução social. Nesse sentido, a competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações toma um novo significado, com cada aliança procurando capturar e conter os benefícios dos fluxos de capital e trabalho, para os territórios em que possui controle efetivo. Em tempos de crise, conflitos surgem para determinar qual localidade terá de suportar o processo de desvalorização, sustentando e até mesmo recriando todos os tipos de preconceitos locais e tradições incrustadas.

A estabilidade e coerência de cada territorialidade baseada em alianças são ameaçadas por poderosas forças de ruptura. Enquanto o capital e o trabalho podem se aliar em determinadas questões e se comprometerem em outras, o antagonismo entre ambos nunca

desaparecerá, tornando a manutenção de tal coerência um desafio constante. Em função da natureza dos ativos que possuem e dos privilégios que comandam, diferentes facções de capital e força de trabalho apresentam diferentes compromissos com o território, fazendo com que algumas facções sejam mais sólidas, em suas parcerias locais, do que outras. Apesar disso, todas as facções possuem um sentimento de tensão entre as virtudes do compromisso local e as tentações em se moverem.

Os conflitos territoriais são parte constituinte da luta de classes, no processo de acumulação e em suas contradições, na busca por bases alternativas de valorização. Essas novas bases abrangem tanto a criação de novas configurações espaciais quanto novos processos de trabalho. Assim, as alianças territoriais e os conflitos interterritoriais precisam ser construídos mais como momentos ativos do que como aberrações, dentro da história da luta de classes.

1.4.4 Arranjos hierárquicos e a internacionalização do capital

As tensões entre a imobilidade e a mobilidade do capital, entre a concentração e dispersão e entre os compromissos locais e as preocupações globais colocam imensa pressão sobre a capacidade organizacional do capitalismo. O resultado disso tem sido a criação de estruturas hierárquicas de organização, que podem conectar o local e o particular, com a realização do trabalho abstrato no cenário mundial.

Um bom exemplo de estrutura hierárquica são as empresas transnacionais. Tais empresas apresentam uma perspectiva global de atuação, mas integrada a uma série de circunstâncias locais de ampla variedade de lugares, internalizando as tensões entre local e global e entre imobilidade e mobilidade. As transnacionais possuem a vantagem de poder organizar a ocupação do espaço e a história de sua própria geografia, de acordo com um planejamento consciente; entretanto, o problema é que esses planos são concebidos em um ambiente de acumulação atormentado pela incerteza e crivado de contradições.

As várias estruturas de organização hierárquicas nas esferas, da finança, produção, pública, etc., juntamente com as hierarquias urbanas, estruturadas para garantir o movimento eficiente das mercadorias, engrenam-se desajeitadamente umas com as outras, a fim de definir uma variedade de escalas: local, regional, nacional e internacional. Questões que aparentam ser fundamentais para uma escala desaparecem inteiramente, sob outro ponto de vista; facções

que são participantes em uma escala podem sair de cena ou se transformar em outras. Entre o particular e o universal reside uma diversidade de arranjos organizacionais que medeiam a dinâmica dos fluxos de capitais, no espaço econômico do capitalismo, e providenciam múltiplos e diversos fóruns em que a luta de classe pode se desdobrar.

A complexidade de tais acordos, muitas vezes, obscurece sua importância como dispositivos de transmissão que relacionam a ação concreta particular com os efeitos globais do trabalho abstrato e, assim, confirmam a economia política que integra o indivíduo na totalidade complexa da sociedade civil.

1.4.5 O “terceiro recorte” para a teoria das crises: aspectos geográficos

Capitalistas perseguem a expansão do valor através da exploração, sem se preocupar com as consequências sociais disso. Eles sobreacumulam capital e criam condições que levam à desvalorização de capitais individuais e da força de trabalho, através de crises. Tudo isso ocorre, entretanto, dentro de um quadro de desenvolvimento geográfico desigual, produzido pelas diferentes mobilidades dos vários tipos de capital e força de trabalho, os quais se encontram conectados pelas limitações temporais impostas pelo processo de circulação de capital.

A partir disso, Harvey procura construir o “terceiro recorte” para a teoria de formação das crises, o qual, especificamente, reconhece as qualidades materiais do espaço social, tal como é definido sob relações capitalistas de produção e intercâmbio. O “primeiro recorte” da teoria das crises lida com as fontes subjacentes das contradições internas do capitalismo. O “segundo recorte” examina as dinâmicas temporais e como estas são moldadas e mediadas através dos arranjos financeiros e monetários. O “terceiro recorte” integra a geografia do desenvolvimento desigual à teoria das crises: como ele afirma, a construção dessa análise não é fácil e requer algumas drásticas hipóteses simplificadoras, a fim de captar a essência da formação das crises, dentro da concepção defendida.

a. Particular, individual e desvalorização específica a um local

Se o capital e o trabalho, por algum motivo, não estiverem no lugar certo, na hora certa, eles provavelmente irão se desvalorizar. A menos que haja poderes de planejamento consciente exercidos pelo sistema financeiro ou pelo Estado, os movimentos especulativos tornam-se comuns e fazem com que a exata coordenação no espaço e tempo seja uma questão de acidente. No curso normal dos eventos, alguns indivíduos (capitais) irão sofrer desvalorizações, enquanto outros se aproveitarão de lucros e remunerações anormais; as desvalorizações particulares e específicas a um local não se aglutinam em um grande padrão, sendo apenas parte do custo humano normal da acumulação através da competição.

Tal concepção possui duas características significativas. Primeiro, a desvalorização é uma determinação social, que implica na fusão do particular e individual (trabalho concreto) com o universal e social (trabalho abstrato), e sempre é específica a um lugar e tempo particular. Segundo, mais formas gerais de crise se originam da confusão de eventos locais, particulares e individuais. Nesse sentido, Harvey (1982) demonstra como uma possibilidade de crise pode surgir a partir da localidade:

Revoluções no valor são desencadeadas pela busca de mais-valia relativa através de mudanças tecnológicas ou mudanças locacionais. O efeito é desvalorizar os capitais empregados em tecnologias inferiores ou em locais inferiores. Este processo é complicado porque a unidade para acelerar o tempo de giro por meio de melhorias em transportes e comunicações altera espaços relativos e assim pode transformar locais superiores em inferiores e vice-versa. O movimento de trabalhadores individuais em busca de maiores padrões de vida material e melhores condições de trabalho aumenta a confusão - a vantagem para o capital ao ter acesso a fontes baratas de trabalho excedente em determinados locais pode ser reduzida por meio da migração do trabalho. O efeito total é que desvalorizações específicas a um lugar tornam-se mais do que apenas um caso fortuito, acidental. A competição espacial leva a um fechamento de fábricas aqui, a perda de uma ligação ferroviária de lá. Perdas associadas de empregos e a diminuição da demanda efetiva local para bens de salário ou ajustes no capital fixo dentro da economia de espaço implicam novas desvalorizações (HARVEY, 1982, p. 426).

Assim, as desvalorizações são sistematizadas dentro de certa configuração espacial, através do poder de racionalização da luta de classes e da competição, sobre as formas relativa e absoluta de mais-valia. A contínua reestruturação das configurações espaciais, através de revoluções no valor, precisa ser observada como uma característica normal do capitalismo.

b. Formação de crises dentro das regiões

A sobreacumulação provém das contradições entre as forças produtivas e as relações sociais, dentro do processo de circulação do capital. Essas contradições quebram a unidade entre produção e realização da mais-valia, podendo esta unidade somente ser reestabelecida através de crises de desvalorização. A ameaça de desvalorização paira sobre a sociedade, que está destinada a experimentar angústia social, perturbações e instabilidade, até que as condições de acumulação sejam reestabelecidas à força.

Esse tipo de “dialética interna” força a sociedade a procurar alívio, através de algum tipo de “ajuste espacial”. As fronteiras da região são relaxadas e a tranquilidade é alcançada pela exportação de capital, mercadoria ou capacidade produtiva e, da mesma forma, pela importação de força de trabalho de outras regiões. A tendência de sobreacumulação nessa região permanece, porém a desvalorização é evitada pelas sucessivas e maiores “transformações externas”. Esse processo se mantém até todas as possibilidades externas serem exauridas ou as demais regiões iniciarem um movimento de resistência contra sua subserviência.

Entretanto, ao abrir suas fronteiras para os fluxos de capital e trabalho, as relações de valor em uma região passam a refletir a totalidade de diferentes modos de trabalho que envolvem o mundo, ou seja, revoluções no valor podem ser impostas por outras regiões de fora, as quais talvez já tenham vivenciado um período de desvalorização violenta e reestruturado sua base produtiva, de forma mais racional. A competição inter-regional ganha destaque e a força relativa das alianças regionais se torna um fator importante.

A distinção entre transformações internas e externas se torna difícil de isolar, e as fronteiras regionais ficam altamente porosas aos movimentos do capital e do trabalho. Assim, a gravidade dos problemas de sobreacumulação, em um lugar, pode ser aliviada pelo desenvolvimento ou desvalorização em outro, dependendo da intersecção de todas as forças divergentes e conflitantes.

Os períodos de recessão e recuperação no ciclo de acumulação podem variar de uma região para outra, de acordo com os efeitos de interação. Dessa forma, a unidade para o processo de acumulação se fragmenta em diferentes ritmos regionais, que podem ser facilmente ajustados, para se compensarem, assim como estabelecerem relações que podem descambar em um vasto *crash* mundial. Assim, existe a possibilidade real do ritmo global de acumulação ser sustentado por oscilações compensatórias de suas partes. A geografia do

desenvolvimento desigual ajuda a converter tendências a crises do capitalismo em configurações regionais compensatórias de rápida acumulação e desvalorização.

c. Comutação de crises

A comutação suave do excesso de capital e trabalho de uma região para outra, que cria um padrão de compensação das oscilações dentro da totalidade, encontra fortes barreiras. Quanto mais aberto é o mundo à reestruturação geográfica, mais facilmente soluções temporárias para problemas de sobreacumulação podem ser encontradas. Entretanto, quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais ele tende a sucumbir às forças que atuam no sentido da inércia geográfica.

As forças da inércia são oriundas da própria circulação do capital, que, para se valorizar amplamente, requer cada vez mais capital imobilizado em infraestruturas físicas e sociais, fundamentais para fornecer suporte à atividade produtiva. Alianças territoriais, que crescentemente se tornam poderosas e entrincheiradas, agem para proteger e elevar o valor do capital já comprometido com a região. Todas essas forças se relacionam e fortalecem a tendência em direção à inércia geográfica e ao impedimento de rápidas reestruturações no espaço econômico.

Assim, novas configurações espaciais não podem ser alcançadas, pois as desvalorizações regionais são impedidas, por forças contrárias. O desenvolvimento geográfico desigual, então, assume uma forma inconsistente com a acumulação sustentável, tanto em escala regional quanto global. Quanto mais as forças de inércia prevalecem, mais profundas serão as crises do capitalismo e mais selvagem terá de ser a comutação das crises, a fim de restaurar o equilíbrio deturpado.

1.4.6 Construindo em direção a crises globais

O desenvolvimento desigual do capitalismo e a expansão não podem curar suas contradições internas, assim como seus problemas também não podem ser resolvidos através de algum “ajuste espacial” mágico. É preciso reconhecer que as crises se originam de eventos particulares, em determinadas localidades caóticas, e se constroem através do

desenvolvimento geográfico desigual coordenado por formas organizacionais hierárquicas. Seus impactos podem ser espalhados, ou de certa forma mitigados, pela comutação de fluxos de capital e trabalho, entre setores e regiões, ou através de uma reconstrução radical das infraestruturas física e social. As crises globais se formam, conforme Harvey, como violentas fusões desses fatores desconexos, operando independentemente um de outro, embora ainda correlacionados.

Embora os ritmos de acumulação variem de uma região a outra, a tendência em direção à sobreacumulação e desvalorização é universal, para todas as regiões. Por essa razão, cada região é forçada, periodicamente, a procurar alguma transformação em suas relações externas, que de alguma forma irão aliviar o desconforto de suas próprias crises de desvalorização. Essa busca por soluções externas não se dá através do comércio, mas pela construção de novos sistemas de produção, baseados em novas relações sociais.

O excesso de capital emprestado no exterior contribui para a formação de novas forças produtivas, em outras regiões. A sobreacumulação interna apenas pode ser aliviada se o excesso de capital (ou seu equivalente em mercadoria) for enviado para o exterior, com o objetivo de criar forças produtivas em novas regiões, em uma base constantemente acelerada. A exportação dessas forças produtivas significa a exportação de todo um pacote do modo de produção capitalista, que inclui modos de distribuição e consumo, e também a expansão do proletariado em novas bases geográficas. Tal processo gera uma diversidade de efeitos regionais, que variam conforme as relações entre as regiões e as condições prevalecentes em cada uma.

Esse aparenta ser o único caminho para se resolver o problema de sobreacumulação do capitalismo. As novas regiões são campos em que o excesso de capital pode ser facilmente absorvido em diversos caminhos, a fim de criar novos mercados abertos e oportunidades de investimentos rentáveis. Porém, dilemas de outros tipos são encontrados. A nova força produtiva das novas regiões representa uma ameaça competitiva à indústria estabelecida anteriormente; além disso, o capital também tende a se acumular nas novas regiões, as quais são forçadas a buscar seu próprio “ajuste espacial”, para evitar desvalorizações internas.

O irrestrito desenvolvimento do capitalismo, nas novas regiões, causado pela exportação do capital, resulta em desvalorização ao capital interno, através da competição internacional. Se, por um lado, o desenvolvimento restrito no exterior limita a competição

internacional, por outro, ele bloqueia oportunidades para maior expansão da exportação do capital e gera desvalorizações internas.

Enquanto crises locais, regionais e de comutação são normais, para o funcionamento do processo de acumulação, através do desenvolvimento geográfico desigual, a construção das crises globais, geralmente experimentadas inicialmente como crises de comutação de intensidade crescente, depende da exaustão das possibilidades de uma maior transformação revolucionária, nos moldes capitalistas. Isso não depende da propagação de novas forças produtivas, ao redor do mundo, mas se baseia na oferta de nova força de trabalho.

Por baixo de todas as mudanças sutis, na divisão internacional do trabalho, na tecnologia e organização e na distribuição das forças produtivas, reside a proposição marxista básica: a acumulação de capital é o aumento do proletariado. Se a acumulação significa o aumento do proletariado, então isso significa a elevação da acumulação primitiva” de uma forma ou de outra.

Quando o capitalismo exaure todas as possibilidades de acumulação primitiva sobre formas sociais pré-capitalistas e intermediárias, então ele precisa procurar outro lugar, para obter novas fontes de força de trabalho. O resultado disso é que ele acabará por canibalizar a si próprio. Assim, quanto mais profunda a crise, maior será a parcela de capitalistas que sofrerá com a destruição de seus capitais e, portanto, maior será a acumulação primitiva à custa dos capitalistas já existentes.

Em períodos de desvalorização selvagem, as rivalidades inter-regionais tipicamente se degeneram em conflitos sobre quem suportará o ônus da desvalorização. Nesse sentido, exportação de desemprego, inflação e capacidade ociosa se tornam as armas do jogo. Os males do capitalismo não podem ser facilmente contidos e, ainda que a degeneração da economia em lutas políticas desempenhe sua parcela na estabilização de longo prazo do capitalismo, capital suficiente é destruído nesse percurso.

Capítulo 2 – Antecedentes da Crise

De acordo com a teoria marxista, independentemente da forma que esta assuma, o modo de produção capitalista apresenta uma série básica de pressupostos que o caracteriza e que pode ser assim resumida:

- 1) O capitalismo é orientado para o crescimento, ou seja, apenas com uma taxa de crescimento estável os lucros são assegurados e a acumulação de capital torna-se sustentável. Independentemente das questões e resultados sociais, políticos, geopolíticos e ecológicos, o crescimento é colocado como algo bom e inevitável, tornando-se algo necessário.
- 2) O crescimento real baseia-se na exploração de trabalho vivo no processo produtivo, isto é, na diferença entre o valor que o trabalhador produz e o que é efetivamente pago. Dessa forma, o controle sobre o trabalho, e a consequente dinâmica da luta de classes, torna-se vital para a perpetuação do capitalismo.
- 3) O capitalismo é, necessariamente, dinâmico tecnológica e organizacionalmente. Tal dinamismo se deve, em parte, às leis coercitivas da competição, que empurram os capitalistas na procura por inovações em busca de lucros. Entretanto, as mudanças tecnológicas e organizacionais também possuem papel fundamental na dinâmica da luta de classes e no controle sobre o mercado de trabalho. É importante destacar que essa dinâmica inovativa que também ocorre no aparato regulatório do sistema é fundamental para a sobrevivência do capital.

O que Marx procurou mostrar é que essas três condições básicas do modo de produção capitalista são inconsistentes e contraditórias, e que a dinâmica do capitalismo é, necessariamente, propensa a crises. Assim, em sua análise, não há nenhuma forma de combinação entre essas três condições que consiga produzir um crescimento estável e sem problemas.

Essa tendência a crises do capitalismo produz periódicas fases de sobreacumulação de capital, definida como uma condição em que o capital ocioso e a oferta de trabalho ociosa existem lado a lado sem que surja aplicação aparente para unir tais recursos em algo socialmente útil. Uma condição de sobreacumulação pode ser indicada pelo excesso de capacidade produtiva ociosa na economia, de *commodities*, estoques, capital dinheiro e/ou alto desemprego.

O argumento marxista é que essa tendência à sobreacumulação de capital nunca pode ser eliminada sob o capitalismo. Uma questão, então, é saber como essa tendência pode ser expressa, contida, absorvida ou controlada de maneira que não ameace a ordem social capitalista. Como observado no capítulo anterior, há inúmeras maneiras de combater o

processo de sobreacumulação, seja através de desvalorizações de ativos e estoques, controle macroeconômico, seja pela absorção através de ajustes espaciais ou temporais.

Isso posto, fica evidente que o modo de produção capitalista pode assumir diferentes formas, dependendo das características históricas, sociais, políticas e econômicas em que se encontra, atuando, porém, sempre em busca da garantia de um crescimento estável e do adiamento dos problemas inerentes ao seu funcionamento.

Esse capítulo buscará analisar a evolução do capitalismo no período anterior à crise de 2008, com o intuito de identificar as estruturas e tendências que foram colocadas em uso e que determinaram os arranjos econômicos do período pré-crise. Assim, em um primeiro momento, se discute a configuração do modo de produção capitalista posterior à II Guerra Mundial – o *fordismo* – e que permitiu o *boom* de crescimento observado até meados dos anos 60; em seguida, analisa-se a transição, a partir da década de 70, desse modo de regulação para um modo de *acumulação flexível*, cujo surgimento está estritamente relacionado com as inovações tecnológicas e organizacionais do período e com o fortalecimento da ideologia neoliberal no campo acadêmico e político. Por fim, procura-se estabelecer uma relação entre as estruturas provenientes dessa acumulação flexível e o arranjo econômico e político – *Bretton Woods II* – estabelecido a partir dos anos 2000 e que foi fundamental no desenvolver da crise econômica de 2008.

2.1 Fordismo versus Acumulação Flexível: a transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX

Ao longo da história, as principais contradições resultantes do caráter mercantil do capitalismo, das relações salariais e das relações internacionais permaneceram inalteradas. No entanto, na história, diferentes soluções se estabilizaram como modelos de desenvolvimento. No capitalismo do final do século XX, houve mudanças profundas e fundamentais nos processos de trabalho, nos hábitos de consumo, nas configurações geográficas e geopolíticas, no poder e nas práticas dos Estados nacionais. Apesar das transformações observadas, há duas áreas dentro do sistema econômico capitalista que são necessárias, e precisam ser negociadas, para mantê-lo viável, independentemente da configuração que tal sistema possa assumir. A primeira surge das qualidades anárquicas da fixação de preços nos mercados e a segunda

deriva da necessidade de exercer controle sobre o modo como a força de trabalho é empregada, com o intuito de garantir a adição de valor à produção e, conseqüentemente, de lucros positivos.

A fixação de preços nos mercados tipicamente produz inumeráveis e sinais altamente descentralizados que permitem aos produtores buscarem coordenar suas decisões de produção em relação às necessidades e desejos dos demandantes (sujeitos às restrições de orçamento e custos que afetam ambas as partes para qualquer transação de mercado). Entretanto, como afirma Harvey (1989), a celebrada “mão invisível” de Smith nunca foi suficiente para garantir o crescimento estável do capitalismo, mesmo quando as instituições de fundo (propriedade privada, contratos executáveis, gerenciamento apropriado do dinheiro) funcionam adequadamente, pois, na prática, as pressões coletivas exercidas pelo Estado e demais instituições (religiosas, políticas, sindicais, empresariais e culturais), em um ambiente de mercados dominados e oligopolizados por grandes corporações e outras instituições poderosas, afetam a dinâmica do capitalismo de uma maneira vital.

A segunda arena de dificuldade nas sociedades capitalistas refere-se à capacidade de converter trabalho ativo de homens e mulheres em determinados processos de trabalho, cujo fruto pode ser apropriado pelos capitalistas. Trabalho de qualquer tipo requer certa concentração, disciplina, habituação a diferentes instrumentos de produção e conhecimento das potencialidades de inúmeras matérias primas para a conversão em produtos úteis. A produção de mercadorias sob condições de trabalho assalariado, entretanto, localiza muito de seu conhecimento, técnica e decisão, assim como o aparato disciplinador, fora do controle da pessoa que realmente realiza o trabalho. A disciplina da força de trabalho para os propósitos da acumulação de capital é algo complexo, que envolve, em um primeiro momento, uma mistura de repressão, habituação, cooptação e cooperação; tudo isso tendo de ser organizado não apenas no local de trabalho, mas através de toda sociedade. Nesse sentido, a socialização do trabalhador nas condições da produção capitalista implica o controle social dos poderes físicos e mentais em uma base bastante ampla (educação, treinamento, persuasão, etc.).

O período de hegemonia de uma ou várias nações que adotaram variantes do mesmo modelo pode ser considerado como o período de hegemonia desse modelo. De acordo com Lipietz e Leborgne (1988), um mesmo modelo de desenvolvimento pode e deve ser analisado sob três aspectos diferentes. Primeiro, o chamado *paradigma tecnológico* ou *modo de industrialização*, ou seja, os princípios gerais que governam a evolução da organização do trabalho e que não estão restritos à indústria e não dependem exclusivamente da tecnologia.

Segundo, o *regime de acumulação*, isto é, os princípios macroeconômicos que, por determinado período, descrevem a compatibilidade entre as transformações nas normas de produção e as transformações nas normas de uso do produto social. Por fim, o *modo de regulação*, a combinação das formas de ajustamento, que incluem desde hábitos culturais até formas institucionais (leis, acordos, etc.), comportamentos contraditórios dos agentes individuais e princípios coletivos do regime de acumulação.

O regime de acumulação aparece, portanto, como o resultado macroeconômico do funcionamento de um modo de regulação, tendo por base um modelo de industrialização. Essa compatibilidade é, no entanto, apenas um “achado”, produto involuntário de conflitos ideológicos e sociais, e não anula a necessidade de se buscar soluções negociadas para os problemas inerentes ao sistema de produção capitalista.

Harvey (1989) aceita a visão de que o longo *boom* de crescimento do pós-II Guerra Mundial, de 1945 a 1973, foi construído sobre certo conjunto de práticas de controle sobre o trabalho, misturas tecnológicas, hábitos de consumo, e configurações políticas-econômicas de poder, sendo que tal configuração pode ser denominada como *fordismo-keynesianismo*. O rompimento desse sistema, desde 1973, inaugurou um período de rápida transformação e incerteza. O novo sistema de produção e *marketing*, caracterizado por sua maior flexibilidade no processo de trabalho e nos mercados, de mobilidade geográfica e rápidas mudanças nas práticas de consumo, apresenta fortes contrastes entre a presente prática político-econômica e aquela utilizada naquele período pós-II GM, sendo suficiente para indicar a mudança do regime fordista para algo que pode ser chamado de *regime flexível de acumulação*.

2.2 Fordismo

Como modo de industrialização, o fordismo marca a conclusão da revolução taylorista do começo do século XX. Seus princípios são conhecidos: a padronização rigorosa dos gestos operativos e, correlativamente, a rigorosa separação entre as etapas de concepção e de execução manual da produção. Tal modelo teve um sucesso tal que engendrou ganhos de produtividade sem precedente na história mundial, ganhos que foram a base, mas não a condição suficiente, do *boom* de crescimento na “idade de ouro” do capitalismo pós-guerra.

As inovações tecnológicas e organizacionais de Henry Ford foram, em muitos aspectos, uma simples extensão de tendências bem definidas observadas em seu período. A separação entre gerenciamento, concepção, controle e execução (e tudo o que isso significa em termos de hierarquização das relações sociais e requalificação do processo de trabalho) também estavam se desenvolvendo em muitas outras indústrias. O que ocorreu de especial, em relação à Ford, foi sua visão e seu reconhecimento explícito de que a produção em massa significa consumo em massa, implicando em um novo sistema de reprodução da força de trabalho, com novas políticas de controle do trabalhador e de gerenciamento, assim como em nova estética e psicologia, ou seja, um novo tipo de sociedade democrática populista, moderna e racionalizada.

Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida, ou seja, o fordismo pós-guerra deve ser visto menos como um mero sistema de produção em massa e mais como um modo de vida total, em que a produção em massa, acompanhada do consumo em massa, significaram a padronização do produto, no sentido de criar uma nova estética e uma mercantilização da cultura.

O período pós-guerra observou o surgimento de uma série de indústrias baseadas em tecnologias que amadureceram no entreguerras e que tomaram novos extremos de racionalização na II Guerra Mundial. Automóveis, estaleiros, equipamentos de transporte, aço, petroquímica, borracha, bens de consumo elétricos e construção civil tornaram-se propulsores do crescimento da economia, focadas numa série de grandes regiões produtoras na economia global (Meio-Oeste dos EUA; o Ruhr, na Alemanha; a West Midlands, na Grã-Bretanha, e Tóquio-Yokohama, no Japão).

As forças de trabalho privilegiadas nessas regiões formaram um pilar da rápida expansão da demanda efetiva. O outro pilar baseou-se na atuação dos Estados na reconstrução das economias destruídas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos EUA), na renovação urbana, na expansão geográfica dos transportes e sistemas de comunicação, e no desenvolvimento estrutural tanto dentro como fora dos países capitalistas avançados. Coordenados pela interconexão dos centros financeiros mundiais, com os EUA e Nova Iorque como o topo dessa hierarquia, essas regiões centrais da economia mundial extraíram quantidades massivas de matérias primas do resto do mundo não comunista e procuraram dominar a massa crescentemente homogênea do mercado global, com seus produtos.

O fenômeno de crescimento que ocorreu no pós-guerra dependeu, então, como destaca Harvey (1989), de uma série de compromissos e reposicionamentos de parte dos principais atores do processo de desenvolvimento capitalista. O Estado teve que assumir novos papéis (keynesianismo) e construir novos poderes (estruturas) institucionais; o capital corporativo teve que se controlar, de certo modo, com o intuito de se mover mais suavemente e manter uma trilha segura de lucratividade; e o trabalho organizado teve que assumir novos papéis e funções em relação a sua performance no mercado de trabalho e no processo de produção. Portanto, o tenso, mas firme equilíbrio de poder que prevaleceu entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e o Estado Nacional, e que formou as poderosas bases para o *boom* no pós-II GM não surgiu por acidente, mas foi resultado de anos de luta.

As consequências iniciais do modelo de industrialização são bem conhecidas: uma elevação rápida e prolongada da produtividade, e uma elevação rápida e geral do volume de capital fixo per capita, caracterizando uma acumulação intensiva. Em certa medida, esse crescimento da produtividade no setor produtor de meios de produção deveu-se quase totalmente ao crescimento do volume de capital fixo per capita; entretanto, a inovação maior do pós-guerra consistiu em contrabalançar o crescimento da produtividade nos ramos de bens de consumo por um crescimento quase igual do poder aquisitivo. Assim, o crescimento estável, universalmente previsível e antecipado, estendido a quase todos os segmentos da população (principalmente aos assalariados), mostrou-se fundamental para o sucesso desse modelo. Portanto, como destacam Lipietz e Leborgne (1988), sob tal modelo a lei geral da estrutura de evolução do salário direto é: crescimento do salário = crescimento dos preços + crescimento da produtividade geral. Os países capitalistas desenvolvidos chegaram a esse resultado por meios diversos, mas, em geral, combinando o papel das convenções coletivas nos setores líderes e do salário mínimo fixado e garantido pelo Estado.

Do lado do capital, a concentração da propriedade e do controle capitalista é um fenômeno mais antigo do que o fordismo. No entanto, o aprofundamento da monopolização tem um significado micro e macroeconômico diferente, nesse contexto mais geral. A concentração das capacidades financeiras e tecnológicas e das partes de mercados em uma ampla gama de produtos interligados significa que os oligopólios podem tirar proveito da atmosfera geral de expansão dos mercados.

Em relação ao papel do Estado, as responsabilidades sobre a regulação da criação de moeda de crédito e a capacidade de interferir sobre os rendimentos disponíveis através do salário mínimo e das tributações e auxílios sociais, são os dois modos de inserção estatal na

economia característicos do fordismo. Conforme Lipietz e Leborgne (1988), a capacidade de manobra sobre a demanda social efetiva e sobre a liquidez monetária constitui a base do que se denomina políticas keynesianas, embora o keynesianismo propriamente dito tenha enfatizado as despesas diretas do Estado. Destaca-se que essas funções implicam uma expansão considerável das despesas sociais, sem excluir a extensão de outras funções do Estado: política agrícola e industrial, organização e financiamento da P&D, controle direto de certas indústrias, planejamento e desenvolvimento do território, e urbanismo.

O fordismo também está muito relacionado à questão internacional. O longo *boom* do pós-II GM foi dependente da massiva expansão do comércio internacional e do fluxo de investimentos. Desenvolvido lentamente fora dos EUA, já antes de 1939, o fordismo foi fortemente implantado tanto na Europa quanto no Japão, depois de 1940, como parte do esforço de guerra dos principais países beligerantes. Ele se consolidou e se expandiu no período pós-guerra, através de políticas diretamente ou indiretamente impostas através do Plano Marshall e subsequentes investimentos norte-americanos. O crescimento dos investimentos internacionais, principalmente na Europa, e do comércio internacional, permitiu que o excesso de capacidade da indústria dos EUA, que já não podia se aproveitar das vantagens inerentes do período de guerra e encontrava limites na demanda interna do país, fosse absorvida em outros lugares, enquanto o progresso mundial do fordismo significou a formação de mercados globais de massa e a absorção da massa da população global fora do mundo comunista, em uma dinâmica de um novo tipo de capitalismo global. Além disso, o desenvolvimento desigual da economia mundial significou a experiência de suaves ciclos de negócios, assim como compensações locais e amplas para as oscilações de um crescimento estável da demanda global.

Nesse sentido, o florescimento do comércio internacional significou a globalização da oferta de matérias-primas e *commodities* baratas. O internacionalismo também trouxe todo um novo espaço para outras atividades – bancos, seguradoras, serviços, hotéis, aeroportos e turismo. Essas atividades trazem consigo uma nova cultura global, que está profundamente pautada sobre novas capacidades para reunir, avaliar e disseminar informações.

Tudo isso estava seguro sob o poder econômico e financeiro hegemônico dos EUA, fundados sobre sua dominação militar. O acordo de Bretton Woods, de 1944, tornou o dólar a moeda de reserva mundial e atou firmemente o desenvolvimento econômico do resto do globo às políticas fiscal e monetária dos EUA. Os EUA poderiam, assim, atuar como o banqueiro do mundo em retorno da abertura dos mercados globais de *commodities* e de capitais, para o

poder de suas grandes corporações, além de conseguir suportar os elevados gastos com seu complexo industrial-militar. De acordo com Belluzzo (2005), esse sistema nasceu a partir de um compromisso implícito: o benefício da *seigniorage* concedido ao país emissor da moeda de reserva, os EUA, foi compensado pela liberdade atribuída aos demais países-membros de adotar políticas “keynesianas” internas e estratégias neo-mercantilistas de comércio exterior. Sob este guarda-chuva, o fordismo se espalhou desigualmente, com cada Estado procurando seu próprio modo de gerenciamento das relações trabalhistas, das políticas fiscal e monetária, e das estratégias de bem-estar social e investimentos públicos, limitadas apenas, internamente, pelo estado das relações de classe e, externamente, pela sua posição ocupada na hierarquia da economia mundial e sua taxa de câmbio, fixa, contra o dólar. Assim, a difusão internacional do fordismo ocorreu sob um quadro particular de regulação político-econômica global e de configuração geopolítica, na qual os EUA são dominantes, através de um sistema distinto de alianças militares e relações de poder.

É preciso ressaltar que nem todos os agentes foram incluídos nos benefícios do fordismo, havendo sinais de descontentamento até mesmo no apogeu desse sistema. Por exemplo, deve-se destacar que o poder de barganha salarial fordista estava confinado a certos setores da economia e a determinados países, em que o crescimento estável da demanda era compatível com investimentos em larga escala desenvolvendo e utilizando tecnologias de produção em massa. Outros setores com elevados riscos de produção ainda dependiam de baixos salários e fraca segurança trabalhista – até mesmos setores fordistas poderiam estar pautados sobre bases não fordistas de subcontratação, por exemplo.

Tais desigualdades produziram sérias tensões e fortes movimentos sociais provenientes das partes (mais) excluídas – movimentos compostos, na grande maioria dos casos, pelo modo como raça, gênero e etnia geralmente determinavam quem tinha ou não acesso ao trabalho privilegiado. As desigualdades foram difíceis de serem sustentadas em razão do crescimento das expectativas, alimentadas em parte por todo o artifício utilizado na criação de necessidades e na produção de um novo tipo de sociedade consumista. Negando acesso ao trabalho privilegiado da produção em massa, também se negava ao grande segmento da força de trabalho o acesso aos benefícios do consumo em massa; resultando assim em uma fórmula de descontentamento. Nesse sentido, pode-se destacar o surgimento e crescimento de movimentos sociais na luta pelos direitos civis, pelo feminismo e contra a pobreza e os supostos benefícios provenientes de tal sistema.

Para suportar o peso do crescente descontentamento, que algumas vezes resultou em desordem civil promovidas pela parte excluída, vários Estados tiveram que garantir, minimamente, algum tipo de proteção social, como propor um adequado salário mínimo social ou iniciar políticas redistributivas ou ações legais que poderiam, de algum modo, remediar as desigualdades, tratando a relativa pobreza e falta de inclusão das minorias. Ficava evidente que, cada vez mais, a legitimação do poder do Estado dependia de sua habilidade em espalhar os benefícios do fordismo para toda a sociedade e encontrar maneiras de ofertar adequados serviços sociais em escala abundante. Como afirma Harvey (1989), essa habilidade em prover bens coletivos dependia da contínua aceleração na produtividade do trabalho no setor industrial, pois apenas dessa maneira que o Estado de bem-estar keynesiano tornava-se fiscalmente viável.

A tudo isso, é necessário adicionar os descontentamentos dos países periféricos e subdesenvolvidos ao processo de modernização, que prometia completo desenvolvimento, fim da carência e integração ao fordismo, mas que apenas teria conseguido entregar destruição às culturas locais, opressão e várias formas de dominação capitalista, em retorno de ganhos escassos na melhoria do padrão de vida e serviços de quase ninguém, com exceção das influentes elites nacionais, que escolhiam colaborar ativamente com o capital internacional.

Entretanto, apesar dos descontentamentos e todo tipo tensão manifestada, as peças centrais do regime fordista se mantiveram firmes, pelo menos até 1973, e nesse processo conseguiu-se manter o *boom* do pós-guerra razoavelmente intacto, o que favoreceu os trabalhadores sindicalizados e, em algum grau, espalhou os benefícios da produção e consumo em massa para outras localidades. O padrão de vida material se elevou para a maior parte da população, nos países capitalistas avançados, e o ambiente de relativa estabilidade para os lucros empresariais se manteve. Isso permaneceu assim até a acentuada recessão que se inicia no final de 1973, a qual destruiu esse quadro e iniciou um rápido processo de transição para um novo tipo de regime de acumulação.

Como ressalta Belluzzo (2009), a impressão dominante naquele momento era a de que o capitalismo estava diante de um sólido e prolongado ciclo de expansão, agora a salvo das flutuações cíclicas violentas inerentes a sua dinâmica de crescimento. Afinal, novas formas de regulação e controle do sistema haviam sido introduzidas sob o impulso de forças sociais que emergiram ao final da guerra e que tiveram papel relevante na definição das estratégias de reconstrução do capitalismo europeu. Entre as principais características dessa nova institucionalidade, estava a admissão de que o Estado, obrigatoriamente, deveria promover a

regulação do ciclo econômico. Outra característica, associada às coligações sociais e políticas que emergiram nesse período, foi o crescimento do salário real e dos benefícios sociais, paralelamente ao aumento da produtividade do trabalho.

Fica evidente, então, que a regulação dos rendimentos pelo Estado e pelas convenções nacionais coletivas foi um dos pilares do sucesso do regime fordista de acumulação, paralelamente ao sucesso do paradigma industrial a ele correspondente e da instituição de um arranjo internacional mais previsível e que proporcionava maior autonomia aos países, no controle de suas políticas econômicas. Entretanto, no final dos anos 60, essa base começou a erodir: o crescimento da produtividade começou a diminuir e o capital fixo *per capita* a crescer, acarretando em uma queda na lucratividade e, conseqüentemente, queda na taxa de acumulação.

Uma das principais causas dessa erosão se encontra na internacionalização crescente dos processos produtivos e dos mercados. Esse movimento adicionou à categoria salarial a condição de um dos principais determinantes da competitividade internacional, acrescentando esse novo aspecto ao seu caráter já contraditório de fundamento tanto para custos das empresas e como do tamanho dos mercados internos. Nos anos 70, a arbitragem entre o crescimento do mercado interno e o equilíbrio da balança comercial se tornou cada vez mais difícil. Com o “choque monetarista” de 1979-1981, alguns dos maiores países capitalistas fizeram sua escolha, dando prioridade à competitividade e à reconstrução dos lucros. Assim, eles empreenderam a destruição do conjunto das regulações da relação salarial, colocando um fim definitivo à era fordista, após alguma indecisão, de 1973 até o final da década de 70.

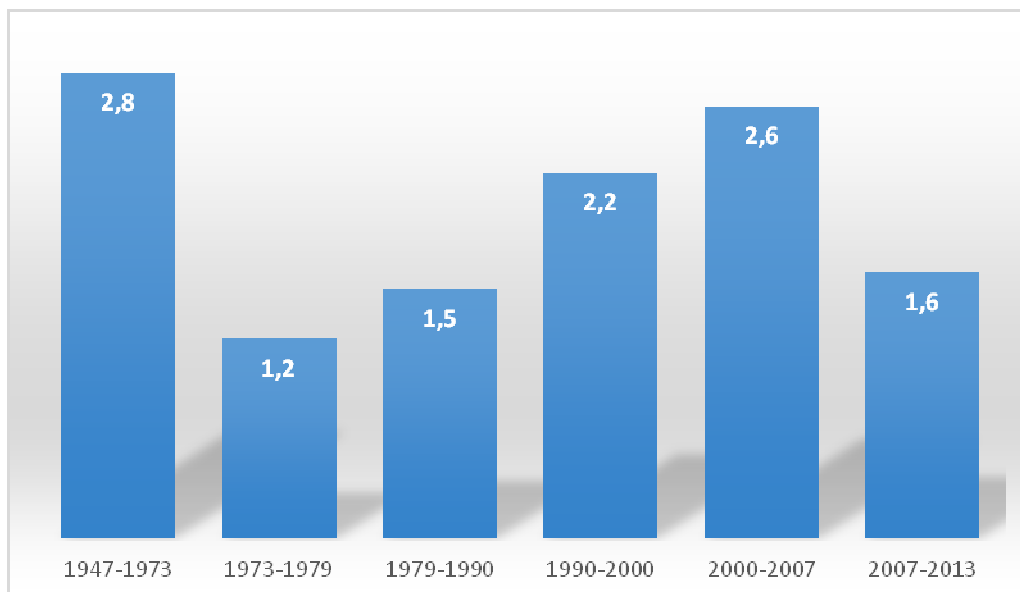
2.3 Transição do Fordismo para o Modelo de Acumulação Flexível

Em retrospectiva, parece que havia sinais de problemas sérios no fordismo, na metade da década de 1960: por esse período, a Europa Ocidental e o Japão já estavam completamente recuperados da II GM, seus mercados internos saturados e a busca por mercados externos para suas produções excedentes já se encontrava em funcionamento. Deve-se acrescentar que isso ocorreu em um momento em que o sucesso da racionalização fordista significava o relativo deslocamento de quantidades cada vez maiores de trabalhadores do processo de produção. A conseqüente escassez de demanda, nos EUA, proveniente desses fatores, foi compensada pela “guerra” contra a pobreza e pela guerra (neste caso, no sentido literal) no Vietnã.

Nesse mesmo período, as políticas de substituição de importação que se iniciaram em muitos países periféricos, especialmente na América Latina, junto com o primeiro grande movimento das multinacionais em transportarem suas manufaturas para a periferia, trouxeram uma onda de industrialização fordista competitiva para novos ambientes em que a proteção social e trabalhista não era suficientemente forte ou, em certos casos, até mesmo inexistia. Porém, o surgimento de uma crise latente do paradigma industrial, com a desaceleração da produtividade e o crescimento da relação capital/trabalho, conduziu a uma queda da lucratividade.

A produção capitalista, submetida a um processo de concorrência intercapitalista e a um desenvolvimento crescente da ciência e da tecnologia, tornava-se cada vez mais onerosa. Os capitais privados, mais e mais, tinham que investir em ciência avançada. Os ganhos elevados dos trabalhadores se tornavam cada vez mais incompatíveis com as novas condições de valorização do capital. Em consequência da crise de valorização do capital, que compromete sua capacidade de arrecadação e de investimentos públicos, o Estado também entra em crise, pois não havia o mesmo fôlego para continuar financiando a indústria capitalista. Em virtude da “crise fiscal”, como destacam Marques e Moreira (2007), os Estados perderam paulatinamente a condição de dínamo do desenvolvimento das economias locais e a capacidade de formular suas próprias políticas monetárias, além de se submeterem à tutela de organismos supranacionais. O controle externo impôs a remoção de barreiras protecionistas à livre circulação do capital financeiro e de mercadorias, abrindo um imenso espaço para a realização do capital.

Gráfico 1 – Média de Variação Anual da Produtividade no Setor Industrial – EUA – 1947 a 2013.



Fonte: Elaboração Própria – Dados do U.S. Bureau of Labour Statistics

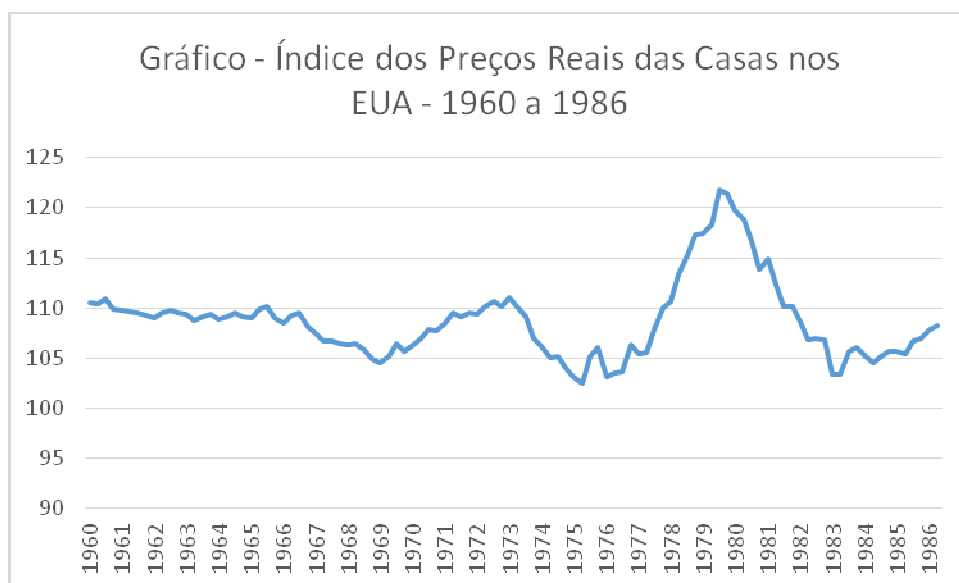
O declínio da produtividade e rentabilidade das empresas, a partir de meados da década de 70, significou o início do problema fiscal nos EUA, o qual não poderia ser resolvido a não ser ao custo da aceleração na inflação, que começou a minar o papel do dólar como a estável moeda de reserva internacional. A formação do mercado de eurodólar, a crise de crédito de 1966-67, e a contestação da universalidade do dólar pelos europeus foram sinais precedentes da diminuição do poder norte-americano como regulador do sistema financeiro internacional.

Em geral, o período entre 1965 e 1973 foi caracterizado pela inabilidade do fordismo e do keynesianismo em conter as, cada vez mais aparentes, contradições inerentes do capitalismo. De acordo com Harvey, essas dificuldades devem-se à rigidez desse sistema. Havia problemas com a rigidez de longo prazo e da grande escala dos investimentos de capital fixo nos sistemas de produção em massa, que impossibilitavam maior flexibilidade de *design* e presumiam crescimento estável em mercados consumidores que deveriam se manter invariantes. Também havia problemas de rigidez no mercado, na alocação e nos contratos de trabalho, sendo que quaisquer tentativas de superar tais problemas pareciam impotentes perante o poder arraigado da classe trabalhadora. A rigidez dos compromissos do Estado também se tornava séria a partir do momento em que as políticas de benefícios sociais cresciam sob pressão para manter a legitimidade, ao mesmo tempo em que a rigidez na produção restringia qualquer tipo de expansão da base fiscal para as despesas públicas.

A ferramenta principal escolhida para enfrentar a crise foi a política monetária, talvez a única ferramenta com resposta mais flexível para os problemas acima, ao permitir a impressão de dinheiro, ou, posteriormente, a restrição a ela, a qualquer taxa aparente necessária para conter a economia estável. Nesse sentido, inicia-se a onda inflacionária que eventualmente acabou com o *boom* do pós-guerra. Por trás dessas rigidezes, encontrava-se a aparente configuração fixa de relação de poderes que uniu o grande capital, o Estado e a classe trabalhadora favorecida em um tipo de aliança disfuncional e incapaz de assegurar a acumulação de capital.

O ímpeto do *boom* do pós-guerra foi mantido no período 1969-73, através da adoção de uma política monetária frouxa, por parte dos EUA e da Grã-Bretanha. A partir dessa política, o mundo capitalista foi inundado com excesso de fundos, que em um ambiente de poucos espaços para os investimentos produtivos, implicou no fortalecimento da inflação. Como resumem Belluzzo e Tavares (2004), com a nova divisão internacional do trabalho, facilitada pelo deslocamento das filias das grandes corporações, a economia dos EUA se viu forçada a ampliar seu grau de abertura comercial e a gerar crescente déficit comercial para acomodar a expansão comercial assimétrica dos países asiáticos, produzida, em grande parte, pela expansão global do grande capital americano. Este movimento está na raiz da ruptura definitiva do sistema monetário internacional e da crescente liberalização financeira.

O choque monetarista no início dos anos 70, quando os americanos declararam a inconvertibilidade do dólar em 1971, e permitiram a flutuação cambial em 1973, desencadeou uma flutuação geral das paridades das moedas e decretou o fim do Sistema de Bretton Woods; essa tentativa de frear o crescimento da inflação em 1973 expôs o excesso de capacidade das economias ocidentais e engatilhou a primeira quebra global dos mercados de propriedades (gráfico 2), além de severas dificuldades para as instituições financeiras. A isso é preciso adicionar os efeitos da decisão da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) de elevar o preço do petróleo no mercado global, medida consideravelmente relacionada à flutuação cambial do período e à consequente queda das receitas e do valor das “reservas de óleo” denominados na instável moeda americana. Dentre as consequências desses eventos, destacam-se dois fatos: primeiro, a mudança dramática dos custos relativos da energia pressionou todos os segmentos da economia na busca de alternativas para o petróleo, através do uso de novas tecnologias ou de mudanças organizacionais; segundo, o problema da reciclagem dos petrodólares, que exacerbou o já instável mercado financeiro global.

Gráfico 2 – Índice dos Preços Reais das Casas nos EUA – 1960 a 1986

Fonte: Elaboração própria a partir Shiller (2005).

As fortes políticas deflacionistas de 1973-75 teriam indicado que as finanças públicas estavam além dos recursos disponíveis, criando uma grave crise fiscal e de legitimidade. Ao mesmo tempo, as grandes corporações encontravam-se com excessiva capacidade ociosa e sob condições de intensa competição; isso as forçou a um período de racionalização da produção, reestruturação e intensificação do controle sobre o trabalho. Mudanças tecnológicas, automação, busca por novas linhas de produtos e nichos de mercados, fusões e aquisições, e tentativa de acelerar o ciclo de seus próprios capitais surgiram a partir das estratégias das empresas para sobreviver sob condições gerais de deflação. Como afirmam Lipietz e Leborgne (1988), tanto a reação dos empresários (via internacionalização da produção) como do Estado (através da generalização das políticas de austeridade) levaram a uma crise do emprego e do Estado de bem-estar social. Mas, esta internacionalização e a estagnação dos rendimentos detonaram, por sua vez, a crise do lado da demanda, no fim dos anos 70.

A aguda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, sacudiu o mundo capitalista para um período de estagflação (crescimento econômico estagnado e elevada inflação de preços), colocando em movimento uma série de processos que procuravam minar os compromissos do fordismo. Os anos 70 e 80 foram um período turbulento, devido à reestruturação econômica e social e ao ajuste político. No campo social, devido à incerteza,

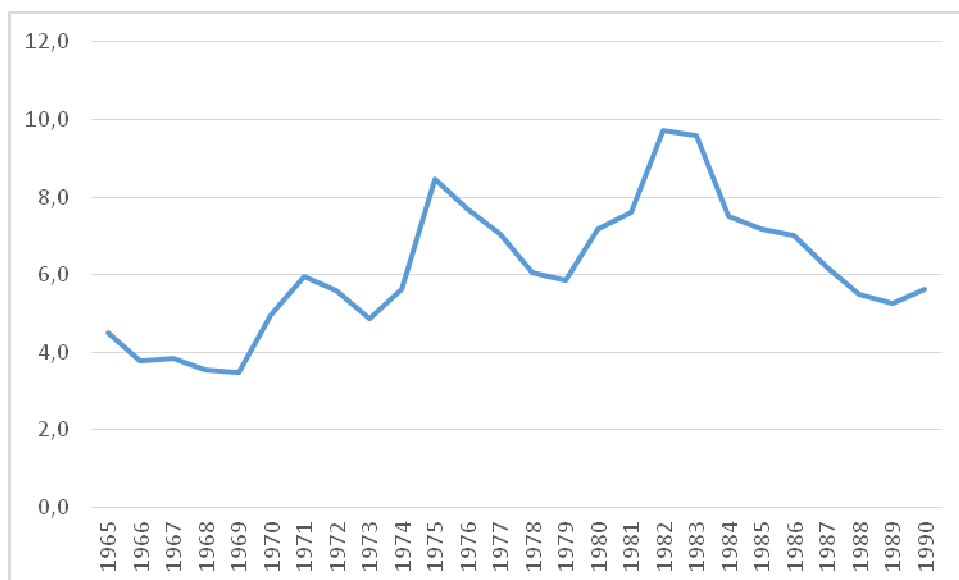
uma série de novas experiências em relação à organização industrial, assim como na vida política e social, começaram a tomar forma. O objetivo do choque monetarista não era somente acabar com as formas de regulação fordista (via desindexação dos salários, cortes na seguridade social e restrições de crédito) e, conseqüentemente, do regime de acumulação correspondente (menos consumo de massa, mais lucros, mais altos salários, poupança e investimentos). O próprio paradigma industrial estava em questão, e novas vias eram exploradas. Essa exploração foi apresentada como uma “necessidade tecnológica”, e a correlativa destruição das velhas indústrias baseadas sobre o princípio fordista foi apresentada como uma “destruição criadora” *a la* Schumpeter. Esses experimentos representam as primeiras agitações para a passagem para um inteiro novo regime de acumulação, acoplado a um diferente sistema de regulação social e política, no qual a “flexibilidade” surge como fundamental.

A acumulação flexível é marcada por uma confrontação direta com a rigidez do período fordista. Ela se apoia na flexibilidade dos mercados de trabalho, processos, produtos e padrões de consumo, caracterizando-se pela emergência de novos setores de produção, novos caminhos para prover serviços financeiros, novos mercados, e grandes taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Isso implicou em mudanças rápidas no padrão de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto regiões geográficas, dando vida, por exemplo, ao vasto novo setor de serviços, assim como ao desenvolvimento de linhas inteiras de montagens e indústrias em regiões subdesenvolvidas. Como afirma Harvey, esse novo período implica em uma nova rodada do que ele determina de “compressão tempo-espço” no mundo capitalista, ou seja, os horizontes de tempo dos tomadores de decisão público e privado se reduziram, enquanto a comunicação por satélite e os custos decrescentes de transporte elevaram a possibilidade de espalhar as decisões imediatamente sobre os espaços mais distantes e variáveis.

Os poderes aprimorados da flexibilidade e da mobilidade permitiram aos empregadores exercerem maiores pressões sobre a força de trabalho, que se encontrava enfraquecida pela deflação selvagem da economia global, aumentando o desemprego a níveis sem precedentes nos países capitalistas avançados, no pós-guerra. Soma-se a isso o fato de o trabalho organizado ser também erodido pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões sem prévias tradições industriais, e pela importação de normas e práticas regressivas, nessas novas áreas de atuação. Dessa forma, a acumulação flexível implicou em níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e, posterior,

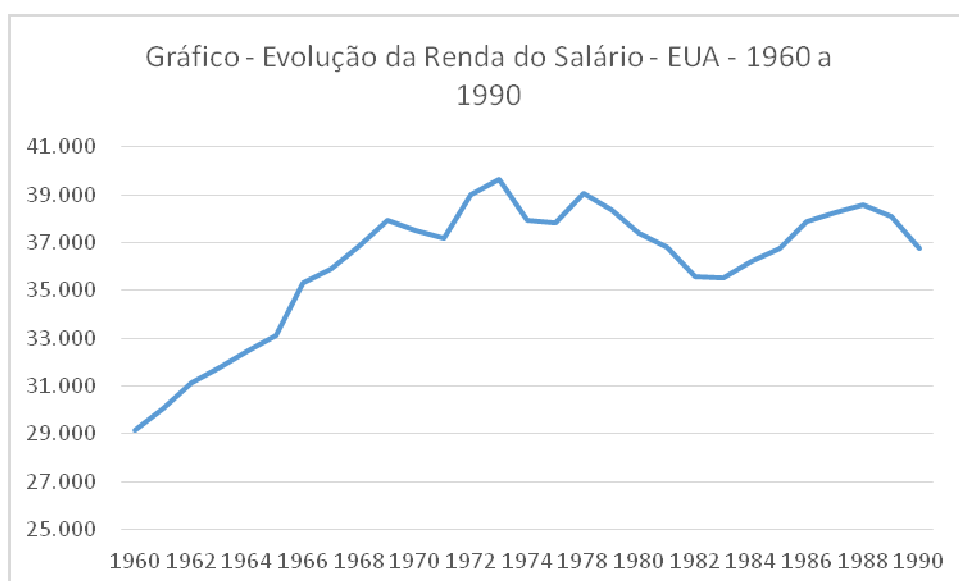
reconstrução das habilidades dos trabalhadores, modestos ganhos de salários reais e pelo enfraquecimento do poder dos sindicatos, um dos pilares políticos do regime fordista.

Gráfico 3 – Taxa de Desemprego nos EUA – 1965 a 1990



Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados do Bureau of Labor Statistics.

Gráfico 4 – Evolução da Renda do Salário – EUA – 1960 a 1990



Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados do U.S. Census Bureau.

O mercado de trabalho sofreu, então, uma radical reestruturação. Em face à volatilidade voraz do mercado, do aumento da competição e estreitamento das margens de lucros, os capitalistas ganharam vantagens contra sindicatos fracos e uma elevada quantidade de desempregados e subempregados, que tornavam o mercado e os contratos mais flexíveis. A transformação estrutural no mercado de trabalho foi paralelamente tão importante quanto as mudanças na organização industrial. Por exemplo, a difusão da subcontratação abriu oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permitiu a antigos sistemas domésticos, artesanais, familiares e patriarcais reviverem e florescerem, em determinadas regiões, como apêndices do sistema global de produção.

Novas técnicas e formas organizacionais na produção ameaçaram os negócios tradicionalmente organizados, resultando numa onda de bancarrotas, fechamento de plantas, desindustrialização e reestruturação, que colocou até mesmo as mais poderosas corporações em risco. Muito disso se deve ao fato de que a forma organizacional e a técnica de gerenciamento apropriadas para elevado volume de produção em massa padronizada não eram, muitas vezes, facilmente convertidas em sistemas flexíveis de produção, com sua ênfase em resolver problemas de forma rápida e altamente especializada, adaptando suas habilidades para propósitos especiais. Em setores onde a produção podia ser padronizada, tendeu-se a haver um movimento em busca de vantagens em força de trabalho com baixa remuneração, em países subdesenvolvidos, criando o que Lipietz (1986) chamou de “Periferia do Fordismo”.

O tal sistema de produção flexível permitiu e, em certo grau, baseou-se, na aceleração do ritmo de inovação de produto junto com a exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala. Sob condições de recessão e de elevada competição, a possibilidade de explorar tais oportunidades tornou-se fundamental para a sobrevivência de empresas e/ou linhas de produtos. O tempo de giro da produção, uma das chaves do lucro capitalista, pôde ser drasticamente reduzido pelo emprego de novas tecnologias de produção (automação e robótica) e novas formas organizacionais (como o sistema de entrega “*just-in-time*”, que reduziu radicalmente os estoques). Entretanto, acelerar o tempo de giro da produção pode se mostrar razoavelmente inútil, a menos que seja acompanhado pela diminuição também desse tempo para o consumo. Um exemplo disso está relacionado com o tempo de vida útil dos produtos que, no período fordista variava, em média, de cinco a sete anos, passando a durar menos que a metade disso em determinados setores.

Os novos sistemas de coordenação foram colocados em uso através de uma intrincada variedade de acordos de subcontratação (que conecta pequenas firmas a operações multinacionais de larga escala), com a formação de novas linhas de produção, em que economias de aglomeração se tornam crescentemente significativas, ou através da dominação e integração de pequenas empresas sob o controle de organizações financeiras poderosas. Isso sugere que a tensão que sempre prevaleceu no capitalismo entre monopólio e competição, entre centralização e descentralização do poder econômico, passa a ser trabalhada sob novas formas, de modo que o próprio capitalismo se organiza através da dispersão, mobilidade geográfica e respostas flexíveis nos mercados de trabalho e de consumo, tudo acompanhado com importantes inovações tecnológicas e institucionais.

A acumulação flexível foi acompanhada pelo lado do consumo, portanto, por uma grande atenção em tendências voláteis da moda e com rápidas mudanças e a mobilização de todo artifício para a indução de necessidades e transformações culturais. Nesse sentido, a estética relativamente estável do modernismo fordista foi substituída pela agitação, instabilidade e qualidade flutuante da estética pós-modernista, que celebra a diferença, efemeridade, espetáculo, moda, e a padronização das formas culturais.

A organização mais racional e a implosão da centralização foram alcançadas de fato pelo desenvolvimento de dois fatores de extrema importância. O primeiro refere-se à crescente importância e commoditização da informação, ou seja, o acesso e controle sobre informações, aliado a uma forte capacidade de processamento de dados, que se tornou essencial para a coordenação centralizada dos interesses distantes das corporações; assim, o próprio conhecimento se transformou em uma *commodity* chave para ser produzida e vendida sob bases comerciais organizadas. Nesse mesmo sentido, o controle sobre os fluxos de informação e os veículos de propagação dos gostos populares e da cultura também se tornou arma vital para a competição.

O segundo desenvolvimento deve-se à completa reorganização do sistema financeiro global e à emergência dos poderes ampliados da coordenação financeira. Mais uma vez surge um movimento duplo, em que, de um lado, há a formação de conglomerados financeiros e corretores com extraordinário poder global e, de outro, a rápida proliferação e descentralização das atividades e fluxos financeiros, através da criação de uma nova gama de instrumentos e mercados.

A fronteira entre diferentes funções como serviços bancários, corretagem, serviços financeiros, financiamento de imóveis, crédito para consumo e qualquer outro tipo de serviço tornou-se altamente porosa, ao mesmo tempo em que novos mercados de *commodities*, ações, moedas e débitos futuros surgiram.

O “novo” sistema financeiro, colocado em funcionamento desde 1972, mudou o balanço de forças do trabalho no capitalismo global, dando muito mais autonomia ao sistema financeiro e bancário. Fica evidente que a acumulação flexível se direciona muito mais para o capital financeiro, como uma força de coordenação, do que o fordismo. Isso significa que a potencialidade para a formação de crises financeiras e monetárias é muito maior do que antes, mesmo com o sistema financeiro sendo capaz de espalhar os riscos sobre diversas formas e mudar fundos rapidamente, de aplicações com lucros decrescentes em empreendimentos, regiões e setores, para aquelas mais promissoras. Muito desse fluxo e instabilidade pode ser diretamente atribuído à aprimorada capacidade de cambiar fluxos de capitais, passando por cima, em certo sentido, das restrições de tempo e espaço que normalmente afetam as atividades materiais de produção e consumo.

Os poderes crescentes de coordenação depositados no sistema financeiro global emergiram, em certo grau, às custas do poder dos Estados em controlarem tanto os fluxos de capitais como suas próprias políticas monetária e fiscal. Nesse sentido, sempre houve um delicado balanço entre os poderes financeiros e dos Estados, sob o capitalismo, mas o declínio do fordismo-keynesiano significou um evidente aumento de poder do capital financeiro em detrimento dos Estados Nações.

Na medida em que a competição internacional se intensificava sob condições de crescimento vacilante, os Estados se viram forçados a se tornarem mais “empresariais” e preocupados em manter o ambiente de negócios favoráveis, refreando o poder do trabalho organizado e de outros movimentos sociais. Dessa forma, políticas de austeridade, restrição fiscal e erosão dos compromissos sociais se tornaram recorrentes, em todos os países do mundo capitalista avançado.

Enquanto as raízes dessa transição são profundas e complexas, suas consequências, com a transição do fordismo para a acumulação flexível, estão razoavelmente claras: a crescente flexibilidade dos movimentos do capital enfatiza o novo, flutuante, efêmero, fugitivo e contingente, na vida moderna, mais do que os valores sólidos implantados sob o fordismo. À medida que as ações coletivas foram se tornando mais difíceis, o feroz

individualismo foi assumindo seu lugar, de forma necessária, embora não suficiente, para a transição entre esses dois regimes.

2.4 Como o fordismo resolveu os problemas da sobreacumulação de capital

Seguindo o arcabouço teórico desenvolvido por Harvey, devemos tentar compreender como o período do modelo fordista conseguiu “resolver”, isto é, conviver e adiar a tendência de sobreacumulação de capital, inerente ao capitalismo. Antes da II Guerra Mundial, não havia nenhum aparato regulatório apropriado para aliviar tal tendência, existindo apenas algumas tentativas de perseguir deslocamentos temporais e espaciais, principalmente dentro do próprio território, o que resultava, às vezes, em desvalorizações selvagens, dos tipos observadas nos anos 30 e 40.

Desde 1945, principalmente como consequência do detalhado planejamento durante a II GM, para a estabilização da ordem econômica no pós-guerra, emergiu uma estratégia de acumulação coerente construída a partir do controle de desvalorizações abruptas e da absorção da sobreacumulação por outros meios. Durante o período do fordismo, as desvalorizações realizadas através de oscilações violentas nos ciclos de negócios foram trazidas sob controle e reduzidas para um tipo de desvalorização estável, através da obsolescência planejada, reduzindo seus efeitos negativos. Por outro lado, o forte sistema de controle macroeconômico regulava o ritmo de mudança tecnológica e organizacional (principalmente através do poder monopolista das corporações), mantinha as lutas de classes dentro de certos limites (através da barganha coletiva e intervenção estatal), e mantinha a produção e o consumo em massa em certo equilíbrio, através do gerenciamento estatal. No entanto, deve-se destacar que esse modo de regulação não apresentaria nenhum tipo de sucesso, se não contasse com a presença tanto de deslocamentos temporais e espaciais, assim como com uma atenciosa intervenção estatal.

O financiamento keynesiano da dívida, inicialmente utilizado como uma ferramenta de curto prazo para controle dos ciclos de negócio, tornou-se uma tentativa de absorção da sobreacumulação, pela contínua expansão da formação do capital fictício e consequente expansão do peso da dívida. A expansão estável de investimentos de longo prazo, orquestrados pelos Estados, também se mostrou um caminho útil, pelo menos até meados dos anos 60, para absorver qualquer excesso de capital e trabalho. Nesse sentido, deslocamentos

espaciais, combinados com endividamento de longo prazo, tiveram ainda mais importância. Nos EUA, a radical transformação da economia metropolitana, através da suburbanização das indústrias e residências, assim como a expansão para o Sul e o Oeste, absorveu vastas quantidades do excesso de capital e trabalho. Internacionalmente, a reconstrução das economias do Oeste Europeu e do Japão acelerou os fluxos de investimentos estrangeiros, e o enorme crescimento do comércio global atuou como importante papel na absorção de superávits. Como afirma Harvey, o planejamento para o pós-guerra com “paz e prosperidade” enfatizou a necessidade de uma estratégia global para a acumulação de capital dentro de um mundo em que as barreiras comerciais e de investimento fossem gradualmente reduzidas e a subserviência colonial substituída por um sistema aberto de crescimento, progresso e cooperação, em um mundo capitalista descolonizado. Apesar de ser um programa ideológico e ilusório, muito desse conteúdo foi realizado, no tocante à revolução nos fluxos de comércio e investimentos globais.

Assim, foi principalmente através dos deslocamentos espaciais e temporais que o regime fordista de acumulação resolveu o problema de sobreacumulação no longo boom pós-guerra. A crise no fordismo pode ser interpretada, de certa forma, pelo esgotamento dessas opções para controlar o problema de sobreacumulação. Na impossibilidade de deslocamentos espaciais, o uso intenso de deslocamentos temporais foi acumulando dívidas sobre dívidas, até o ponto em que a única saída viável como estratégia de governo seria monetizá-la. Isso foi feito através da impressão de moeda até o desencadeamento de um processo inflacionário que reduziu radicalmente o valor real das dívidas passadas.

No campo espacial, com a criação e o amadurecimento de novos centros geográficos de acumulação (sul e oeste dos EUA, Europa Ocidental, Japão, novos países industrializados), eles se tornaram sistemas de produção fordistas e centros de sobreacumulação novos e altamente competitivos. A partir disso, a competição espacial entre distintos sistemas fordistas foi intensificada, com os regimes mais eficientes (como o japonês) e os de baixos custos (como os de países de Terceiro Mundo recém industrializados) levando outros centros a processos de desvalorização através da desindustrialização. Essa competição se intensificou a partir de 1973, a partir do momento em que a capacidade de resolver os problemas de sobreacumulação via deslocamentos geográficos se esgotou.

A crise do fordismo foi, portanto, tanto uma crise geográfica e geopolítica quanto uma crise de endividamento, luta de classes e estagnação corporativa, que se deu de maneira particular, em cada Estado. Nesse sentido, fica evidente que os mecanismos envolvidos no

controle das crises foram sobrecarregados pelo poder fundamental das contradições do capitalismo. As desvalorizações que ocorreram, nos períodos de 1973-75 e 1980-82, foram as primeiras tentativas de lidar com a tendência de sobreacumulação, até que algum outro regime superior de produção capitalista pudesse ser criado, de maneira a assegurar bases sólidas para futura acumulação em escala global.

A acumulação flexível parece se encaixar como uma simples recombinação de duas estratégias básicas que Marx definiu para a procura de lucro (mais valia). A primeira, denominada como mais valia absoluta, está relacionada à mudança para maiores jornadas de trabalho, junto com uma redução geral no padrão de vida da classe trabalhadora, tanto pela erosão dos salários reais quanto pela mudança do capital corporativo de regiões com elevados salários para outras com baixos salários. Muitos dos sistemas de produção padronizados construídos sob o fordismo foram, por esses motivos, mudados para a periferia, criando um “fordismo periférico”. Até mesmo os novos sistemas produtivos tiveram a tendência a mudar, uma vez padronizados, de seus núcleos regionais inovadores para localizações no Terceiro Mundo.

Sob a segunda estratégia, denominada como mais valia relativa, as mudanças tecnológicas e organizacionais colocadas em movimento permitiram lucros temporários para as empresas inovativas, assim como lucros generalizados, com a redução dos custos das mercadorias que definem o padrão de vida da classe trabalhadora. Embora as condições sejam diferentes em muitos aspectos, não é difícil perceber os elementos invariantes e as relações que Marx definiu como sendo fundamentais para qualquer modo de produção capitalista.

O capitalismo é uma força revolucionária constante na história do mundo, uma força que perpetuamente remodela o mundo em novas e, geralmente, inesperadas configurações; a acumulação flexível surge como uma nova configuração, capaz de conter as contradições do capitalismo para a próxima geração, ou até quando elas conseguirem manter tais ajustes temporários.

2.5 Mundialização do capital financeiro

A produção capitalista, submetida ao processo de concorrência e ao desenvolvimento crescente da ciência e da tecnologia, torna-se cada vez mais onerosa. Os capitais privados, em

quantidades cada vez mais elevadas, tinham que investir em ciência avançada e inovação tecnológica. Em relação aos trabalhadores, seus ganhos elevados se tornavam cada vez mais incompatíveis com as novas condições de valorização do capital. Em consequência da crise de valorização do capital, que compromete sua capacidade de arrecadação e de investimentos públicos, o Estado também entra em crise, ao não possuir mais tanta capacidade para financiar a indústria capitalista.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, os industriais descontentes com o baixo lucro de suas corporações e com os empecilhos gerados pelos movimentos operários passaram a canalizar o lucro de suas corporações em direção ao capital financeiro, em detrimento do capital produtivo. Nesse sentido, concentram as atividades na expansão financeira gerada pelos altos lucros advindos do capital especulativo, até o ponto em que se pode afirmar que o setor financeiro se “autonomizou” do setor produtivo, tornando a relação entre ambos pouco transparente. Como afirma Miranda (2004), nos anos 80, os empréstimos internacionais e o destino do dinheiro são mais direcionados para o movimento de especulação financeira do que para o financiamento da produção.

No campo político, o desenvolvimento do período da estagflação fortaleceu o bloco ideológico que se opunha às políticas “intervencionistas” e ao Estado do Bem Estar, que tratou de atribuir o desarranjo econômico à incapacidade destas políticas e práticas que buscavam, de alguma forma, controlar a instabilidade do capitalismo. Assim, tal concepção neoliberal deu ênfase à capacidade do mercado livre de empecilhos em mobilizar e fluidificar os recursos individuais. Como ressalta Belluzzo (2009), apesar de as propostas reformistas estarem comprometidas com a ideia de que é preciso liberar as forças criativas do mercado, as reformas liberalizantes efetivamente empreendidas a partir da década de 70 trataram de mobilizar os recursos políticos e financeiros dos Estados nacionais para fortalecer os respectivos sistemas empresariais envolvidos na concorrência global, ou seja, o Estado não saiu de cena, mas apenas mudou de agenda. Chesnais caminha por essa mesma linha de pensamento:

Os fundamentos da mundialização atual são tanto políticos como econômicos. É apenas na vulgata neoliberal que o Estado é “exterior” ao “mercado”. É preciso recusar as representações que gostariam que a mundialização fosse um desenvolvimento natural. O triunfo atual do “mercado” não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos... (CHESNAIS, 2000, p. 4).

A derrocada, a partir de 1971, do sistema de Bretton Woods, que impunha ao dólar constrangimentos pelo fato de ele ser conversível em ouro, como pivô de um sistema financeiro estável, foi um ato unilateral dos EUA. Este ato representou uma primeira vitória da finança concentrada e da ideologia neoliberal, abrindo a via para medidas mais radicais de liberalização e desregulamentação financeiras empreendidas, a partir de 1979. Para os EUA, a passagem para o regime de taxas flexíveis de câmbio significou um reforço da predominância do dólar, frente a todas as outras moedas e, portanto, de sua hegemonia no cenário mundial. Esta situação foi reforçada ainda mais pelo crescimento muito rápido da dívida pública americana a partir de 1980-1982, demonstrando que eles são o único país capaz de contrair uma dívida pública tão elevada sem sofrer imediatamente a “sanção dos mercados”. Ainda melhor, eles puderam dar aos bônus de seu Tesouro o estatuto de ativo financeiro que representa o “valor refúgio” por excelência.

As transformações ocorridas no cenário macroeconômico mundial, principalmente a partir do final da década de 80, dão margem para revelar a proeminência de um novo regime de acumulação de capital, o qual, segundo Chesnais (1997) pode ser classificado como um “regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”. Tal regime se insere em um contexto de baixas taxas de crescimento econômico; taxas elevadas de crescimento do valor nominal dos ativos financeiros; taxas de desemprego estrutural igualmente elevadas; maior desenvolvimento de rendimentos de origem financeira definidoras de grupos sociais denominados rentistas; conjuntura econômica mundial instável; desinflação, que mais tarde assume um aspecto de deflação; marginalização do sistema de trocas; e concorrência internacional sempre mais intensa.

O termo “regime de acumulação predominantemente financeiro” designa um modo de funcionamento do capitalismo marcado por dois fenômenos. O primeiro é a reaparição maciça, junto ao salário e ao lucro, das receitas resultantes da propriedade de títulos de dívidas e de ações. O segundo é o papel representado pelos mercados financeiros na determinação das principais grandezas macroeconômicas (consumo, investimento e emprego). O papel “regulador” das finanças é exercido de múltiplas maneiras: pela fixação do nível das taxas de juros; pela determinação da parte dos lucros que é deixada aos grupos para investir, sem medo de sofrer a sanção dos acionistas ou de dar aos rivais os meios para fazerem oferta pública de ações; pela força dos mecanismos que elas fazem pesar sobre os governos para lhes impedir de sustentar as taxas de investimentos e para empurrá-los à privatização e à desregulamentação, ou seja, são as finanças que comandam hoje o nível e o ritmo da

acumulação, tanto na criação de capacidades de produção novas quanto na extensão das relações de produção capitalistas, entendidas como relações de exploração imediatas da força de trabalho por um capital cada vez mais orientado sobretudo para a produção de valor e de mais-valia.

Assim, de acordo com Chesnais (1997), vivenciamos a era da mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do imperialismo, na qual predomina o regime de regulação de dominância financeira. Uma época caracterizada pela crescente importância do capital financeiro sobre o produtivo, em que os diversos Estados nacionais se subordinam à lógica do capital rentista mundializado, sendo obrigados a abrir mão das barreiras de proteção às suas economias e a permitir a livre movimentação de capitais financeiros. As origens da mundialização financeira devem ser buscadas na crise do modo de regulação fordista-keynesiano, disseminada nos idos de 1970, quando se esgota a “idade de ouro” do pós-II Guerra Mundial, e se explicita a nova emergência de fluxos financeiros não investidos ou de rendas não consumidas, dadas as dificuldades de valorização do capital investido no sistema produtivo.

Desde então, o mercado financeiro vem sendo guindado à condição de instituição privilegiada para regular a acumulação de capital, terminando por impor seus critérios de liquidez às empresas produtivas, obrigando-as a se submeterem a suas metas de rentabilidade. Assim, a partir do apoio decisivo do Estado, as corporações globais passaram a adotar padrões de governança agressivamente competitivos, subordinando seu desempenho econômico produtivo à financeirização e repercutindo a ampliação dos poderes dos acionistas. Nesse sentido, pode-se falar de “financeirização da empresa”, na medida em que sua organização interna é redefinida com o objetivo de atender as restrições impostas pelo mercado financeiro. Os investimentos realizados em tal contexto não engendram aumento da capacidade produtiva, mas operações de reestruturação produtiva e estratégias de localização, que introduziram importantes mutações, com apoio fundamental das inovações tecnológicas no campo das comunicações e dos sistemas de transporte e nos padrões organizacionais: constituição de empresas rede, com centralização das funções de decisão e de inovação, e terceirização das operações comerciais, industriais e de serviços em geral. Além disso, alguns oligopólios já atingiram tal nível de sofisticação, a ponto de possuírem suas próprias instituições de fomento.

A individualização das relações trabalhistas contribuiu para o aumento do poder das grandes corporações em suas relações com os empregados e terceirizados; dessa forma, o

crescimento das fusões e aquisições suscitou maior controle dos mercados e promoveu campanhas contra os direitos sociais e econômicos, considerados um obstáculo à operação das leis de concorrência. Os efeitos do acirramento da concorrência entre empresas e trabalhadores reverteram as tendências à maior igualdade observadas no período de ouro do pós-guerra, concentrando os frutos do crescimento nas mãos dos detentores de carteiras de títulos, que representam direitos à apropriação da renda e de riqueza.

Vale ressaltar que a mundialização acentua os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo em que redefine sua configuração. Os EUA tiveram seu peso acentuado, não só devido ao enfraquecimento da ex-União Soviética, mas também em razão de sua posição no plano do capital financeiro bem superior à que guardam no plano industrial. Dessa forma, a mundialização impõe aos países, que dela não participam diretamente, um sistema de adesão que não apenas exige dos governos uma abordagem comum à liberalização e à desregulamentação, como também a regras únicas, referentes à política monetária e fiscal, em relação à salarial. Em virtude da “crise fiscal”, os Estados perderam paulatinamente a condição de dínamo do desenvolvimento das economias locais e a capacidade de formular suas próprias políticas monetárias, submetendo-se à tutela de organismos supranacionais. Esse controle externo impôs a remoção de barreiras protecionistas e a livre circulação do capital financeiro e de mercadorias, abrindo um imenso espaço para a realização do capital. Assim, tal sistema de adesão também pode ser considerado uma forma coercitiva para os Estados se adaptarem ao novo padrão econômico mundial.

Podemos considerar, ainda, a volatilidade do fluxo de capitais como um fator importante para analisar o regime de acumulação predominantemente financeiro. Os investimentos diretos, antes aplicados em instalações, máquinas e equipamentos produtivos, que por final possibilitariam a geração de postos de trabalho, passaram agora a ser transferidos às aplicações puramente financeiras em portfólios de títulos ou ações na bolsa de valores de vários países ao mesmo tempo. Além disso, as inovações tecnológicas no setor financeiro, que permitiram o acesso aos mais variados recursos de operações de crédito, e o surgimento de novos atores, como os investidores institucionais (fundos de pensão e companhias de seguros), cujos recursos buscam sua valorização no âmbito dos mercados financeiros nacionais e internacionais, acabaram por desenvolver um mercado de títulos privados e públicos, com captações diretas neste mercado.

2.6 Arranjo econômico mundial pré-crise (Bretton Woods II)

No período recente, a partir de 2000, observou-se um ciclo de investimento e de consumo com brutal concentração de capital (na área produtiva e financeira), nos EUA. A contrapartida desse processo, fortemente impulsionado pelo crédito, foi um elevado grau de endividamento do setor privado (famílias e empresas), que alcançou o nível mais alto do pós-guerra.

A valorização crescente do mercado de ações pode servir como uma medida desse endividamento: exprime a riqueza fiduciária que as famílias e as empresas pensam ter. Na medida em que as ações se valorizam, famílias e empresas adquirem mais papéis e ações, imaginando que sua riqueza patrimonial se elevou, endividando-se ainda mais, com as ações servindo como garantia (mais recentemente, o mecanismo transferiu-se para o mercado imobiliário). Assim, estabelece-se um cenário em que bancos livres de regras prudenciais acumulam ativos de empréstimos a famílias ancoradas em uma base patrimonial “anabolizada” especulativamente.

Quando ocorre a correção de preços e o valor das ações cai, quem tem dívida em dólares vê seu patrimônio murchar drasticamente. Como a poupança das famílias norte-americanas é igual a zero, isto é, não poupam nada de sua renda, seu patrimônio líquido perde valor: os ativos que possuem estão se desvalorizando e o passivo fixado em dólares cresce e engorda.

Essa seria, na verdade, a raiz da crise norte-americana, presente desde 2001. Quando veem que a relação dívida/patrimônio aumentou muito, as empresas cortam investimentos e as famílias cortam seu consumo. Na ponta disso, surge o desemprego, que tende a se agravar com a contração do crédito e da renda. Na medida em que o desemprego aumenta, há tendência a novo corte de gastos, o que leva a nova rodada de demissões, e assim por diante.

Uma das razões pelas quais os EUA conseguiram sustentar o padrão de crescimento via endividamento foi a capacidade de atrair capitais excedentes de todo o planeta. Até o momento, a Bolsa caiu, as taxas de juros declinaram e a economia desacelerou, sem que houvesse uma fuga expressiva de capitais, mas, pelo contrário, registrou-se um movimento inverso, uma busca de proteção, com investidores adquirindo papéis do Tesouro a uma taxa de remuneração inferior à inflação.

A crise dos empréstimos hipotecários e seus derivativos, a partir de 2008, nasceu e se desenvolveu nos mercados financeiros americanos. E, como anteriormente, os investidores globais empreenderam uma fuga desesperada para os títulos do governo americano. Assim como nas crises dos anos 90, os papéis do governo dos EUA ofereceram repouso para os capitais cansados de aventuras em praças exóticas e reservaram os tormentos da volatilidade cambial para os incautos que acreditaram nas promessas de recompensa por bom comportamento. Conforme ressalta Belluzzo (2008), entre o período de 2003 a 2007, no auge da Grande Moderação (baixa inflação, liquidez abundante, e avidez pelo risco), as moedas periféricas viveram a ilusão de frequentar os salões da conversibilidade, sendo que a crise financeira nascida nos países desenvolvidos barrou a entrada desses intrusos e mostrou que não são admitidos penetras.

Mal iniciada a desalavancagem nos mercados centrais, os investidores decidiram formar posições baixistas nos elos fracos dos mercados globalizados, independentemente dos “fundamentos” que supostamente sustentavam o desempenho das moedas apreciadas. Com estas, capitularam as Bolsas de Valores dos respectivos países e, em alguns casos, também seus mercados imobiliários excessivamente valorizados.

A crise acentua o caráter assimétrico dos ajustamentos dos Balanços de Pagamentos entre países de moedas forte e aqueles de moeda fraca. Ao contrário do que sustentam alguns dos analistas, os realinhamentos mencionados das taxas de câmbio não contribuem para reverter os desequilíbrios globais: o déficit americano não se reduz ou apenas se contrai muito lentamente diante da desvalorização recentemente forçada do dólar, via *quantitative easing*. Em compensação, a fuga dos ativos e das moedas de maior risco, em direção aos títulos de maior qualidade/estabilidade, permite a queda dos rendimentos, abrindo espaço para o endividamento público e, portanto, para políticas anticíclicas mais agressivas. Nesse sentido, a crise financeira reforça a supremacia do dólar e amplia o poder de *seigniorage* da moeda americana. Em contrapartida, a pressão externa sobre as economias emergentes torna mais difícil a execução de políticas fiscais e monetárias anticíclicas.

2.6.1 Bretton Woods II

Dolley, Folkerts-Landau e Garber (2003) propagaram a ideia de um desequilíbrio global sustentável, caracterizado pelo quase permanente déficit em conta corrente dos EUA, posição conhecida como “Bretton Woods II” (BW2). De acordo com essa hipótese, os

desequilíbrios em conta corrente global refletiriam uma simbiose de interesses entre os deficitários EUA e os superavitários países em desenvolvimento, em especial a China. Os países em desenvolvimento possuiriam interesse em vender seus produtos para o maior mercado consumidor mundial, os EUA, como forma de estimular o crescimento do emprego e o desenvolvimento de suas respectivas economias. A economia dos EUA, por sua vez, seria flexível o bastante para tolerar esse mecanismo, dada sua vantagem comparativa de criar ativos seguros e que providenciam “colateral” para os estoques de IED necessários, nos países em desenvolvimento, para complementar seus vastos recursos de mão de obra barata para a produção de exportações.

No contexto de economias monetárias de produção, o suposto “excesso de poupança” apenas pode surgir com um correspondente excesso de gastos realizados por alguém mais, em algum lugar. Assim como um gasto em geral pressupõe dinheiro para ser efetuado, qualquer gasto em excesso da renda também requer financiamento. Nesse caso particular, o gasto excessivo da renda dos EUA requereu liquidez de dólares para ser efetivado; liquidez essa que saiu dos EUA, apenas para retornar na forma de compras do Tesouro (como as autoridades monetárias estrangeiras usam o excesso de dólares coletados de suas exportações para comprar títulos norte-americanos, enquanto emitem instrumentos de dívida nacional para enxugar a liquidez assim criada). Dessa forma, como ressalta Bibow (2010), não é nenhum “excesso de poupança”, mas a liquidez do dólar, em primeira instância, que permite a escalada e os desequilíbrios de gastos globais crescentes durante esse processo.

Assim, a ideia do “excesso de poupança” global deprimir as taxas de juros, nos mercados globais de capital e, dessa forma, estimular o *boom* de habitação, nos EUA, não é plausível. Enquanto os países do resto do mundo contam com suas exportações, para induzirem o crescimento interno, e com o acúmulo de reservas, como um colchão de segurança para as instabilidades cambiais, os EUA, como contraparte comercial, sofrem com a pressão sobre o dólar, que gera forças deflacionárias em sua economia doméstica: enfraquecimento do mercado de trabalho e pressão descendente sobre os salários e preços em geral. Nesse sentido, não é a “poupança”, mas a deficiente demanda nos mercados de produtos e de trabalho dos EUA, muito decorrente das estratégias de crescimento orientadas para exportação dos demais países, que desencadeia o “dinheiro fácil” do emissor-chave da moeda de reserva global. As baixas taxas de juros dos EUA resultam, portanto, de uma política monetária expansionista do FED e dos mercados financeiros que o acompanharam,

justamente por perceberem vasto potencial de expansão na oferta global e na falta de pressões inflacionárias nos mercados de trabalho.

Conforme afirma Bibow (2010), a crise global de 2007-09 fornece um importante elemento para a lógica desse mecanismo que foi esquecida na hipótese de BW2: a elevação de desequilíbrios externos precisam ter uma contraparte doméstica. Nesse sentido, essa hipótese esqueceu o ponto crucial de que, enquanto as autoridades oficiais de países superavitários, como a China, acumularam em grande medida títulos seguros do Tesouro norte-americano, os gastos em excesso dos EUA não se baseavam em dívida pública segura, mas em débitos privados (como o crescente endividamento das famílias). Tais dívidas privadas, que se provaram altamente tóxicas no final do *boom* de crescimento global, resultaram na crise. Assim, evidencia-se que, nesse desequilíbrio global, a contraparte doméstica do déficit externo dos EUA mostrou-se insustentável.

O BW2 corretamente salienta a relevância da ordem monetária e financeira global para entender os desequilíbrios em conta corrente igualmente globais e o papel do dólar no centro de tudo isso. Entretanto, faz-se importante destacar como essa ordem nutriu o consumo dos EUA em seu papel de “tomador e prestador de última instância”, o verdadeiro motor de crescimento por trás desse sistema.

Como salienta Belluzzo (2009), Bretton Woods II, ou algo semelhante, não vai enfrentar conturbações geradas pela decadência americana, mas tem de enfrentar os desafios engendrados pelo dinamismo da globalização, impulsionada pela grande empresa e ancorada na generosidade da finança privada dos EUA. O processo de integração produtiva e financeira das últimas duas décadas deixou como legado o endividamento sem precedentes das famílias consumistas americanas, causa e efeito da migração da indústria manufatureira para a Ásia produtivista. Nesse sistema, os americanos gastam para adquirir produtos finais e bens intermediários baratos fabricados por empresas localizadas no exterior – muitas delas americanas –, que buscam competir na arena global com a ajuda do câmbio desvalorizado e da oferta de mão de obra barata dos países asiáticos.

Assim, a força do crédito e do dispêndio privado e público nos EUA (os elementos ativos do macro-sistema global) tem como contrapartida as posições superavitárias dos países emergentes em conta corrente e de capitais, bem como as reservas acumuladas. Esta é a “poupança” (o elemento passivo), que financia o déficit externo americano.

Diante das assimetrias estruturais da economia global, a almejada correção de desequilíbrios, mediante mero realinhamento entre as moedas, é problemática. A dita correção

passa necessariamente por uma redistribuição de déficits e superávits, entre as regiões envolvidas. Isto não só exigiria a forte reativação de fontes de crescimento doméstica na Europa e no Japão, como também a moderação das estratégias mercantilistas nos emergentes asiáticos.

Capítulo 3 – Crise Econômica Global sob a Perspectiva de Harvey

A partir da apresentação da base teórica desenvolvida por David Harvey e da recuperação da história recente do capitalismo, nos capítulos anteriores, torna-se possível apresentar a discussão a respeito da origem da crise econômica global, a partir de visão marxista deste autor.

Como ele afirma, não há nada de original no colapso atual, além de seu tamanho e alcance. Também não é nenhuma novidade o enraizamento dessa crise, no desenvolvimento urbano e no mercado imobiliário. O que é necessário, de acordo com o autor, é uma reconstrução cuidadosa das conexões da crise atual, com o desenvolvimento recente do capitalismo e suas crises anteriores, a fim de tentar encontrar possíveis causas para sua origem.

3.1 Crise Financeira de 2008

A resposta ao surgimento de inúmeras crises e à instabilidade, a partir de 1973, depende do entendimento e da definição do período em que foi aplicado o neoliberalismo. Para Harvey, o neoliberalismo é um projeto da classe dominante, que ganhou força a partir da crise dos anos 70 e que, mascarado com a retórica da liberdade individual, da responsabilidade pessoal e das virtudes da privatização, do livre mercado e do comércio sem barreiras, legitima políticas sociais e econômicas draconianas designadas para a restauração e consolidação do poder da classe capitalista.

Considerando o processo de concentração de poder e de riqueza, observado no mundo capitalista³, é de se concluir que o projeto neoliberal foi (e está sendo) bem sucedido, não havendo evidência de que esteja morrendo. Como Harvey (2011, p. 11) afirma:

Da mesma forma que o neoliberalismo emergiu em resposta para a crise de 1970, o caminho começa a ser escolhido hoje para a definição do caráter da futura evolução do capitalismo. As políticas atuais propõem sair dessa crise através de uma maior consolidação e centralização do poder da classe capitalista.

³ De acordo com Davies (2009), cerca de 1% da população adulta detém 40% da riqueza mundial; se considerados os 10% mais ricos da população global, tal concentração equivale a 85,2% da riqueza mundial.

Nesse sentido, Harvey, seguindo Marx, afirma que crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo, isto é, elas tipicamente levam a reconfigurações, novos modelos de crescimento, novas esferas de investimento e novas formas de poder de classe. Um exemplo desse tipo de mudança estrutural pode ser visto na evolução dos rendimentos das famílias nos países centrais; nesses países, a renda da maior parte das famílias se manteve estagnada desde os anos 70, em meio a um imenso processo de acumulação de riqueza pela classe capitalista, ou seja, experimentou-se um período de 30 anos de repressão salarial (Gráfico 5), com o rendimento dos trabalhadores crescendo, em média, menos do que o aumento da produtividade do trabalho (Gráfico 6). Apesar de observado por muitos autores, é preciso responder o porquê e como esse movimento se deu.

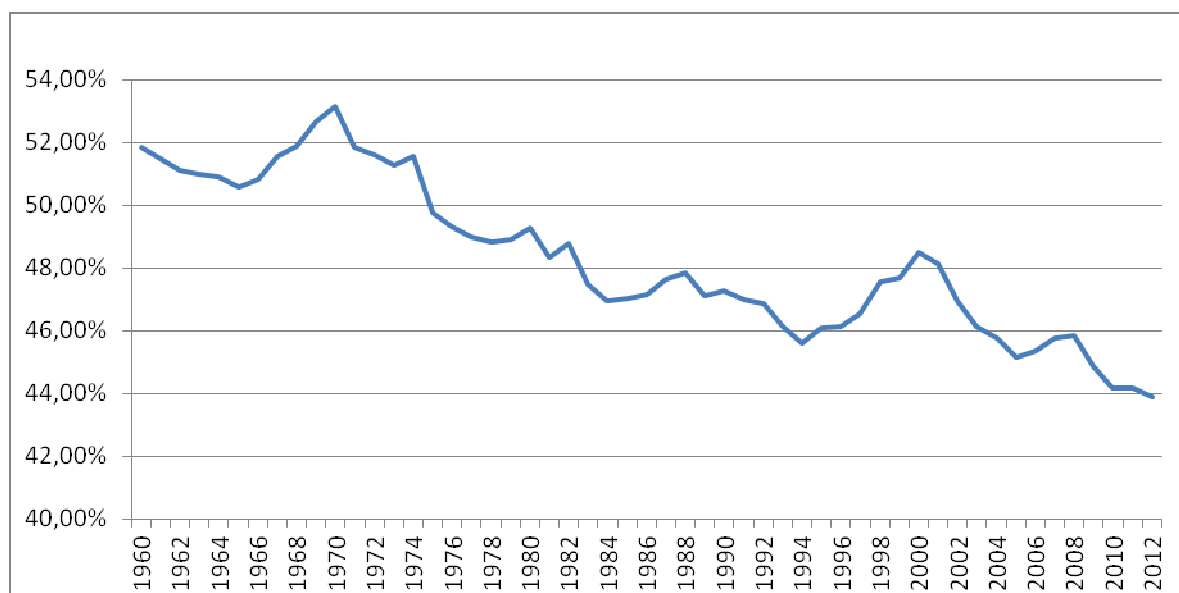
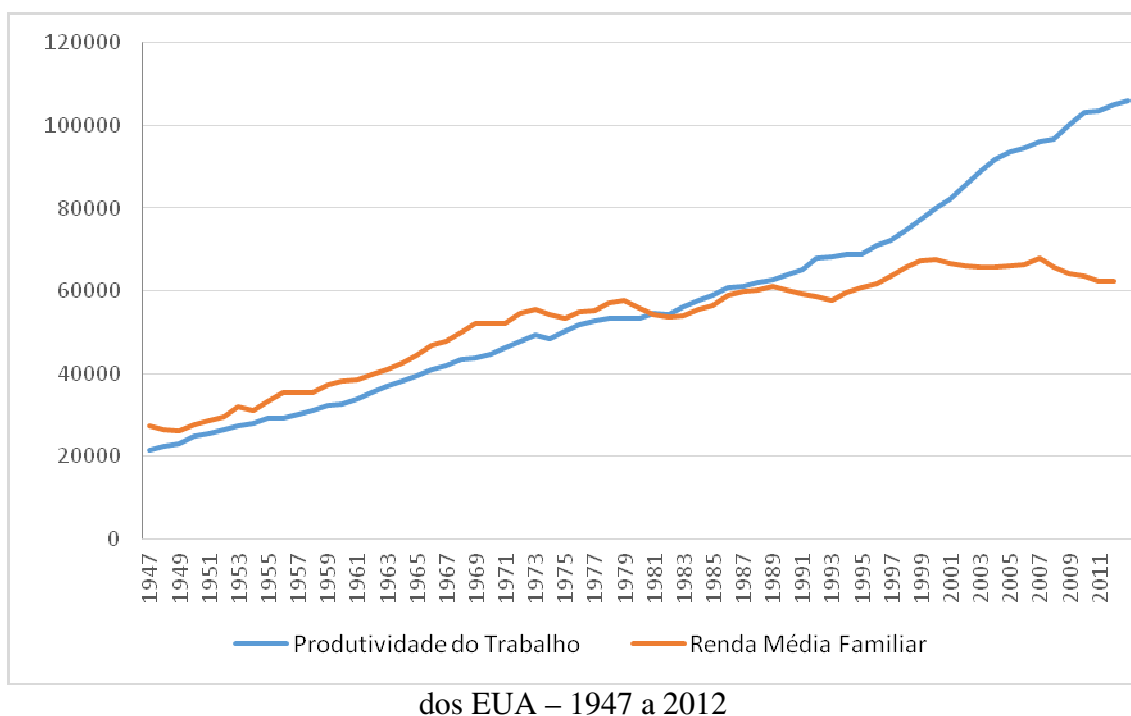


Gráfico 5 – Relação entre salário nominal e PIB dos EUA – 1960 a 2012

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados do *Bureau of Economics Analysis*.

Gráfico 6 – Taxa de Crescimento Real da Produtividade e da Renda Média Familiar

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados do *United States Census Bureau*.

Uma das maiores barreiras para a acumulação sustentada de capital e a consolidação do poder da classe capitalista antes de 1960 teria sido o trabalho, isto é, a escassez de força de trabalho, na Europa e nos EUA. Além de escassa, é preciso considerar que essa força de trabalho era bem organizada, razoavelmente bem paga e apresentava força política. Entretanto, o capital precisa ter acesso a fontes dóceis e baratas de trabalho, para poder se reproduzir de forma mais livre. Como afirma Harvey (2010), quatro caminhos foram utilizados com o intuito de resolver essa restrição do capital. A primeira solução foi através do incentivo ao processo de imigração de trabalho, encorajando a migração de trabalhadores de regiões e países mais pobres (e com excesso de mão de obra, em relação a seus respectivos aparatos produtivos), para as regiões mais ricas e industrializadas. Outro caminho foi através do desenvolvimento de tecnologias que economizassem trabalho, como a robotização; apesar de uma solução possível, essa opção gera muita resistência por parte dos trabalhadores, que resistem e buscam por acordos de produtividade.

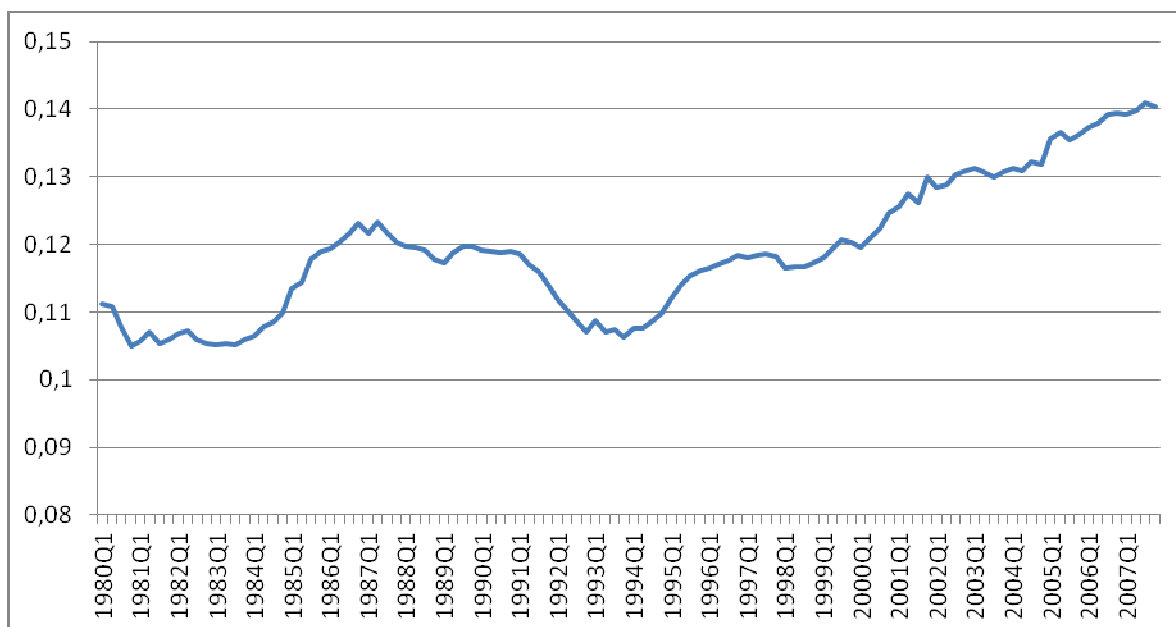
Caso essas estratégias fossem insuficientes, sempre havia a opção política, isto é, de governantes como Reagan, Thatcher ou os generais latino-americanos, que, armados com a doutrina liberal, estavam preparados para derrubar o poder da força de trabalho organizada. O último caminho realizado pelo capital foi se mover para o lugar em que havia excesso de

trabalho; dessa forma, pode-se destacar a incorporação da força de trabalho rural e feminina, ao redor do mundo, resultando na “feminização” do proletariado e da pobreza, e na destruição dos sistemas tradicionais de produção camponesa autossuficiente.

Nesse sentido, faz-se necessário discutir o processo de centralização de capital, que resultou na criação e consolidação de monopólios industriais e grandes corporações; esse novo capital apresenta poder de mercado suficiente para passar ao consumidor maiores preços e possui capacidade de se internacionalizar e buscar novas fontes mais baratas de trabalho, nas regiões mais pobres e populosas do mundo. Em meio ao desenvolvimento da comunicação e do transporte, e de políticas neoliberais de livre-mercado e livre-comércio, as barreiras entre os países foram reduzidas e o processo de globalização do capital foi facilitado e incentivado. Ao levar em consideração o colapso do comunismo da década de 90 e o desenvolvimento da China, observa-se que foram colocadas no mercado de trabalho cerca de dois bilhões de pessoas, facilitando o acesso a um suprimento global de mão de obra. Sobre essa base se desenvolveu uma nova arquitetura financeira global, com o objetivo de facilitar os fluxos internacionais de capitais para os lugares em que o capital pudesse obter maiores lucros.

O suprimento de uma força de trabalho barata, contudo, já havia deixado de ser problema para o capital, através das medidas tomadas a partir da década de 70. No entanto, o enfraquecimento dos trabalhadores significa menores salários e um mercado de consumo mais empobrecido e menos dinâmico. Assim, uma repressão persistente dos salários coloca o problema da falta de demanda para as mercadorias das corporações capitalistas. Contraditoriamente, supera-se um obstáculo para a acumulação de capital – a questão do trabalho – em detrimento da criação de outro – a falta de um mercado maior.

A distância entre os ganhos do trabalho e a possibilidade de gastos foi, porém, coberta pela indústria do cartão de crédito e pela elevação do endividamento. O crescimento explosivo da dívida das famílias exigiu instituições financeiras capazes de garantir o endividamento da classe trabalhadora, em meio a um período de rendimentos estagnados (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Serviço da Dívida/Rendimento das Famílias dos EUA - 1980 a 2007

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados do Board of Governors, *Federal Reserve*.

As instituições financeiras começaram a fornecer crédito para a população empregada e com algum tipo de rendimento, porém, no final da década de 90, esse mercado estava exausto e precisou-se buscar novos mercados para expansão desse capital. Dessa forma, o mercado de crédito, em condições macroeconômicas favoráveis (como baixa taxa de juros e pouca aversão ao risco), foi expandido para as famílias com baixa renda, iniciando o processo de endividamento para aquelas sem renda fixa e condições de manterem tais compromissos (mercado de hipotecas *subprime*).

A democratização do crédito para a baixa renda elevou o consumo do mercado norte-americano e dinamizou diversos setores, incluindo o setor imobiliário, que apresentou um *boom*, a partir dos anos 2000. Como afirma Harvey (2011, p. 17), “as instituições financeiras coletivamente controlam tanto a oferta quanto a demanda por moradias”, ou seja, essas instituições passaram a fornecer crédito não apenas para os consumidores (famílias endividadas), mas também para as construtoras do mercado imobiliário, conectando temporariamente o problema da demanda com o financiamento residencial.

Apesar de boa parte desse processo de endividamento apresentar elevado risco para os bancos e demais instituições financeiras, o processo de inovação financeira desenvolveu uma

série de produtos, como a securitização⁴, que se acreditava serem capazes de distribuir o risco de forma sistêmica, entre diversos agentes, diminuindo a incerteza e criando a ilusão de que esse risco teria desaparecido. De acordo com o IPEA (2009), a ausência de regulamentação dos mercados financeiros, aliados à farta liquidez, favoreceu a criação de produtos sofisticados, cujos riscos resultaram em apreçamentos inadequados dos ativos. O modelo de empréstimo baseado em “originar para distribuir” adotado pelos bancos de investimento, exacerbou o problema. Esse modelo é baseado em comissões, por operação gerada. Uma vez que uma parcela pequena dos empréstimos permanecia na carteira dos emprestadores originais, havia pouco incentivo para subscrever e monitorar de maneira diligente as operações geradas. Além disso, não se deve esquecer o excesso de confiança nesses mecanismos de transferência de riscos.

Além desse mecanismo de criação de demanda, existe outra forma de resolver tal restrição: através da exportação de capital e cultivação de novos mercados, ao redor do mundo, solução que se encontra em vigor desde os anos 70. Essa solução apenas consegue ser verdadeiramente efetiva através de criação de um sistema globalmente integrado entre mercados financeiros, isto é, através da integração dos diversos mercados nacionais de ações e de finanças; na prática, essa maior integração significa menores barreiras técnicas e logísticas ao fluxo internacional de capitais.

A globalização do sistema financeiro implicou em uma competição, também global, entre os diferentes centros financeiros, a qual em muitos casos acabou tomando caráter coercitivo. Como o capital flui para as regiões em que o regime regulatório é menos complexo e oneroso, considerando-se também a rentabilidade de cada uma, surgem pressões políticas para que a regulação se torne mais branda e compatível com um sistema global uniforme. A partir disso, o processo de desregulamentação financeira permitiu que novos mercados (por exemplo, o incipiente mercado de créditos de carbono) e novos produtos (por exemplo, o desenvolvimento e/ou espriamento de *credit swaps* e derivativos⁵) surgissem e se desenvolvessem, com o intuito de permitir novas formas de valorização do capital.

⁴ *Securitização* é uma operação financeira que converte o fluxo de caixa de determinada carteira de ativos em títulos negociáveis e passíveis de venda a investidores. Estes títulos representam compromisso de pagamento futuro de principal e juros e podem receber uma classificação ou nota, em função da qualidade dos ativos desta carteira.

⁵ *Derivativo* é um contrato no qual se estabelecem pagamentos futuros, cujo montante é calculado com base no valor assumido por uma variável, tal como o preço de um outro ativo, a inflação acumulada no período, a taxa de câmbio, a taxa básica de juros ou qualquer outra variável dotada de significado econômico. Derivativos recebem esta denominação porque seu preço de compra e venda deriva do preço de outro ativo, denominado ativo-objeto. *Credit (Default) Swap* é o tipo mais comum de derivativo de crédito, no qual a contraparte receptora de risco (vendedor de proteção) recebe uma remuneração, paga pela contraparte transferidora de risco (comprador de proteção), em caso de ocorrência do evento sobre o qual se fundamenta este derivativo, qual seja, o *default*. Se

O sistema de crédito dos EUA passou por mudanças significativas, desde o início da década de 1980. A regulação desse sistema foi sendo sucessivamente modificada por uma série de medidas que contribuíram para dar origem a uma nova era no financiamento habitacional, dominada pelo mercado secundário de hipotecas em um sistema integrado nos mercados financeiros mundiais. Tais medidas acabaram por tornar possível a linha de hipotecas chamada *subprime*, oferecida para mutuários que não se qualificavam para o sistema principal, e que em condições anteriores seriam consideradas ilegais, como afirma Fix (2010), ou ainda que não foram pressionados a entregar os papéis adequados para se tornarem mutuários *prime*.

Paralelamente às mudanças no sistema de crédito, a política macroeconômica utilizada para conter os efeitos da explosão da bolha da Internet⁶ tornou os investimentos imobiliários mais atrativos e ampliou o acesso ao crédito e à moradia, também devido à política monetária expansiva, que forneceu ampla liquidez ao mercado. Nesse sentido, aquela bolha relacionada à nova tecnologia foi, em certa medida, substituída por uma bolha de preços imobiliários, ou seja, esta última passou a ocupar papel significativo no aumento do efeito riqueza⁷ e, consequentemente, na própria superação (provisória) da crise de 2001. Antes do estouro da bolha da Internet, o efeito riqueza era basicamente criado e sustentado pelo aumento dos preços das ações; assim, com as ações em alta, as famílias tendiam a aumentar seus gastos. Posteriormente, produziu-se resultado semelhante com a alta dos preços dos imóveis.

No sistema *subprime*, a população pobre aparece como beneficiária do processo, com a redução do piso de renda e das demais obrigações exigidas para a concessão de empréstimos, incluindo para aqueles antes deixados de fora, por estarem abaixo da linha de corte de crédito. A crise de 2008, ou crise financeira de hipotecas *subprime*, revelou a fragilidade de um mercado constituído por tomadores de empréstimos que não possuíam os requisitos básicos para tomar um financiamento imobiliário, no qual estas hipotecas eram

houver um evento de crédito no ativo subjacente, durante a vigência do contrato do *swap* de crédito, o vendedor de proteção deverá fazer um pagamento ao comprador de proteção, dentro de um período estipulado.

⁶ A bolha da Internet (1990-2001) foi uma bolha especulativa criada no final da década de 1990, caracterizada por uma forte alta das ações das novas empresas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) baseadas na Internet. As bolsas de valores de países industrializados viram a ascensão rápida do preço das ações das empresas de comércio eletrônico e áreas afins, sendo que o período foi marcado pela criação – e, em muitos casos, fracasso – de novas empresas designadas como “ponto com”. A simples adição do prefixo “e-”, ou “prefixo do investimento”, no nome das empresas, faziam com que suas ações disparassem no mercado. A combinação do rápido aumento dos preços das ações, confiança do mercado de que as empresas obteriam lucros futuros, especulação em ações individuais e ampla disponibilidade de capital de risco, criou um ambiente em que muitos investidores tornaram-se dispostos a ignorar as métricas tradicionais, em favor da confiança nos avanços tecnológicos.

⁷ O termo efeito riqueza se refere à relação entre a riqueza financeira das famílias e seus gastos em consumo. Ele pode ser descrito como um aumento na percepção de riqueza pelas pessoas em decorrência da valorização dos ativos por elas possuídos, sentimento este que costuma levar a um aumento no consumo.

ainda mescladas, em novos derivativos, a muitos outros créditos de recuperação duvidosa. Afinal, como vimos, esses devedores de hipotecas, em sua maioria, não apresentavam renda compatível com suas prestações, tinham histórico recente de inadimplência, ou não dispunham de bens para fins de garantia do empréstimo.

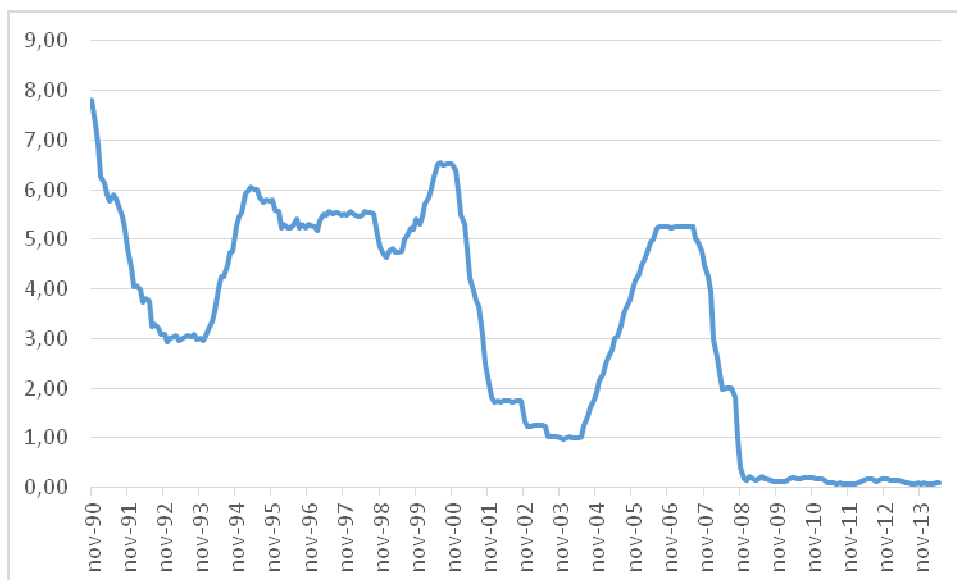
Dado esse cenário, a crise financeira teve início após o *boom* do mercado norte-americano imobiliário. A necessidade de os bancos encontrarem novas fontes de ganhos correspondeu à grande capacidade de oferecer novos empréstimos hipotecários e, ainda, à passagem do financiamento habitacional de um sistema baseado na intermediação para um sistema baseado no mercado secundário. Assim, antes, os credores mantinham as hipotecas no seu balanço e, conseqüentemente, assumiam os riscos de inadimplência e de liquidez; no novo sistema, os credores geravam as hipotecas para vendê-las, aumentando a importância das operações, baseadas em taxas e em grandes volumes. Dessa forma, o processo de originar, administrar e manter as hipotecas foi separado, em suas partes constitutivas, cada uma delas precificada e operada separadamente.

As operações *subprime* caracterizavam-se, portanto, por empréstimos de longo prazo, em geral de 30 anos, divididos em dois períodos distintos: nos dois ou três primeiros anos, as taxas de juros eram fixas e relativamente baixas (até mesmo nulas); já no período seguinte, que seguia até o final do contrato, as taxas de juros eram mais elevadas e reajustadas, periodicamente. Como as taxas de juros eram ajustáveis, elas tornaram-se sensíveis tanto às mudanças na política econômica quanto a contratos muitas vezes com cláusulas obscuras, abrindo a possibilidade para aumentos nas taxas de juros comprometerem a capacidade de pagamento dos mutuários, mesmo daqueles com rendimentos um pouco maiores.

Dessa forma, à elevação dos juros a partir de 2005 (Gráfico 8), oficialmente motivada pelo risco inflacionário gerado pelo sucesso da política anterior do FED, seguiu-se uma queda no preço das casas. Enquanto os preços eram crescentes, os mutuários conseguiam obter novos empréstimos – lastreados imóveis progressivamente mais valiosos – e com isso continuar pagando a dívida anterior, até mesmo com renda nula ou problemas para pagar as parcelas individuais (a valorização de seus ativos garantia o sucesso de suas hipotecas anteriores). Mas, a queda dos preços interrompe esse mecanismo (Gráfico 9), já que a possibilidade de refinanciamento se reduziu e a inadimplência aumentou. Fica claro que, neste segundo período – com preços em queda e taxas de juros ajustáveis – os mutuários começaram a apresentar problemas de pagamento; três mensalidades em atraso já permitiam aos credores iniciar processos de execução hipotecária, que podiam levar ao despejo. Tal

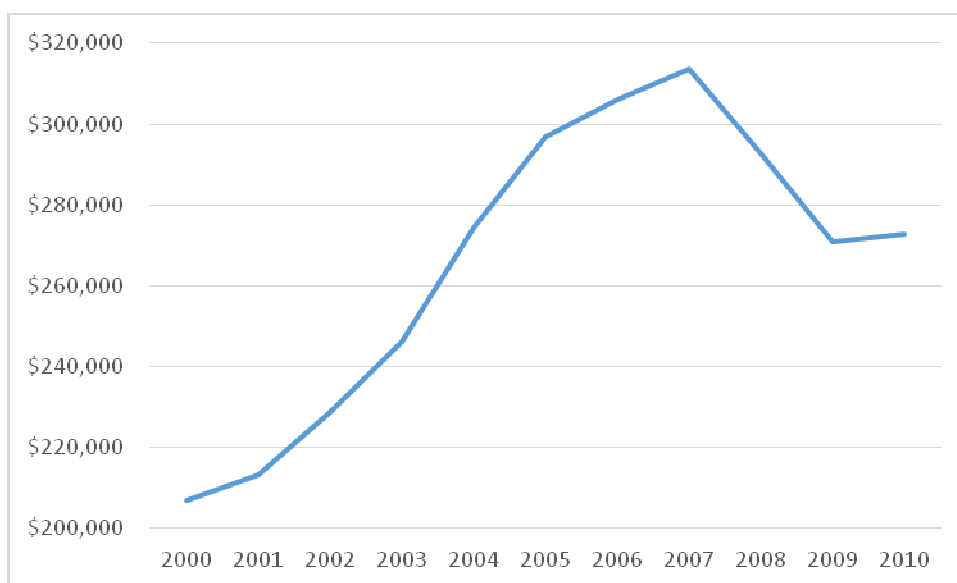
rapidez era exigida para que a casa funcionasse como garantia de hipoteca e como lastro de ativos financeiros.

Gráfico 8 – Evolução da Taxa de Juros dos EUA – 1990 a 2013



Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados do Board of Governors, *Federal Reserve*.

Gráfico 9 – Preço Médio das Novas Casas Vendidas nos EUA – 2000 a 2010



Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados do *United States Census Bureau*.

Com a demanda por imóveis residenciais desacelerando e as condições de refinanciamento tornando-se mais difíceis, a inadimplência do *subprime* subiu rapidamente e o não pagamento de empréstimos imobiliários residenciais cresceu de forma geral, passando

de 2,1%, no primeiro trimestre de 2007, para 5,1%, no terceiro trimestre de 2008. Quando a inadimplência no segmento *subprime* começou a se elevar, vários agentes financeiros foram contaminados, pois, como visto, elas serviam de lastro para operações de securitização. A maioria dessas operações possuía algum tipo de garantia ou seguro associado; na medida em que a inadimplência se materializava, as garantias e seguros envolvidos também passaram a ser exercidos, afetando também seguradoras e companhias garantidoras de crédito. Os bancos envolvidos começaram a reconhecer as perdas sofridas com essas hipotecas e a desconfiança se espalhou pelos mercados financeiros de todo o mundo, gerando uma crise de liquidez. O aumento da inadimplência gerou desconfiança por parte dos detentores dos títulos que circulavam no mercado secundário, derrubando os preços dos papéis e reforçando a queda dos preços dos imóveis.

Desde de agosto de 2007, com o início da crise imobiliária, no segmento *subprime* nos EUA, houve um aumento da aversão ao risco no mercado financeiro internacional, com a concomitante deterioração das condições de crédito, em escala global. A crise financeira iniciada com a elevação da inadimplência e a desvalorização dos imóveis e dos ativos financeiros associados às hipotecas americanas de alto risco (*subprime*) recolocou em debate a arquitetura do sistema financeiro americano e internacional, seus potenciais riscos sistêmicos e seus mecanismos de supervisão e regulação; isso se deve ao fato de que uma grande variedade de instituições financeiras frouxamente reguladas e displicentemente supervisionadas passou a constituir a contraparte da transferência de riscos de crédito do sistema bancário para os proprietários finais de títulos, os quais passaram a carregar – juntamente com todo o sistema, em nível macro – riscos crescentes (Cintra e Farhi, 2008). Nesse sentido, não é de se estranhar que tal arquitetura específica transformou uma crise de crédito clássica em uma crise financeira e bancária de imensas proporções, conferindo-lhe um caráter sistêmico.

3.2 A Importância do Espaço: da Crise Financeira para a Crise Econômica Global

A crise, que começou localizada no mercado imobiliário dos EUA, em 2007, rapidamente se espalhou ao redor do mundo, por uma rede financeira e comercial coesa que supostamente dividiria entre vários agentes o risco, desestimulando o caos financeiro. Porém, na medida em que os efeitos da crise de crédito se difundiram, houve impactos diferenciados de um lugar para outro. Conforme defende Harvey, tudo dependeu do grau com que os bancos

locais e outras instituições, como fundos de pensão, investiram em ativos tóxicos distribuídos pelos EUA; do grau com que os bancos em outros lugares copiaram as práticas desse país e foram atrás de investimentos de alto risco; da sujeição das empresas locais e instituições estatais (como os governos estaduais e municipais) à abertura de linhas de crédito para rolar suas dívidas; do impacto da rápida queda do consumo nos EUA e em outros lugares em economias baseadas nas exportações; dos altos e baixos da demanda e preços das matérias-primas (o petróleo, em particular); e das diferentes estruturas de emprego e de apoio social (incluindo os fluxos de pagamentos) e a provisão social prevalecente em diferentes lugares. As respostas das populações e das autoridades do Estado variaram bastante de um país para outro, de acordo com a profundidade e a natureza do problema local, as predileções ideológicas, as interpretações dominantes sobre as causas primárias, os arranjos institucionais (o sistema de previdência social é muito mais forte nos países europeus, por exemplo, em comparação com os EUA, onde as políticas de bem-estar são parcimoniosas ao extremo), os costumes (com relação à poupança pessoal, por exemplo) e a disponibilidade de recursos locais (excedentes orçamentários, em particular) para lidar com os impactos locais.

Os processos de acumulação do capital não existem, obviamente, fora dos respectivos contextos geográficos e essas configurações são por natureza bastante diversificadas. Mas os capitalistas e seus agentes também têm um papel ativo e fundamental, na alteração dessas configurações. Novos espaços e relações espaciais estão sendo produzidos constantemente: fazem-se redes de transporte e comunicação totalmente novas, cidades se esparramam e paisagens se tornam campos agrários muito produtivos. Além das mudanças socioeconômicas, as mudanças ambientais de longo prazo, provocadas pela ação humana, ao longo de toda nossa história, têm sido enormes: grande parte das terras foi desmatada e os recursos foram extraídos da terra; habitats e condições atmosféricas (tanto local como globalmente) foram modificados; os oceanos têm sido vasculhados em busca de alimentos, e todos os tipos de resíduos (alguns tóxicos para todas as formas de vida) foram espalhados pela Terra. É evidente que as transformações provocadas pelo capitalismo são consideráveis, sendo que o que foi dado pela natureza há muito tempo foi substituído pelo que foi construído pelo homem, ou seja, a geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida.

Atualmente, populações recém-proletarizadas, em muitos casos apenas de modo parcial, da China rural, tornaram-se a base para uma fase fenomenal de crescimento capitalista. Esse crescimento tem ajudado a manter um capitalismo cada vez mais volátil, em sua trajetória composta de crescimento, mesmo que a ênfase tenha estado nas regiões que não poderiam competir com a indústria da China, quanto a baixos salários. Ademais, o movimento

de massa de expansão das populações, nas áreas urbanas, colocou grande pressão sobre os usos da terra e desempenhou, portanto, um papel fundamental no aumento do valor da terra e das rendas da terra, que foram capturados por capitalistas fundiários e urbanos. A acomodação de mais e mais pessoas no planeta implicou por si só grandes mudanças geográficas.

Ainda hoje, existem milhões de camponeses, pequenos agricultores e produtores, artesãos e pequenos mestres de ofício, além das pessoas com estilos de vida alternativos ou, mais simplesmente, que se deparam com falta de oportunidades para a incorporação dentro do sistema capitalista, ou seja, pessoas cujo vínculo com a acumulação do capital é frouxo ou tangencial.

Esse imenso exército de pessoas proporciona tanto uma reserva de mão de obra como um mercado potenciais. Nos últimos anos, por exemplo, o que antes era chamado de “setor informal”, no idioma oficial das instituições internacionais (e, portanto, de alguma forma, fora da lógica da acumulação do capital) foi redefinido como um mundo de “microempresas”. O destino dessas empresas foi então ligado ao do capital, pela ampliação do microcrédito e das microfinanças. Esses esquemas estendem pequenas quantidades de crédito (com taxas muito altas de juros) a coletivos (geralmente um pequeno grupo de mulheres) dentre os 2 bilhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia. O objetivo alegado é permitir a população sair da pobreza e participar dos “alegres” negócios da acumulação do capital. Alguns conseguem, mas para o resto isso significa a dependência da dívida.

As pessoas ocupam espaços e têm de viver na terra em algum lugar e de alguma forma. Como elas moram, sustentam-se e reproduzem, a espécie varia muito de lugar para lugar, mas neste processo, criam-se lugares em que habitam, desde a cabana dos camponeses, a pequena vila, a favela e o cortiço urbano, até o subúrbio, as casas de milhões de dólares, os condomínios fechados e as coberturas de luxo. A construção de espaços, bem como a criação de uma morada segura chamada casa e lar, tem um impacto tanto na terra quanto na acumulação do capital, e a produção de tais lugares se torna um grande veículo para a produção e absorção do excedente. A produção do “urbano”, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra. Mesmo nas favelas, onde há autoconstrução de moradias, o ferro ondulado, as caixas de embalagem e as lonas foram primeiro produzidos como mercadorias.

As diásporas de todos os tipos (de empresários e trabalhadores) formam redes que criam tramas intrincadas, na dinâmica espacial da acumulação do capital. E é exatamente por meio dessas redes que agora assistimos aos efeitos do *crash* financeiro se espalhando em

quase cada canto e recanto do mundo. A desnutrição e a fome, por exemplo, devastam o Haiti, na medida em que as remessas dos EUA secam, porque as trabalhadoras domésticas em Nova Iorque e na Flórida estão perdendo o emprego. Paisagens humanas com diferenças geográficas são assim criadas, nas quais as relações sociais e os sistemas de produção, os estilos de vida diária, as tecnologias e as formas organizacionais, as distintas relações com a natureza se reúnem com arranjos institucionais, para a produção de locais com diferentes qualidades. Tais lugares são, por sua vez, marcados por distintas políticas e maneiras de viver, sendo que essa intrincada geografia física e social tem a marca dos processos sociais e políticos, bem como das lutas ativas que a produziram. O desenvolvimento geográfico desigual que resulta é infinitamente variado.

À primeira vista, esse mundo parece ser tão geograficamente diverso que escapa à compreensão, o que dizer então do controle. Há, então, princípios geográficos aos quais Harvey recorre para tentar entender todo esse caos aparente e seu impacto na reprodução do capitalismo.

O princípio número um é que todos os limites geográficos da acumulação do capital têm de ser ultrapassados. Se o desejo de conquistar o espaço e a natureza é uma manifestação de algum anseio humano universal ou um produto específico das paixões da classe capitalista jamais se saberá. O que pode ser dito com certeza é que a conquista do espaço e do tempo, assim como a busca incessante para dominar a natureza, há muito tempo tem um papel central na psique coletiva das sociedades capitalistas. Apesar de todos os tipos de críticas, acusações, repulsas e movimentos políticos de oposição, e apesar das consequências involuntárias maciças na relação com a natureza que são cada vez mais perceptíveis, ainda prevalece a crença de que a conquista do espaço e do tempo, bem como da natureza (incluindo até mesmo a natureza humana), está de algum modo a nosso alcance. O resultado tem sido uma tendência inexorável do mundo do capital de produzir o que Harvey chama de “compressão do tempo-espaço” – um mundo no qual o capital se move cada vez mais rápido e onde as distâncias de interação são compactadas. Nesse sentido, há constantemente o esforço de tentar se “destruir” o espaço por meio do tempo.

As leis coercitivas da concorrência impelem empresas e Estados a buscarem vantagens conferidas pelo comando superior do espaço e do tempo, bem como avanços tecnológicos. A superioridade em qualquer um desses aspectos traz benefícios econômicos, políticos e militares claros. A crença nesse modo de reprodução assume que sempre existe uma correção tecnológica ou espaço-temporal para todos os problemas com os quais o capital se depara. Assim, quando a crença nas soluções tecnológicas e espaço-temporais colidem, buscam

alimentar-se em frenesim de inovação tecnológica concebidos para contornar todos os limites temporais e espaciais da circulação de capital. Nesse sentido, por exemplo, o desenvolvimento, nos últimos anos, do sistema de comunicações, que possibilitou qualquer informação ser transmitida ao redor do mundo quase instantaneamente, foi uma revolução para a reprodução do capital, ao permitir que o tempo vencesse as barreiras físicas impostas pelo espaço.

O segundo conjunto de princípios emerge do simples fato de a circulação do capital não ocorrer em algo como uma cabeça de um alfinete. A produção implica uma concentração geográfica de dinheiro, meios de produção e força de trabalho (em grande parte contida em mercados de trabalho localizados). Esses elementos são reunidos em lugares específicos, onde uma nova mercadoria é produzida; após isto, esses bens produtos são enviados para “fora”, para mercados nos quais serão vendidos e consumidos. A proximidade dos meios de produção (incluindo os recursos naturais), da força de trabalho e dos mercados de consumo reduz custos e aumenta o lucro em certas localidades privilegiadas.

O aparente caos da diferenciação geográfica é, então, uma condição necessária para a acumulação do capital começar. Se as condições iniciais de uma determinada localidade – acesso a matérias primas, mercados e trabalhadores assalariados – forem boas o suficiente para o sucesso de algum empreendimento, esse próprio sucesso inicial levará à construção de toda uma infraestrutura local de apoio (social e física), que acabará por tornar tal localidade ainda mais adequada para a reprodução do capital. Assim, as empresas bem-sucedidas, muitas vezes, desenvolvem um cinturão de infraestrutura ao seu redor (incluindo outras empresas) que as torna ainda mais rentáveis, no que se conhece atualmente como “externalidades”. Entretanto, os processos de racionalização da concorrência ou o surgimento de crises (locais ou globais) podem empurrar tal produção bem estabelecida para um declínio ou, em certos casos, até mesmo para a beira da eliminação, requerendo uma fase de reestruturação radical para sua sobrevivência.

Dessa forma, são pelas leis coercitivas da competição e pela ocorrência de crises que racionalização e reestruturação geográfica da acumulação de capital ocorrem. E é por isso que a concorrência e as crises se tornam fundamentais para a trajetória evolutiva do capitalismo. Isso ajuda a explicar o porquê do capitalismo florescer melhor em um mundo geográfico de imensa diversidade de atributos físicos e condições sociais e culturais. Uma vez que não se pode nunca saber antecipadamente se uma empresa com fins lucrativos pode ter sucesso “aqui” e não “lá”, então sondar as possibilidades em todos os lugares e descobrir o que pode funcionar se torna fundamental para a reprodução do capitalismo. Os fracassos, dos quais

raramente se ouve falar na linha triunfalista da geografia econômico-histórica a qual se tem acesso, são muito mais numerosos do que as histórias de sucesso.

De acordo com Harvey, a diversidade geográfica é uma condição necessária, e não uma barreira, para a reprodução do capital. Se a diversidade geográfica não existisse, então teria de ser criada. A necessidade de assegurar a continuidade dos fluxos geográficos do dinheiro, bens e pessoas, exige que toda essa diversidade esteja entrelaçada por meio de transportes eficientes e sistemas de comunicação. A geografia resultante da produção e do consumo é profundamente sensível ao tempo e custo de atravessar o espaço. Esses tempos e custos foram muito reduzidos pelas inovações tecnológicas e organizacionais, além da queda nos custos de energia. De fato, o problema da distância tem um papel cada vez menor na limitação da mobilidade geográfica do capitalismo. Isso não significa, porém, que as diferenças geográficas não importam mais, mas precisamente o contrário: o capital altamente móvel presta muita atenção até mesmo nas pequenas diferenças nos custos locais, porque geram lucros mais (ou menos) elevados.

A competição força os capitalistas individuais e as corporações a buscarem lugares melhores para produzir, assim como os forçam a buscar tecnologias superiores. Na medida em que novos locais com menores custos se tornam disponíveis, os capitalistas, sob a mira da concorrência, têm de responder, mudando-se, se puderem. Os produtores de Ohio movem-se para o delta do Rio das Pérolas, os da Califórnia, para as fábricas maquiladoras de Tijuana, os de Lancashire, para a Turquia, etc. Mas a concorrência por lugares superiores é um tipo peculiar de competição. As empresas podem adotar tecnologias idênticas, mas não podem ocupar lugares idênticos. Assim, a competição espacial entre as empresas pode ser considerada uma forma de concorrência monopolística.

O elemento de monopólio na competição espacial tem consequências de grande alcance, numa economia baseada no mercado. Quando, por exemplo, os custos de transporte são altos, muitos produtores nos mercados locais são protegidos da concorrência externa, tornando-se, na verdade, monopólios locais. Quando os custos de transporte caem, esse monopólio localizado pode se enfraquecer e locais anteriormente ideais se tornam inferiores.

A concorrência pelo poder de monopólio dado pela localização privilegiada sempre foi e continua a ser um aspecto importante da dinâmica do capitalismo. A paisagem geográfica é igualmente moldada por uma perpétua tensão entre as economias de centralização, de um lado, e os lucros potencialmente maiores que vêm da descentralização e da dispersão, por

outro. O modo de funcionamento dessa tensão depende das barreiras impostas à circulação espacial, a intensidade das economias de aglomeração e as divisões do trabalho.

Todo o padrão geográfico de produção, emprego e consumo está em movimento perpétuo. Crises geograficamente localizadas têm sido endêmicas na história do capitalismo: esgota-se o minério, a mina fecha e uma cidade fantasma é deixada para trás; uma fábrica local vai à falência por alguma razão e quase todos habitantes ficam desempregados; etc. A pergunta que deve ser feita é se tais crises localizadas podem desencadear uma espiral fora de controle e criar crises globais de ordem geográfica e econômica. É exatamente o que aconteceu quando uma série de crises imobiliárias altamente localizadas, em 2006, especialmente na Flórida e no Sudoeste dos EUA, tornou-se global de 2007 a 2009. Para aqueles que continuam a viver em locais desvalorizados, os custos sociais são muitas vezes incalculáveis e a miséria é extrema.

A produção do espaço, em geral, e da urbanização, em particular, tornou-se um grande negócio no capitalismo, sendo um dos principais meios de absorver o excesso de capital. Uma proporção significativa da força de trabalho global é empregada na construção e manutenção do ambiente edificado. Grandes quantidades de capitais associados, geralmente mobilizados sob a forma de empréstimos a longo prazo, são postos em movimento, no processo de desenvolvimento urbano. Esses investimentos, muitas vezes alimentados pelo endividamento, tornaram-se o epicentro da formação de crises. As conexões entre a urbanização, a acumulação do capital e a formação de crises merecem análise cuidadosa.

Desde seus primórdios as cidades dependeram da disponibilidade de alimentos e trabalho excedentes. Tais excedentes foram mobilizados e extraídos de algum lugar e de alguém (geralmente de uma população rural explorada ou de servos e escravos). O controle sobre o uso e a distribuição do excedente normalmente era mantido em poucas mãos (uma oligarquia religiosa ou um líder militar carismático). Urbanização e formação de classe, portanto, sempre andaram juntas. A relação geral persiste no capitalismo, mas há uma dinâmica diferente. O capitalismo é uma sociedade de classes que se destina à produção perpétua de excedentes. Isso significa que está sempre produzindo as condições necessárias para a urbanização ocorrer. Na medida em que a absorção dos excedentes de capital e o crescimento das populações são um problema, a urbanização oferece uma maneira crucial para absorver as duas coisas. Daí surge uma conexão interna entre a produção de excedente, o crescimento populacional e a urbanização.

O problema do crescimento, observado desde 1970, refere-se a uma questão-chave do capitalismo, que Harvey denominou o problema da absorção do excedente de capital (“*capital*

surplus absorption problem”). Capitalistas estão sempre produzindo excedentes, na forma de lucros e, em decorrência da competição, são forçados a reinvestirem parte desse excedente na expansão da valorização do capital. Essa necessidade de expansão requer que novas formas lucrativas sejam sempre encontradas.

Quanto mais o capital excedente começou a entrar na esfera produtiva, a partir dos anos 80, particularmente na China, mais a competição entre produtores acirrou-se, resultando em uma pressão pela queda dos preços. A diminuição dos preços, e consequente queda dos lucros, associada a um ambiente de abundância de trabalho de baixa qualidade (baixos salários e rendimentos), induziu à especulação com valores dos ativos, já que através dessas operações se obtinham resultados rápidos e lucros elevados. A financeirização observada a partir de 1973 teria sido, então, uma solução que nasceu da necessidade do capital superar as restrições inerentes ao seu processo de acumulação, ou seja, esse processo teria oferecido um caminho para solucionar o problema do excesso de capital.

Nesse sentido, o processo de urbanização se transformou em uma saída viável para o escoamento e aproveitamento do excedente produzido. Assim, após a década de 1970, a urbanização sofreu mais uma transformação de escala, tornando-se global. A urbanização da China nos últimos vinte anos tem sido extremamente importante. Esta acelerou, depois de uma breve recessão em 1997, de tal forma que, desde 2000, a China absorveu quase metade da oferta mundial de cimento. Mais de cem cidades passaram a marca de 1 milhão de habitantes, nos últimos vinte anos, e pequenas aldeias, como Shenzhen, tornaram-se grandes metrópoles com 6 a 10 milhões de pessoas. Como destaca Harvey:

A industrialização (chinesa), a princípio concentrada nas zonas econômicas especiais, rapidamente se difundiu para qualquer município disposto a absorver o excedente de capital do exterior e reinvestir os lucros numa rápida expansão. Vastos projetos de infraestrutura, como barragens e estradas – mais uma vez, tudo financiado pela dívida –, transformaram a paisagem. Vastos centros comerciais, parques científicos, aeroportos, portos de contêineres, casas de entretenimento de todos os tipos e toda a gama de recém-cunhadas instituições culturais, juntamente com os condomínios fechados e campos de golfe, espalharam-se pela paisagem chinesa, em meio a bairros dormitórios superlotados destinados à reserva de mão de obra maciça que era mobilizada nas regiões rurais pobres (Harvey, 2011, p. 141-142).

As consequências desse processo de urbanização para a economia global e a absorção do excedente de capital foram enormes: o Chile cresceu devido à demanda por cobre, a Austrália prosperou e até mesmo o Brasil e a Argentina se recuperaram em parte por causa da força da demanda da China por matérias-primas, já que o comércio bilateral entre a China e a América Latina aumentou mais dez vezes entre 2000 e 2009. Pode-se concluir que a

urbanização da China é uma das fontes primárias da estabilização do capitalismo mundial, na última década.

Entretanto, a China é apenas o epicentro de um processo de urbanização que se tornou global, muito em decorrência da integração mundial dos mercados financeiros. Projetos de urbanização, financiados por dívidas, existem por toda parte, de Dubai a São Paulo, passando por Mumbai, Madri, Hong Kong e Londres. O banco central chinês atua no mercado secundário de hipotecas nos EUA (com grandes investimentos em ativos emitidos por Fannie Mae e Freddie Mac⁸, o que explica porque, quando os EUA tiveram de nacionalizar essas instituições, protegeram os detentores de títulos, por conta da forte presença chinesa nesse mercado). Cada área urbana do mundo teve seu *boom* na construção, em meio a uma enxurrada de imigrantes pobres que, simultaneamente, criaram um planeta-favela. Projetos de urbanização surpreendentes, espetaculares e, em vários aspectos, absurdos, surgiram no Oriente Médio em lugares como Dubai e Abu Dhabi, como uma maneira de limpá-las dos excedentes de capital decorrentes da riqueza do petróleo. Isso foi feito, muitas vezes, das formas mais conspícuas (e “colonizadas”) possíveis, como no caso de uma pista de esqui interna, em pleno deserto. Muitas dessas expansões estão, agora, em apuros, incluindo aquelas nos Países do Golfo.

A nova onda de urbanização dependia, como aconteceu antes, de inovações financeiras, para organizar o crédito necessário para sustentá-la. A securitização e aglomeração das hipotecas locais, a fim de vendê-las a investidores do mundo todo, e a criação de novas instituições financeiras para facilitar um mercado secundário de hipotecas, desempenharam um papel crucial para esta urbanização, ciclo econômico e, posteriormente, crise. Vários foram os benefícios: disseminou-se o risco e permitiu-se a carteiras com poupanças excedentes um acesso mais fácil à demanda por habitações, também em excesso. Isso baixou as taxas de juros, gerando fortunas imensas para os intermediários financeiros que criaram estes ativos. Entretanto, difundir o risco não significa eliminá-lo. Além disso, o fato de o risco poder se espalhar tão amplamente incentiva comportamentos ainda mais arriscados, pois este risco pode ser transferido para outro local e/ou agente.

O lado sombrio da absorção do excedente por meio da transformação urbana implica, entretanto, episódios repetidos de reestruturação urbana com “destruição criadora”. Isso destaca a importância das crises como momentos de reestruturação urbana. Não se pode

⁸ Empresas de capital aberto, garantidas pelo governo dos EUA e autorizadas a conceder e garantir empréstimos habitacionais. Líderes no mercado secundário de hipotecas do país, Fannie Mae e Freddie Mac possuíam ou garantiam aproximadamente a metade do mercado de hipotecas norte-americano.

esquecer a dimensão de classe, pois são geralmente os pobres, os desfavorecidos e os marginalizados do poder político que sofrem especialmente com esse processo, já que a geração de novas geografias urbanas implica inevitavelmente o deslocamento e a despossessão.

3.3 Acumulação por espoliação: uma saída para a crise

Rosa Luxemburgo (1968) alega que a acumulação de capital apresenta um duplo aspecto: primeiramente, ela é um processo econômico puro, representando uma transação entre o capitalista e o trabalhador, em um ambiente em que a paz, a propriedade e a igualdade prevalecem (ao menos formalmente); vale ressaltar que, por trás dessa relação, a autora destaca que, ao longo da acumulação, o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, que a troca de mercadorias se torna exploração e a igualdade vem a ser um regime exclusivo a uma classe. O outro aspecto da acumulação se refere às relações entre o capitalismo e os modos de produção não capitalistas, que surgem no cenário internacional, sendo a política colonial, o sistema internacional de empréstimos e a guerra seus principais métodos. Esses dois aspectos da acumulação estão organicamente vinculados e a avaliação histórica do capitalismo apenas pode ser analisada mediante sua consideração conjunta.

Na visão de Luxemburgo, a tendência do capitalismo às crises está relacionada ao problema do subconsumo, isto é, uma falta geral de demanda suficiente para absorver o crescimento da produção que esse sistema produz. Tal dificuldade é decorrente da exploração dos trabalhadores, que recebem menos valor para gastar do que aquilo que produzem, e dos capitalistas, que são obrigados, ao menos em parte, a reinvestir em vez de consumir. Dado este hiato entre a oferta e a demanda efetiva, a autora conclui que o comércio com formações sociais não capitalistas proporciona a única maneira sistemática de estabilizar o sistema. Caso essas formações sociais ou territórios relutarem em comerciar, têm de ser compelidos a fazê-lo, pela forma das armas, dando sentido ao imperialismo. Como ressalta Harvey (2003), embora Luxemburgo não extraia diretamente, para a manutenção desse sistema, tem-se de manter tais territórios não capitalistas (à força, se preciso for) nesta condição não capitalista. Isso serviria para explicar as políticas repressivas que muitos regimes coloniais desenvolveram na segunda metade do século XIX.

Poucos aceitariam hoje a teoria do subconsumo de Luxemburgo como explicação das crises; em contrapartida, a teoria de sobreacumulação de capital identifica a falta de oportunidades de investimentos lucrativos como problema fundamental. É evidente que a falta de demanda por parte do consumidor pode fazer parte do problema, mas o hiato que a autora julgava pode ser transposto para o investimento, que gera demanda por bens de capitais e outros insumos. Além disso, a expansão geográfica do capitalismo, que está na base de boa parte da atividade imperialista, é bastante útil para a estabilidade do sistema, ao criar demanda por bens de consumo e de investimento. É claro que podem surgir desequilíbrios entre setores e regiões, bem como ser produzidos ciclos e recessões localizadas; entretanto, também é possível acumular, mesmo perante uma demanda efetiva estagnada, se os custos dos insumos sofrerem declínio acentuado. Assim, tanto o acesso a insumos baratos quanto a mercados em ampliação são oportunidades lucrativas. O ímpeto geral da lógica capitalista é que os territórios não se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos.

Assim, apesar de suas limitações, haveria muita coisa de útil no argumento de Luxemburgo. Em primeiro lugar, a ideia de que o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo “fora de si mesmo” para estabilizar-se merece atenção, pois está relacionada com sua dialética interna de funcionamento, que o força a buscar soluções externas a si. Um exemplo disso é o argumento de Marx em relação à criação de um exército industrial de reserva; a acumulação de capital, na ausência de fortes mudanças tecnológicas poupadoras de trabalho, requer o aumento da força de trabalho, que pode ocorrer de diversas formas: crescimento vegetativo da população, ou apropriação de “reservas latentes” de mão de obra pelo capital (por exemplo de algum campesinato ou de colônias externas). Caso haja impossibilidade dessas soluções, o capitalismo usa seus poderes de mudança tecnológica e investimento para induzir ao desemprego, criando assim o tal exército, que possibilitará a redução dos salários e novas oportunidades de investimentos lucrativos.

Em todos esses casos, o capitalismo necessita de algo “fora de si mesmo” para acumular, mas, neste último exemplo, ele expulsa os trabalhadores do sistema, em um dado ponto do tempo a fim de tê-los a disposição posteriormente. Nesse sentido, é possível dizer que o capitalismo cria, necessariamente e sempre, o seu próprio “outro”. A ideia de que algum tipo “exterior” é necessário à estabilização é relevante, mas o capitalismo pode tanto usar algum exterior preexistente (formações sociais não capitalistas ou algum setor do capitalismo que ainda não tenha sido proletarizado), como produzi-lo ativamente.

Levando em consideração essa dialética “interior-exterior” do capitalismo, faz-se necessário examinar como a relação orgânica entre a reprodução expandida, de um lado, e os processos muitas vezes violentos de espoliação, do outro, tem moldado a geografia histórica do capitalismo.

Os processos que Marx chamou de acumulação “primitiva” ou “original” constituem uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital, inclusive por meio do imperialismo. Tal como no caso da oferta de trabalho, o capitalismo necessita de um fundo de ativos fora de si para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. Assim, se ativos como a terra ou novas fontes de matérias-primas não estiverem à disposição, o sistema tem de produzi-los de alguma maneira. Entretanto, como ressalta Harvey (2003), Marx não considera essa possibilidade, exceto no caso da criação de um exército industrial de reserva mediante o desemprego induzido pela tecnologia.

Na teoria da acumulação de capital do Marx, o papel do capitalista como produtor e comerciante de mercadorias já está bem estabelecido, com a força de trabalho tornando-se uma mercadoria, no geral, trocada por seu valor apropriado, qual seja, de mercado. Nesse sentido, a acumulação primitiva já ocorreu e seu processo agora tem a forma de reprodução expandida em condições de “paz, propriedade, e igualdade”. A desvantagem de tal concepção é relegar a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma “etapa original”, tida como não mais relevante ou, como no caso de Luxemburgo, como algo “exterior” ao sistema fechado do capitalismo. Contudo, Harvey acredita na necessidade de uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação primitiva, no âmbito da longa geografia histórica da acumulação de capital; como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, o autor substitui tal termo pelo conceito de “acumulação por espoliação”.

Revisitando a descrição de Marx a respeito da acumulação primitiva pode-se, portanto, encontrar uma ampla gama de processos que se encaixam em sua definição: a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns; a mercantilização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas de produção e consumo; os processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos; a monetização da troca e a taxação; o comércio de escravos; a usura, a dívida nacional e, em última análise, o sistema de crédito.

É importante salientar que todas as formas de acumulação primitiva que Marx mencionou permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo, até os dias de hoje. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem-terra tem se acelerado em países como o México e a Índia; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados e inseridos na lógica capitalista; algumas indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas; o agronegócio está substituindo a agropecuária familiar; e a escravidão ainda não desapareceu.

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados, a fim de desempenhar hoje um papel mais relevante do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro ofereceram grandes oportunidades para predações, fraudes e roubos. A forte onda de financeirização, de domínio do capital financeiro, que se estabeleceu, a partir de 1973, foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório (valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, destruição estruturada de ativos por meio da inflação, dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições, fraudes corporativas e desvios de fundos, e promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras a prisioneiros destas dívidas).

Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de todo tipo de produto, em especial os agrícolas, podem ser usados contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital em seu desenvolvimento, ou seja, a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliação em larga escala. Outra forma se dá através da corporativização e da privatização de bens públicos (universidades, empresas, e até mesmo água e demais utilidades públicas), indicando uma onda de expropriação das “terras comuns”. A regressão de estatutos legais regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos, sendo que a devolução de direitos comuns de propriedade (como, por exemplo, o Estado de bem-estar social) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação.

Com todos esses mecanismos, fica evidente que a acumulação por espoliação é uma saída viável para ajudar a resolver o problema da sobreacumulação de capital. A sobreacumulação de capital é uma condição em que excedentes de capital, muitas vezes acompanhados por excedentes de trabalho, estão ociosos e sem alternativas de investimentos lucrativos; o que a acumulação por espoliação permite é liberar um conjunto de ativos,

incluindo a força de trabalho, a custo muito baixo, ou muitas vezes zero. Dessa forma, o capital sobreacumulado pode se apossar desses ativos e dar-lhes um uso lucrativo.

O mesmo objetivo pode ser alcançado pela desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes. Esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preços menores e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital. Entretanto, isso requer uma onda anterior de desvalorização, o que significa uma crise de algum tipo. Em determinados casos, as crises podem ser orquestradas, administradas e controladas, com o intuito de racionalizar o sistema. A isso, com frequência, resumem-se os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito. Nesse sentido, pode-se impor, pela força externa, crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial com atividades capitalistas.

Surgem crises regionais e desvalorizações altamente localizadas, como recurso primário de criação perpétua pelo capitalismo de seu próprio “outro”, a partir do qual ele pode se alimentar. Como afirma Harvey (2003), as crises financeiras do Leste e Sudeste da Ásia, em 1997-1998, foram um clássico exemplo disso – uma analogia delas com a criação do exército industrial de reserva, mediante a expulsão das pessoas de seu emprego, pode ser bastante esclarecedora; valiosos ativos são tirados de circulação e desvalorizados, ficando esvaziados e adormecidos, até que o capital excedente faça uso deles, com o objetivo de dar nova vida à acumulação.

O perigo reside no fato de essas crises poderem sair do controle e se generalizarem ou, então, que essa “criação do outro” provoque a revolta contra o sistema que a criou. Para evitar tais problemas, uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições internacionais, como o FMI, é orquestrar desvalorizações sem desencadear um colapso geral do sistema.

A acumulação por espoliação ocorre constantemente e pode assumir diversas formas, tanto legais quanto ilegais. É importante ressaltar que o Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, possui papel crucial, direta e indiretamente, no apoio e na promoção desse processo de acumulação.

Tal forma de acumulação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financeirização e a constituição, em larga medida sob a liderança dos EUA, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear surtos, brandos ou violentos, de desvalorização e acumulação, em certos setores ou mesmo em territórios inteiros. O surgimento da teoria

neoliberal, com uma abordagem radicalmente distinta da maneira como o Estado deveria agir, e a política de privatização a ela associada, são bons símbolos desse processo de acumulação por espoliação.

Vale lembrar que o processo de privatização, de acordo com Roy (2001), implica na transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas, sendo que, dentre tais ativos, figuram recursos naturais. Assim, apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara para a sociedade.

Como considera Roy, pode-se assumir que essa acumulação também ocorreu (e ocorre) no mercado norte-americano de habitação, em um processo conhecido como “venda predatória” (*flipping*). Assim, uma residência em péssima condição é comprada por quase nada, recebe algumas melhorias cosméticas e é vendida a um preço exorbitante, com a ajuda de um financiamento hipotecário conseguido pelo vendedor, a uma família de baixa renda que pretende realizar o sonho da casa própria. Caso essa família tenha problemas em pagar as parcelas ou resolver os graves problemas de manutenção que quase certamente surgem, a casa é retomada pelo vendedor. Esse processo não se trata de algo propriamente ilegal e possui o efeito de cair sobre as famílias de baixa renda, privando-as da pouca poupança que possuem. Esse exemplo de acumulação por espoliação, em que uma classe acaba tomando o controle de ativos pertencentes a outra classe, sinaliza o movimento que se estendeu nos anos anteriores a 2008 e que deu origem à crise financeira global.

Considerações Finais

O quadro teórico construído por David Harvey, fortemente baseado nas considerações de Marx, é caracterizado por uma grande riqueza e capacidade de análise e compreensão das crises econômicas. Ao apresentar a natureza assumida pelo capital fictício, no sistema produtivo capitalista, e ao observar sua funcionalidade, no comportamento cíclico da economia, juntamente com as demais forças produtivas, pode-se perceber que tal quadro permite uma análise mais profunda e coerente da realidade capitalista contemporânea, em seu atual estágio.

Ao desenvolver o conceito de circuitos de valorização da riqueza, Harvey expande o universo teórico marxista, fornecendo uma visão mais abrangente das possibilidades de investimento e acumulação de capital. Assim, ainda que os circuitos alternativos à produção forneçam alguma sobrevida ao processo de sobreacumulação de capital, faz-se necessário

destacar que eles são incapazes de eliminar a recorrência de crises no capitalismo, pois não conseguem atacar a principal contradição deste modo de produção, a qual se encontra diretamente na esfera produtiva.

A caracterização do capital financeiro também demonstra suas potencialidades para a contribuição da acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que mostra as fragilidades de ambos. O sistema de crédito, ao facilitar a ligação entre os circuitos de valorização e os fluxos internos de capitais, contribui para expandir as bases do capital; entretanto, dadas as limitações de tais aplicações e investimentos e as próprias contradições do capital fictício, observa-se que as crises ainda são recorrentes, ajustando e racionalizando, periodicamente, esse modo de produção inerentemente desigual.

Para a compreensão do circuito de valorização do capital, faz-se necessário, do ponto de vista de Harvey, situá-lo espacialmente, ou seja, apenas com a análise dos condicionantes e das configurações das formas e organizações espaciais seria possível entender porque o capital opta por circular em determinada esfera, em detrimento de outras. Para tanto, Harvey se baseia no conceito de desenvolvimento geográfico desigual, no qual explicita como a organização geográfica do capitalismo internaliza suas contradições.

O desenvolvimento do espaço econômico do capitalismo sofre com inúmeras tendências contraditórias e contrapostas. A partir disso, é preciso reconhecer que as crises se originam de eventos particulares ocorridos em determinadas localidades, sendo que estas, por sua vez, apresentam todas as condições caóticas para que aquelas possam surgir; se a origem de uma crise se dá em um local específico, sua construção e espraio ocorrem através do desenvolvimento geográfico desigual coordenado por formas organizacionais hierárquicas. Porém, ao mesmo tempo em que uma crise apresenta fortes impactos para as infraestruturas física e social de determinada localidade, seus impactos podem se espalhar por outras territorialidades, pela comutação dos fluxos de capital, trabalho, bens e serviços, entre setores e regiões.

Nesse sentido, fica evidente que a desvalorização de capital, tanto externa quanto interna, proveniente destes impactos é fundamental para recompor as bases necessárias para o surgimento de um novo ciclo de valorização. Não se deve esquecer que a lógica do capital, nesse mecanismo, é cruel com os atores envolvidos, especialmente ao se observar as condições da força de trabalho, acirrando a luta de classes e os conflitos entre facções do capital, tanto em sua esfera intra quanto inter-regional.

A crise financeira de 2008 é mais um exemplo capaz de ser inserido nesse quadro teórico. Iniciada em uma localidade específica, os EUA, a partir de um evento bem

determinado, a quebra do mercado imobiliário, ela contaminou outras regiões e países, através da interdependência e da comutação dos fluxos de capital, trabalho, bens e serviços, entre os diversos países. Em virtude do desenvolvimento geográfico desigual e da inserção diferenciada de cada país na hierarquia político-financeira global, a crise afetou cada região de maneira igualmente diferenciada e específica. Enquanto os países centrais e desenvolvidos sofreram mais com os efeitos diretos da crise financeira, por possuírem uma relação mais íntima entre seus respectivos sistemas financeiros, os países subdesenvolvidos estão sofrendo com as consequências indiretas da crise, as quais afetam principalmente o ambiente de negócios e o comércio internacional, em decorrência da queda na demanda e na reversão das expectativas dos agentes.

As especificidades dessa crise, que a diferencia de tantas outras, encontra-se nas características de sua origem. Sua gestação se inicia a partir do modo de regulação escolhido para substituir o modelo de crescimento do pós-guerra – *fordista-keynesiano* – que se esgotou por volta dos anos 70. A solução escolhida para substituí-lo foi apostar em um processo de acumulação de capital mais flexível, em contraposição à rigidez observada nos anos anteriores – um modelo em que a flexibilidade das relações sociais (culturais e trabalhistas) e o elevado ritmo de inovações (tecnológicas, comerciais, e organizacionais) superasse as relações determinadas e assentadas no período anterior. No campo da luta de classes, por exemplo, essa maior mobilidade permitiu aos empregadores maiores poderes e pressões contra a força de trabalho, induzindo ao aumento do desemprego – agora estrutural – e ao enfraquecimento dos sindicatos e dos ganhos salariais – não deixando de ser uma das soluções escolhidas para a superação dos problemas de sobreacumulação de capital do modelo anterior, ao ampliar a possibilidade de menores custos e maiores lucros.

A reorganização da produção, até a crise, foi apenas possível com uma completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes aprimorados de coordenação financeira. Nesse sentido, nos últimos trinta anos, o mundo passou por uma dramática reconfiguração, em sua geografia de produção e em seu equilíbrio de poder político e econômico. Estruturou-se uma lógica na qual o sistema financeiro passou a ser fundamental para o desenvolvimento do capital, isto é, apenas o crédito possuiu potencial para a superação dos antagonismos atuais entre produção e consumo, fornecendo sobrevivência para o capitalismo. A funcionalidade do capitalismo financeiro o impôs como algo necessário e vital para a manutenção do sistema capitalista, até o ponto em que o fortalecimento desses poderes

se dão, em elevado grau, às custas do poder dos Estados para controlarem os fluxos de capitais e suas próprias políticas monetária, fiscal e cambial.

Entretanto, a dominância financeira, ao mesmo tempo em que fornece sobrevida ao capital, para superar seus limites naturais, também implica que suas crises se tornem mais agressivas e globais. Em um ambiente de finanças globais desregulamentadas, disseminou-se uma complacência entre bancos, empresas e consumidores, incitando otimismo exacerbado por parte dos agentes em busca do lucro e valorização do capital, sem que uma maior prudência em relação aos riscos crescentes fosse tomada.

Nessa configuração assumida pelo capitalismo global, apenas uma crise financeira seria capaz de racionalizar suas inconsistências, vale dizer, somente ela seria capaz de contestar o modelo assumido, levando a reconfigurações, com novos modelos de crescimento, novas esferas de investimento e novas formas de poder de classe. Assim, é preciso considerar que as crises não são acidentes, mas fundamentais para a trajetória evolutiva desse sistema. Faz-se necessário salientar ainda que o capital não resolve as crises, mas apenas as move de um lugar para outro, assim como a parte da economia em que ela atinge; por isso, um mundo geográfico de imensa diversidade de atributos físicos e condições sociais e culturais é vital para o florescimento do capitalismo.

Referências bibliográficas

ACHARYA, V.; RICHARDSON, M. Causes of the financial crisis. *Critical Review: A Journal of Politics and Society*, n. 21, p. 195-210, 2012.

ALBUQUERQUE, E. M. **Notas sobre a crise de 2008: transição para uma nova fase do capitalismo?** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2013.

ALCANTÂRA, A. A mundialização do capital, o papel do Estado e o conceito de participação na política educacional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa, UFPB. **Anais...** João Pessoa, 2012.

BIBOW, J. **Bretton Woods II is dead, long live Bretton Woods III?** Nova Iorque: Skidmore College and Levy Economics Institute, 2010.

BIONDI, P. Acumulação por espoliação e direitos sociais: crítica do reformismo. **Revista Crítica do Direito**, v. 13, n. 1, 2011.

BELLUZZO, L.; TAVARES, M. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, J. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis, Vozes, p. 111-138, 2004.

BELLUZZO, L. Os labirintos do capital. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, 31 ago. 2012.

_____. As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais. **Política Econômica em Foco**, n. 7. 2006.

_____. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BORÇA, G.; FILHO, E. Analisando a crise do subprime. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 129-159, 2008.

BISPO, C.; MUSSE, J.; VAZ, F.; MARTINS, F. **Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP. Brasília: ANFIP, 2009.

BLANKENBURG, S.; PALMA, J. Introduction: the global financial crisis. **Cambridge Journal of Economics**, n. 33, p. 531-538, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos**, São Paulo, n 86, 2010.

BOARD OF GOVERNORS of the FEDERAL RESERVE SYSTEM. **Base de dados**. Federal Reserve, FED. Disponível em: < <http://www.federalreserve.gov/>>. Acesso: Dez. 2012.

BUREAU OF ECONOMICS ANALYSIS – BEA. **Base de dados**. U.S. Department of Commerce. Disponível em: < <http://www.bea.gov/>>. Acesso: Dez. 2012.

BUREAU OF LABOR STATISTICS. **Base de dados**. U.S. Department of Labor. Disponível em: < <http://www.bls.gov/>>. Acesso: Dez. 2013.

CARDIM, F. A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, p. 5-20, 1986.

CARVALHO, D.; CUTRIM, A. **Crise financeira, recessão e risco de depressão no capitalismo globalizado do século XXI: impactos nos EUA, Zona do Euro e Brasil**. Estudios Económicos y Financieros. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2009.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, n 5, p. 7-28, 2001.

CINTRA, M.; FAHRI, M. A crise financeira e o global shadow banking system. **Novos Estudos**, n. 82, CEBRAP, p. 35-55, 2008.

CROTTY, J. Structural causes of the global financial crisis: a critical assessment of the ‘new financial architecture’. **Cambridge Journal of Economics**, n. 33, p. 563-580, 2009.

DAVIES, J. B. **Personal wealth from a global perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. UNITED NATIONS **The global social crisis report on the world social situation 2011**. Nova Iorque, 2011

DOOLEY, M.; LANDAU, D.; GARBER, P. **Bretton Woods II still defines the international monetary system**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2009.

FARHI, M. A crise e os dilemas da política econômica. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 5., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: AKB, 2012

FILHO, N.; PAULANI, L. Regulação social e acumulação por espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2, p 243-272, 2011.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP. 2011.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Fighting global crisis**. Annual report 2009. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2009.

GONTIJO, C. **Raízes da crise financeira dos derivativos *subprime***. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008.

GUTTMANN, R. e PLIHON, D. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, número especial, p. 575-611, 2008.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **O enigma do capital**. Conferência realizada no Auditório Ariosto Mila da FAU-USP. São Paulo: Blog Boitempo, 28/fev., 2012.

_____. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **Spaces of capital: towards a critical geography**. New York: Routledge, 2001.

_____. **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1990.

_____. **The limits to capital**. Oxford: Basil Blackwell Publisher, 1982.

_____. **The urbanization of capital**. Oxford: Basil Blackwell Publisher, 1985.

HEGEL, G. **Philosophy of Right**. Londres: Oxford University Press, 1896.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Global employment trends 2014: risk of jobless recovery?** Geneva: ILO, 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Assistência Técnica da Presidência. **A crise internacional e possíveis repercussões: primeiras análises**. Comunicado da Presidência, n. 16. 2009.

KREGEL, J. Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 7, p. 29-49, 1996.

LAPYDA, I. **A “financeirização” do capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. São Paulo, SP. 2011.

LENIN, V. I. **Lenin’s Selected Works**, Volume 1, pp. 667–766. Moscou: Progress Publishers, 1963.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debate**, n. 25, 1998.

LUXEMBURG, R. **The accumulation of capital**. Trad. A. Schwarzschild, Nova Iorque: Monthly Review Press, 1968.

MARQUES, M. **Mundialização do capital**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS, 5., 2007, Campinas. Anais... Cemarx, Campinas, 2007.

MARX, K. **O Capital**. 3 Volumes. Coleção Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

_____. **A contribution to the critique of political economy**. Moscou: Progress Publishers, 1859.

MIRANDA, E. A mundialização financeira frente ao neoliberalismo. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n 1, p. 41-51, jan./jun. 2004. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 08 jun. 2014.

OLIVEIRA, F. Entrevista sobre a crise de 2008. São Paulo: **Jornal Folha de São Paulo**. Entrevista concedida a Claudia Antunes. 18 ago. 2011.

OREIRO, L. Origem, causas e impacto da crise. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 set. 2011.

PAIVA, C. **A diáspora do capital imobiliário, sua dinâmica de valorização e a cidade no capitalismo contemporâneo: a irracionalidade em processo**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP. 2007.

PALLUETO, W. As possíveis linhas mestras do debate marxista sobre a grande recessão (2007-2009). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41., 2014, Niterói. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2014.

PEREZ, C. The double bubble at the turn of the century: technology roots and structural implications. **Cambridge Journal of Economics**, n. 33, p. 779-805, 2009.

ROY, A. **Power politics**. Cambridge: Massachusetts, South End Press, 2001.

SHILLER, R. **Irrational Exuberance**. 2 ed. New Jersey: Princenton University Press, 2005.

U.S. CENSUS BUREAU. **Base de dados**. U.S. Department of Commerce. Disponível em: <<http://www.census.gov/#>>. Acesso: Dez. 2013.

VERCELLI, A. **A perspective on Minsky moments: the core of the financial instability hypothesis in light of the subprime crisis**. Nova Iorque: Levy Economics Institute, 2009.

WADE, R. From global imbalances to global reorganizations. **Cambridge Journal of Economics**, n. 33, p. 539-562, 2009.

WILMARTH, A. The dark side of universal banking: financial conglomerates and the origins of the subprime financial crisis. **Connecticut Law Review**, Washington, v. 41, n. 4, 2009.

WRAY, R. **Lessons from the subprime meltdown**. Nova Iorque: Levy Economics Institute, 2007.